

Psicologia, Diversidade e Compromisso Social

www.unochapeco.edu.br/abepsc

ANAIS

ORGANIZAÇÃO





UNOCHAPECÓ

APOIO



CRP-12

E56e Encontro Regional da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (4 : 2010 : Chapecó, SC)

[Anais do] IV Encontro Regional da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia [recurso eletrônico] / Comissão Científica – Celso Francisco Tondin; Eliz Marine Wiggers. – Chapecó : ABEP, 2010.

127 p.

1 . Psicologia – Congressos. I. Associação Brasileira de Ensino de Psicologia II. Tondin, Celso Francisco. III. Wiggers, Eliz Marine.

IV Título.

CDD 150.6

Catalogação elaborada por Karina Ramos CRB14/1056

Sumário

1 - Comissão Organizadora do IV Encontro Regional da ABEP/SC	3
2 - Sobre a ABEP	4
3 - Sobre o IV Encontro	5
4 - Programação	6
5 - Conferência de abertura	14
6 - Mesas Redondas	15
7 - Sobre os trabalhos:	56
8 - Comunicações Orais:	58
8.1 - Eixo Psicologia e Assistência Social	58
8.2 - Eixo Psicologia e Educação	63
8.3 - Eixo Psicologia e Justiça	80
8.4 - Eixo Psicologia e Saúde	83
8.5 - Eixo Psicologia e Trabalho	98
9 - Pôsteres	103
9.1 - Eixo Psicologia e Assistência Social	103
9.2 - Eixo Psicologia e Educação	105
9.3 - Eixo Psicologia e Justiça	113
9.4 - Eixo Psicologia e Saúde	115
9.5 - Eixo Psicologia e Trabalho	123
10 – Informações e Contatos ABEP/SC	127

1 - Comissão Organizadora do IV Encontro Regional da ABEP/SC

Coordenação: Eliz Marine Wiggers (Coordenadora do Núcleo Regional SC da ABEP) Celso Francisco Tondin (Professor da Unochapecó)

Membros:

Aline Cristina Carvalho Edi Cristina Manfroi Fernando Scheeffer Giovana Toazza de Conto Janete Maria Gaio Michela da Rocha Iop

Comissão Científica

Celso Francisco Tondin Eliz Marine Wiggers

2 - Sobre a ABEP

A Associação Brasileira de Ensino de Psicologia - ABEP é uma entidade de âmbito nacional, que tem a sua natureza institucional voltada para a reflexão, o desenvolvimento e o aprimoramento da formação em Psicologia no Brasil. A ABEP compreende que a formação em Psicologia deve estar comprometida com a realidade social do país vinculado a ética e ao exercício da cidadania.

O processo de construção da ABEP teve o seu início marcado por um período de discussões nacionais acerca da formação em Psicologia. Sua criação, em outubro de 1998, foi resultado da deliberação do Fórum Nacional de Formação ocorrido em Ribeirão Preto-SP no ano anterior. Este importante evento foi coordenado pelo Fórum Nacional das Entidades de Psicologia. Desta forma, a ABEP reflete o desejo de todos os segmentos da Psicologia Brasileira, constituindo-se em um espaço que estava descoberto na interseção entre o exercício profissional e as entidades científicas. Acesse o site www.abepsi.org.br, conheça mais sobre a ABEP e filie-se.

A organização do Núcleo Regional de Santa Catarina - ABEP/SC iniciou por meio do Grupo de Trabalho sobre Formação do Conselho Regional de Psicologia – 12ª Região. As discussões e propostas deste grupo culminaram na realização do Fórum Catarinense sobre Formação em Psicologia, o qual ocorreu em Lages – SC, nos dias 25, 26 e 27 de março de 2004. Neste evento, discutiram-se as necessidades das Instituições de Ensino Superior, divulgou-se o trabalho da ABEP e criou-se um núcleo regional da ABEP no Estado. Após, ocorreram o II Encontro, em Joinville, em 2006, e o III Encontro, em Florianópolis, em 2008.

É importante participar da ABEP porque por meio dela é possível ter acesso a discussões sobre o ensino de psicologia e, conseqüentemente, ter um maior envolvimento com questões que envolvem a atuação do psicólogo. Por meio da ABEP é possível discutir "as psicologias", participar ativamente do processo da formação e perceber as implicações desta no trabalho do psicólogo.

A ABEP/SC tem como meta principal propiciar um espaço de participação ativa de todos os envolvidos direta ou indiretamente na formação do Psicólogo, pois entende que refletir sobre a formação implica discutir a Psicologia enquanto ciência e profissão.

3 - Sobre o IV Encontro

As Instituições de Ensino Superior vivenciaram o processo de construção das Diretrizes Curriculares Nacionais para os diversos Cursos de Graduação, e após a aprovação das mesmas, ainda vivenciam o processo de implantação destas diretrizes. O intuito de construir novas diretrizes, novos parâmetros para a formação de inúmeros profissionais foi provocado pelo fato de que os acadêmicos formados não estavam preparados para atuar de forma condizente com as necessidades que o mercado de trabalho passou a apresentar, considerando-se as mudanças provocadas pelo capitalismo, a globalização e transformações tecnológicas e sociais vivenciadas nas últimas décadas.

Esta situação de mudanças na formação foi vivenciada recentemente, como em outros cursos, pelos Cursos de Psicologia, já que a promulgação das diretrizes curriculares nacionais para o Curso de Psicologia ocorreu em 2004. Dessa forma, com o objetivo de discutir na formação do psicólogo, a diversidade tanto em sua atuação profissional, como na constituição da Psicologia como ciência, que a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia, através do Núcleo Regional da ABEP em Santa Catarina - ABEP/SC propõe o IV Encontro Regional da ABEP/SC, com a temática "Psicologia, Diversidade e o Compromisso social".

O IV Encontro Regional da ABEP/SC se propõe a:

- Contribuir para a construção de diálogo entre estudantes, professores, pesquisadores, profissionais de Psicologia e demais áreas do conhecimento;
- Contribuir para a aproximação entre a produção acadêmica e os projetos e ações desenvolvidos por diferentes entidades ou profissionais, possibilitando que a formação do psicólogo seja condizente com a diversidade e as necessidades apresentadas pela população brasileira;

4 - Programação

21/05/2010 (sexta-feira)	22/05/2010 (sábado)
8h às 12h – CREDENCIAMENTO Local: Secretaria do Encontro	8h30min às 10h15min – MESAS REDONDAS
Hall do Salão de Atos - Unochapecó	PSICOLOGIA E JUSTIÇA
	Me. Tatyana Elisan Bonamigo (Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó - Chapecó)
	Me. Deise Maria do Nascimento (Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL - Palhoça)
	Me. Mirella Alves de Brito (Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI – Biguaçu)
	Local: Plenário do Bloco G - Unochapecó
	PSICOLOGIA E TRABALHO
	Dra. Lília Aparecida Kanan (Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC - Lages)
	Me. Andréia Martins (Faculdade AVANTIS - Balneário Camboriú)
	Me. Karin Bruxel (Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó - Chapecó)
	Local: Auditório do Bloco G - Unochapecó

PSICOLOGIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Me. Ana Soraia Haddad Biasi (Ministério Público de Santa Catarina - Comarca de Chapecó)

Psic. Luciana Cristina Assini (Técnica do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas - CREPOP - CRP-12)

Local: Salão de Atos - Unochapecó

ESTÁGIOS EM PSICOLOGIA

Me. Julio Schruber Junior (Associação Brasileira de Ensino de Psicologia - ABEP)

Me. Liani Maria Hanauer Favretto (Universidade do Contestado - UNC -Concórdia)

Me. Márcia Gisela de Lima (Universidade Comunitária da Região de Chapecó -Unochapecó - Chapecó)

Local: Auditório 2 do Bloco R3 - Unochapecó

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

Dr. Sílvio Serafim da Luz Filho (Universidade Federal de Santa Catarina -UFSC - Florianópolis)

Dr. Jamir João Sardá Júnior (Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI - Biguaçu)

Local: Plenário do Bloco R - Unochapecó

PSICOLOGIA E ÉTICA

Me. Ana Maria Pereira Lopes (Universidade do Sul de Santa Catarina -

UNISUL - Palhoça) Esp. Marilene Wittitz (Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina - CRP-12) Local: Auditório R1 - Unochapecó 10h às 12h – MESAS REDONDAS 10h30min às 12h – APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS (Comunicação Oral) Local: salas indicadas no mural da Secretaria do Encontro - Hall do Salão de PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO Atos - Unochapecó Me. Solange Aparecida da Rosa (Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó - Chapecó) Psic. Gisele Schwede (Faculdade Guilherme Guimbala - ACE - Joinville) Local: Plenário do Bloco G -Unochapecó **PSICOLOGIA E DIREITOS HUMANOS** Dra. Irme Bonamigo (Universidade Comunitária da Região de Chapecó -Unochapecó - Chapecó) Me. Julio Schruber Junior (Faculdade Guilherme Guimbala - ACE - Joinville) Local: Auditório do Bloco G -Unochapecó PSICOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS E DOS DESASTRES Me. Karin Bruxel (Universidade Comunitária da Região de Chapecó -Unochapecó - Chapecó) Me. Janaina Rocha Furtado (Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC -Florianópolis)

Psic. Ana Clara da Rocha (Conselho

Regional de Psicologia de Santa Catarina -

CRP-12)

Local: Auditório R1 - Unochapecó

PSICOLOGIA E SAÚDE

Dra. Éverley Rosane Goetz (Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI - Itajaí)

Me. Leticia Macedo Gabarra (Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina – CESUSC - Florianópolis)

Psic. Eduarda Renaux (Universidade Regional de Blumenau – FURB – Blumenau)

Local: Plenário do Bloco R - Unochapecó

PSICOLOGIA E PSICOTERAPIA

Me. Verena Augustin Hoch (Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC -São Miguel do Oeste)

Esp. Marilene Wittitz (Faculdade Guilherme Guimbala - ACE – Joinville)

Local: Salão de Atos - Unochapecó

12h - Intervalo

13h30min às 14h45min -APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS (Comunicação Oral)

Local: salas indicadas no mural da Secretaria do Encontro - Hall do Salão de Atos - Unochapecó

12h – Intervalo

13h30min às 14h45min -APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS (Comunicação Oral)

Local: salas indicadas no mural da Secretaria do Encontro - Hall do Salão de Atos - Unochapecó

15h às 16h – MOMENTO CULTURAL

Socialização Teatral - A Fulana de Tal - *5º Período do* Curso de Psicologia da

15h às 16h - MOMENTO CULTURAL

Vídeo: Medicalização da Vida Escolar -Me. Celso Francisco Tondin

Unochapecó (Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó - Chapecó) Local: Salão de Atos – Unochapecó Local: Auditório do Bloco G -Unochapecó Vídeo: Integralidade na Assistência em Saúde - Psic. Giovana Toazza de Conto (Associação Brasileira de Ensino de Psicologia - Núcleo Regional de SC -ABEP/SC) Local: Auditório do Bloco G -Unochapecó 15h às 18h – Apresentação de trabalhos (Pôster) Local: Corredor de acesso ao Hall do 15h às 18h – Apresentação de trabalhos (Pôster) Salão de Atos - Unochapecó Local: Corredor de acesso ao Hall do Presença obrigatória de, ao menos, um Salão de Atos – Unochapecó autor do trabalho no horário de 15h às 16h Presença obrigatória de, ao menos, um autor do trabalho no horário de 15h às 16h 15h – Reunião com representantes da nova gestão da ABEP/SC 15h – LANÇAMENTO DE LIVROS Local: Salão de Atos - Unochapecó Local: Hall do Salão de Atos -Unochapecó - Espaço da Livraria MB 16h30min – REUNIÕES ABEP/SC 16h às 17h45min – MESAS REDONDAS Fórum de Coordenadores de Curso de **Psicologia** FORMAÇÃO E MOVIMENTO Local: Plenário do Bloco G - Unochapecó **ESTUDANTIL** Reunião de Estudantes de Psicologia Débora Diana da Rosa (Diretório Central dos Estudantes - DCE - Universidade Local: Plenário do Bloco R - Unochapecó Comunitária da Região de Chapecó -Unochapecó - Chapecó) Reunião de Profissionais de Psicologia Eduardo Antunes de Matos (Centro Local: Salão de Atos - Unochapecó Acadêmico de Psicologia da Universidade Reunião de Professores de Psicologia do Planalto Catarinense - UNIPLAC -Lages) Local: Auditório do Bloco G -

Me. Marcilei Andrea Pezenatto Vignatti

Unochapecó

(Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó - Chapecó)

Local: Auditório R1 - Unochapecó

PSICOLOGIA E DEPENDÊNCIA QUÍMICA

Me. Ana Patrícia Alves Vieira Parizotto (Universidade do Contestado - UNC - Concórdia)

Psic. Juliana Lazzarotto (Centro Terapêutico Dílson Cecchin - Chapecó)

Local: Plenário do Bloco G - Unochapecó

PSICOLOGIA E ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

Esp. Priscila Gazola Thomaz (Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó - Chapecó)

Dr. Sílvio Serafim da Luz Filho (Universidade Federal de Santa Catarina -UFSC - Florianópolis)

Esp. Michela da Rocha Iop (Associação Brasileira de Ensino de Psicologia -Núcleo Regional de SC - ABEP/SC)

Local: Plenário do Bloco R - Unochapecó

PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Dra. Luciana Suarez Grybowski (Universidade Comunitária da Região de

Chapecó - Unochapecó - Chapecó)

Me. Fernando Scheeffer (Faculdade Metropolitana de Guaramirim – FAMEG – Grupo Uniasselvi - Guaramirim)

Local: Local: Salão de Atos -Unochapecó

SERVIÇOS DE PSICOLOGIA E CLÍNICA AMPLIADA

Me. Liane Keitel (Universidade Comunitária da Região de Chapecó -Unochapecó - Chapecó)

Psic. Eduarda Renaux (Universidade Regional de Blumenau - FURB -Blumenau)

Psic. Vinícius da Rocha Barros (Universidade Regional de Blumenau -FURB - Blumenau)

Local: Auditório do Bloco G -Unochapecó

18h às 20h - Credenciamento

Local: Clube Recreativo Chapecoense (CRC)

19h – Mesa de Abertura do IV Encontro Regional da ABEP/SC

Local: Clube Recreativo Chapecoense (CRC)

20h – Conferência – "Psicologia, Diversidade e Compromisso Social"

Conferencista: PhD. Pedrinho Guareschi (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS - Porto Alegre – RS)

Local: Clube Recreativo Chapecoense (CRC)

18h – Plenária de encerramento do IV Encontro Regional da ABEP/SC e

posse do novo Colegiado Gestor do Núcleo Regional da ABEP/SC

Local: Salão de Atos - Unochapecó

22h30min – Big Fest ABEP
Local: 14 Bis
Av. Getúlio Vargas, 1013 N - Centro - Chapecó (ao lado da Pasteca)

5 - Conferência de abertura

20h - Conferência - "Psicologia, Diversidade e Compromisso Social"

Conferencista: PhD. Pedrinho Guareschi (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS - Porto Alegre – RS)

Local: Clube Recreativo Chapecoense (CRC)

6 - Mesas Redondas

MESA REDONDA: PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO

PSICOLOGIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO: MOVIMENTOS DE REPRODUÇÃO, ENFRENTAMENTO E RUPTURA.

Solange Aparecida da Rosa

Graduada em Psicologia pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECÓ em 2003; Pós-Graduada em Psicologia Organizacional e do Trabalho pela UNOCHAPECÓ/2005; Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC em 2008. Atuação profissional: Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECÓ (docente). Área de Ciências Humanas e Jurídicas - Curso de Psicologia - Psicóloga – CRP 12/04816.

Palavras-chave: psicologia; educação; políticas públicas; formação do psicólogo.

A Psicologia tem se constituído, historicamente, como uma das ciências que fundamentam a Educação. Contudo, em que pese a inegável interlocução entre as práticas-teorias psicológicas e as teorias-práticas pedagógicas, as relações entre Psicologia e Educação têm sido marcadas também por conflitos e enfrentamentos. Desde a década de 1980 se vem denunciando o "psicologismo" em educação e diversas pesquisas vêm indicando a perda de prestígio da psicologia junto às instâncias de formação e de pesquisa em Educação. Situação que pode estar relacionada ao fato de a Psicologia constituir-se como um campo de referência teórica, marcado pela fragmentação e pela não explicitação de seus fundamentos epistemológicos, dificultando-se apropriações coerentes e consistentes de suas teorias. No campo da Educação, contribuem para o agravo de tal situação a continuidade das práticas tradicionais em psicologia, a forma como vem ocorrendo o ensino de psicologia nos cursos de formação de professores e a forma que as teorias psicológicas vêm sendo incorporadas nas reformas educacionais. Entretanto, entende-se que a tendência em se desvalorizar as contribuições da psicologia pode ser tão prejudicial à educação quanto o próprio "psicologismo", tendo em vista que esta ciência pode contribuir para a compreensão/problematização das práticas pedagógicas, para que os sujeitos envolvidos nos processos educativos possam construir novas finalidades/significados sociais para a Educação e constituir sentidos para suas próprias atividades - trabalho e estudo. Destaque-se que, desde a década de 1980, a Psicologia vem realizando um movimento de auto-crítica e propondo a ruptura com as práticas tradicionais de psicologia no campo da educação, indicando-se, ao mesmo tempo, a necessidade de se deslocar o foco de análise, do indivíduo para a escola e o complexo de relações – pedagógicas, psicológicas, institucionais e políticas – que constituem os processos de educação. Neste sentido busca-se superar os referenciais teórico-metodológicos da Psicologia que têm contribuído para a legitimação da ideologia liberal que responsabiliza os indivíduos por seus fracassos e por seu próprio desenvolvimento e, consequentemente, para a justificação das desigualdades sociais. Busca-se a superação do modelo biomédico de intervenção e das compreensões naturalizantes do sujeito e do fenômeno psicológico. O que demanda a produção de novos conhecimentos, novas metodologias de intervenção e o aprofundamento teórico no processo de formação do psicólogo, tanto em relação às políticas públicas em educação, quanto em relação à história da Educação, às práticas pedagógicas e às teorias da aprendizagem e do desenvolvimento humano – entendendo-se que ensino, aprendizagem e desenvolvimento são dimensões de um único e mesmo processo: o de constituir-se humano. Ao mesmo tempo, defende-se o compromisso político com as populações historicamente excluídas da escola. Neste sentido, faz-se necessário, a defesa da escola pública. Não da escola esvaziada de sentido, disciplinadora e reprodutora da ordem social vigente e de sua ideologia, mas de uma escola que tenha por finalidades: a) a construção de uma sociedade mais justa e democrática; b) possibilitar a todos e a cada indivíduo singular constituir em si as características humanas historicamente produzidas, tendo em vista as máximas possibilidades de desenvolvimento do gênero humano.

MESA REDONDA: PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO

REALIZAÇÃO DE PESQUISAS COM CRIANÇAS E SUAS ESPECIFICIDADES

Gisele Schwede

Psicóloga pela Faculdade de Psicologia de Joinville e mestranda em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente é professora de ensino superior na Associação Catarinense de Ensino, no curso de Psicologia e Pedagogia. Área de interesse:

Psicologia social, educacional, práticas sociais e constituição do sujeito.

A fala proposta para esta mesa redonda tem por temática a realização de pesquisa com crianças e suas especificidades. Assim, objetiva-se dialogar sobre certo lugar de pesquisador, necessário quando pretende-se pesquisar com crianças (ao invés de pesquisá-las apenas), que revela certa intencionalidade de trazer ao cenário da discussão científica um comprometimento outro do que tradicionalmente vinha-se tendo com o lugar que ocupava a criança na sociedade ocidental, lugar este autorizado à criança, seja no campo mesmo das ciências, seja no curso da história da sociedade ocidental nos últimos séculos. Tal discussão é necessária pois tradicionalmente relegou-se à criança

apenas a possibilidade de ocupar uma condição simbólica pré-humana, posto que pelo curso de seu desenvolvimento que poderia chegar ao objetivo maior de ocupar o lugar social de humano propriamente dito, plenamente desenvolvido e no auge de sua capacidade produtiva. Contemporaneamente, pesquisar com crianças exige do pesquisador que percorra um caminho de estudos e reflexões acerca deste público, no entendimento da infância não como uma fase da vida, natural a todos, com características universais que acobertam suas ações. Antes, impõe-se a necessidade de voltar o olhar para as infâncias levando em conta as peculiaridades que caracterizam as crianças de grupos variados e de contextos diversos. Neste sentido, seguindo pela esteira já aberta por outros pesquisadores no sentido de dar continuidade à ruptura conceitual finalmente iniciada no campo científico no que se refere a compreensão da criança (ruptura esta iniciada inclusive dentro do campo psicológico, que tradicionalmente tomou a criança como objeto de estudos e não como sujeito que possui um conhecimento importante sobre sua própria condição), conclui-se que é preciso que o pesquisador enverede-se por um caminho de reflexões sobre meu próprio agir e sobre suas concepções do que é ser criança. Para alcançar a possibilidade de efetivamente escutar a criança, reconhecendo-a como sujeito de um conhecimento importante, é fundamental que o pesquisador realize mergulhos nas inquietações que o pesquisar sucita, mantendo um constante cuidado para não cair no erro mesmo que deve denunciar. Uma das estratégias metodológicas possíveis é a de manter a disposição de estar mais tempo com os sujeitos de pesquisa, dentro do contexto de relações que a pesquisa em ciências humanas impõe, considerando que as crianças possuem uma multiplicidade de formas de agir em diferentes contextos sociais e culturais. Permanecendo mais tempo inserida no campo de pesquisa, pode-se estabelecer parcerias na tarefa conjunta que todos assumidos: pesquisar juntos para uma compreensão maior sobre a existência humana. Além disso, métodos tradicionalmente utilizados para a realização de pesquisas em ciências humans devem ser problematizados especificamente para este público.

MESA REDONDA: PSICOLOGIA E DIREITOS HUMANOS

VIOLÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA

Irme Salete Bonamigo

Doutora em Psicologia Social pela UERJ Professora do Curso de Psicologia e do Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECÓ bonamigo@unochapeco.edu.br

Palavras-chave: violência; segurança pública; políticas sociais; dispositivos de controle.

O tema "Violências e Segurança Pública" tornou-se presente e desafiador à formação e à atuação da psicologia, pela frequência, intensidade e gravidade com que nos afeta cotidianamente, como profissionais e cidadãos. Nesta apresentação, buscamos discutir este tema, a partir da análise concomitante das diretrizes resultantes da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (2009), da 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos (2008) e da pesquisa de campo sobre dispositivos contemporâneos de controle e gestão de violências, realizada na cidade de Chapecó (SC). É importante destacar que os municípios, a partir dos anos 90, passaram a ter um envolvimento maior na esfera da segurança, tendo em vista que o crime figurou entre as principais preocupações dos brasileiros, ao lado do desemprego e da saúde, cresceu a sensação de insegurança e a população passou a cobrar segurança dos governos independente de sua esfera (KAHN; ZANETIC, 2009). O estudo referido analisou as políticas públicas de segurança Programa Tolerância Zero e Polícia Comunitária e identificou que apesar de, em suas concepções, reconhecerem e valorizarem práticas preventivas de segurança social, a maioria das medidas executadas reduziu-se à segurança criminal. O modelo tradicional de segurança pública, ainda predominante em nossa sociedade, é baseado no controle repressivo e punitivo do crime. Como afirma Wacquant (2003), vivemos em uma sociedade penal, com a presença de um Estado Penal muito mais preocupado em reprimir o crime do que em manter políticas públicas voltadas para a manutenção do bem-estar social. Os resultados das Conferências, anteriormente referidas, produzem rupturas com este paradigma e caminham em direção à afirmação da segurança pública como direito fundamental. Reconhecem a necessidade de reformas estruturais no modelo organizacional de suas instituições nos três níveis de governo e de garantir o acesso aos sistemas de justiça e segurança pública a todos. O desafio de efetivar este modelo alternativo requer a ênfase no caráter interdisciplinar, pluriagencial e comunitário da segurança, deixando de ser competência exclusiva da polícia para converter-se em tema transversal do conjunto de políticas públicas (KAHN; ZANETIC, 2009), buscando o enfrentamento das violências a partir do conjunto dessas políticas públicas e ações sociais. Uma das diretrizes da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública é o reconhecimento jurídicolegal da importância do município como co-gestor da área, fortalecendo sua atuação na prevenção social do crime e das violências. Esta diretriz abre espaço e consolida a participação da comunidade na definição de prioridades e ações de segurança com base em suas necessidades locais. Como a psicologia pode contribuir com esse processo? Dentre tantas possibilidades, podemos realizar estudos que identifiquem e problematizem dispositivos de controle de violências que produzem mais violências, que fortalecem uma gestão policial e carcerária voltada principalmente para a população pobre, reforçando o Estado Penal. Podemos também realizar intervenções que contribuam para a mobilização de pessoas e comunidades na criação de estratégias coletivas e participativas para a definição e acompanhamento das ações de segurança.

MESA REDONDA: PSICOLOGIA E DIREITOS HUMANOS

Júlio Schruber Júnior

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Tuiuti do Paraná (1981), graduação em Fisioterapia pela Pontificia Universidade Católica do Paraná (1983), Especialização em psicoterapia infantil e psicomotriciade,mestrado em psicologia clinica pela U.T.P.mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é Gestor Academico do curso de psicologia da Faculdade Guilherme Guimbala e professor titular da Faculdade Guilherme Guimbala e , psicólogo pesquisador do Instituto de Pesquisas Psicológicas de Joinville. É diretor nacional da associação Brasileira de Ensino de Psicologia.

PALAVRAS CHAVES: Sistema prisional, internos, grupo operativo

O presente projeto refere-se ao Estágio Supervisionado de Psicologia Clínica do 5º ano da Faculdade Guilherme Guimbala - FGG, que tem como entidade concedente a Penitenciária Jucemar Cesconetto, situada na cidade de Joinville, no nordeste catarinense. O estágio ocorre uma vez por semana, com a duração de 1h30min aproximadamente, sendo composto por dois grupos de aproximadamente seis integrantes, que cometeram crimes segundo o Título VI: Crimes Contra a Dignidade Sexual, no Capítulo I: Crimes Contra a Liberdade Sexual em seu referente Artigo 213 de acordo com o Código Penal Brasileiro (NUCCI, 2009). Os grupos tem como base teórica o que é postulado por Pichon Riviere, referente à concepção de grupos operativos, técnica na qual tenta-se obter dos integrantes uma adaptação ativa a realidade, que caracteriza-se pelo fato de poder assumir novos papéis com uma maior responsabilidade abandonando progressivamente os papéis anteriores que encontram-se inadequados à situação no aqui e agora. Os atendimentos a partir do grupo operativo têm como objetivo a redução da ansiedade, assim como a superação e a resolução de situações fixas e estereotipadas, possibilitando assim sua transformação em situações flexíveis, que permitam questionamentos favorecendo o debate, numa lógica dialética. No decurso dos atendimentos em grupos operativos foram levantadas as seguintes queixas: troca de cela; dificuldades com medicamentos, bem como atendimento medico; violência no jogo de futebol; falta de novidades - rotina; humilhação - trato recebido por parte dos agentes; comida; falta de trabalho nas empresas que possuem unidades dentro da Penitenciária Industrial de Joinville; desconhecimento das regras internas; desrespeito por parte de outros artigos; angústia; dificuldade de confiança; memorandos que não chegam ao destino; ansiedade na saída em portaria; ansiedade de estar preso; ansiedade de rever a família; espera pela família e/ou por notícias judiciais; perspectivas em relação ao futuro; trabalho quando sair - aceitação do mercado; conquista da confiança por parte da sociedade; volta ao meio do crime quando sair. É sabido que algumas queixas são demandas pela busca de melhorias, nem sempre da maior parte, mas ainda assim clamam por um trabalho efetivo da equipe técnica.

MESA REDONDA: PSICOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS E DESASTRES

PSICOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS E DESASTRES: A EMERGÊNCIA DE SUA EXISTÊNCIA

Janaina Rocha Furtado

Coordenadora de Projetos Sociais do Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (CEPED UFSC). Doutoranda em Psicologia Social pela UFSC.

Palavras-chave: desastres; Psicologia; proteção social; políticas públicas; produção do conhecimento.

No bojo do debate sobre desastres levantam-se questões que atuam tanto como dispositivos para sua ocorrência como na magnitude dos seus impactos: expansão demográfica contínua em consonância com o uso e ocupação inadequada dos territórios, interferindo na capacidade de infra-estrutura básica instalada; carência de saneamento; grande mobilidade urbana; deficiência na distribuição de água disponível; baixa oferta de moradias, equipamentos sociais e serviços para atender a população. A incapacidade do Estado em orientar, legalizar e fiscalizar estes processos e a inexistência de políticas integradas para atender as demandas sociais emergentes favorece, por sua vez, a ocupação inadequada dos espaços nas cidades acarretando forte impacto sócio-ambiental. Tudo isso somado às mudanças climáticas, à crise econômica mundial, à grande vulnerabilidade social das populações que habitam áreas de risco, tornam as cidades mais frágeis aos eventos adversos. Neste sentido, é preciso que perguntemos como nós, psicólogos, podemos contribuir para minimizar o sofrimento humano decorrente dos desastres e intervir diante da complexidade das relações que os produzem. Entendo que é importante inserir os desastres como objeto de uma práxis das Ciências Humanas e da Psicologia e que, no delineamento deste objeto, as reflexões não foquem apenas uma perspectiva clínica, mas busquem, também, produzir conhecimento e desenvolver estratégias de prevenção, com ênfase nas relações sócio-comunitária. O número crescente de desastres no Brasil e no mundo, decorrendo em milhares de mortes e prejuízos, reivindica uma postura ético-política da Psicologia, tanto para a construção de políticas públicas que visem proteção social e promoção de qualidade de vida, como para a compreensão dos desastres a partir de suas dimensões sociais, superando a aparente cisão entre os fenômenos e processos naturais e as dinâmicas relações sociais. Relações essas que evidenciam o modo como o ser humano vem ocupando os espaços, estabelece relações entre si e com o mundo. O nosso modelo de desenvolvimento, e o projeto de sociedade a ele vinculado, produzem catástrofes e significativo sofrimento humano. Qual será, então, o nosso projeto para Psicologia?

MESA REDONDA: PSICOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS E DESASTRES

O DESENVOLVIMENTO DA PSICOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS E DOS DESASTRES.

Ana Clara da Rocha

Graduada em Psicóloga pela UDESC em 2007. Instituição: Conselho Regional de Psicologia – 12ª região (Colaboradora)

A Psicologia das Emergências e dos Desastres, apresenta-se como prática profissional, interdisciplinar e social, não estando presa a nenhuma disciplina especifica, não possuindo nenhuma teoria pronta e os estudos empíricos em sua maioria estão desenhando seus contornos de desenvolvimento. Contudo, como prática recente, fomenta possibilidades infinitas de se desenvolver qualquer trabalho que possibilite aos sujeitos sociais de realizar seus enfrentamentos, dando destaque para as práticas da psicologia social, da saúde, da educação entre outras. Para continuar pensando a Psicologia das Emergências e dos Desastres como uma pratica especifica de empoderamento dos sujeitos, possibilitando o fortalecimento do micro social, para a mudança do macro, há de evidenciar-se a história de no âmbito nacional. Em 2005, o CFP de Psicologia realiza a mesa-redonda "Subjetividade, Ecologia e desastres: Contribuição da psicologia na América Latina" no I Congresso Latino Americano da Psicologia – ULAPSI. Em 2006, o CFP organiza o "Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres: Contribuições para a Construção de Comunidades mais Seguras", efetivando discussões que destacam a psicologia como mais uma possibilidade de enfrentamento na minimização dos desastres e atendimento das vitimas. O evento também desenha o início do dialogo entre os profissionais da psicologia junto as politicas públicas da defesa civil nacional e o fortalecimento da aproximação dos fazeres em prevenção de desastres nos países Latinos. Em 2008, o CRP – 12 em parceria com a Defesa Civil oferta as oficinas de 'Gerenciamento de Desastres: Prevenção, Preparação, Resposta e Assistência', em conjunto com os eventos de 'Psicologia e Políticas Públicas: do Compromisso Social a Produção de Referências para a Pratica Profissional'. Os encontros buscaram estabelecer os devidos esclarecimentos dos fazeres de ambas instâncias, dando-se ênfase que a psicologia também pode contribuir junto as ações de prevenções e preparações, além das de resposta e reconstrução. Em 2009 o CFP junto a ABEP firmam um protocolo de intenções para a mobilização da 1ª Conferência da Defesa Civil a se realizar em março de 2010. Os profissionais da psicologia são conclamados a participar das discussões nas conferencias pautando sua participação sob os princípios da Integralidade dando atenção aos Direitos Humanos, criação de mecanismos de auto-proteção da sociedade, efetivação de quadro técnico preparado tendo direito a condições dignas de trabalho. Constituição de equipes multidisciplinares com a participação de diversas instituições dando-se destaque a ótica da vida civil. A continuação da história da Psicologia das Emergências e dos Desastres, se desenvolverá através da efetiva construção de uma política pública da emergência e dos desastres no Brasil, constituída em ações que garantam o acesso aos direitos sociais, na busca da oferta da cidadania de cada membro da sociedade civil. Para tanto, as diferentes psicologias se tornam diversas ferramentas na efetivação de uma prática de atendimento integral auxiliando as comunidades a minimizarem os riscos e aprimorando as percepções de riscos dos sujeitos.

MESA REDONDA: PSICOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS E DESASTRES

Karin Bruxel

Possui graduação em Psicologia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC Chapecó (2002) e mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2005). Atualmente é professor universitario da Universidade Comunitária Regional de Chapecó. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social.

Inquietações em Psicologia, Trabalho e Emprego

Partimos de uma perspectiva sócio-histórica, considerando Trabalho como atividade humana consciente, direcionada a um determinado fim. As maneiras como trabalhamos, organizamos nossa vida, o significado e o sentido que o trabalho tem para nós são marcados pela história e pela cultura. Através do trabalho não são produzidos apenas produtos, mas também formas de pensar, existir, sentir e interpretar o mundo. Assim, entendemos que o homem está no trabalho e o trabalho está no homem, constituindo sua subjetividade. Em função de nosso trabalho, vamos construindo a nós mesmos: nossa identidade, projetos de vida, escolhas, investimentos e sofrimentos. Entende-se que a subjetividade não é inata, mas processual. "Resulta de um entrecruzamento de determinações coletivas heterogêneas e não se refere a uma interioridade pertencente aos indivíduos, embora seja assumida e vivida por estes em suas existências particulares". (Tânia G. Fonseca, 2003).

A forma como se vivencia a experiência de trabalhar relaciona-se à subjetividade da pessoa. De forma geral, compartilhamos uma ideia de trabalho como algo dignificante, um sacrificio necessário e plenamente justificado, já que relaciona-se com "ganhar a vida". O trabalho torna-se assim um universal a ser conquistado, algo para que precisamos nos preparar a vida toda. Esse trabalho ideal que supostamente devemos conquistar é o emprego, seja em setores públicos ou privados. "O capital precisa hoje não mais de músculos e disciplina, porém de inventividade, de imaginação, de criatividade, de força-invencão. [...] a verdadeira fonte de riqueza hoje é a inteligência das pessoas, sua criatividade, sua afetividade, e tudo isso pertence, como é óbvio, a todos e a cada um". [Pelbart, s/d]

Para Tânia Fonseca, (2003), trabalhar "[...]implica usos de si, uma vez que o trabalho não existe isolado de um modo de extraí-lo do próprio corpo daquele que trabalha." De acordo com a autora, o trabalho vem a ser o Uso de Si, que pode ser o uso de si por outros; ou o uso de si por si. As práticas da psicologia na interface com o trabalho, estão historicamente ligadas a atividades de recrutamento, seleção e treinamento de pessoal em empresas privadas. No entanto, várias formas de trabalhar e subsistir já foram e continuam sendo inventadas, ampliando o universo de significação do trabalho.

Assim, o Trabalho para a psicologia não pode se voltar somente aos empregados ou gestores, mas também aos desempregados, aos trabalhadores informais, prestadores de serviço, aposentados, acidentados ou doentes crônicos do trabalho, às políticas públicas, aos diferentes modos de subsistir, etc. A reificação do emprego como forma de trabalho é reducionista e esconde outras atividades que compõem diferentes formas de "ganhar a vida", como por exemplo, as experiências em economia solidária, os trabalhadores informais, os desempregados, os sindicatos, associações, etc.Nesse sentido, cabe refletir se a formação acadêmica permite que o acadêmico desenvolva novas práticas relacionadas ao Trabalho, em diversos cenários. Também devemos nos questionar até onde as intervenções da psicologia em interface com o trabalho apontam para o compromisso social a ampliação de possibilidades de "ganhar a vida" com dignidade?

MESA REDONDA: PSICOLOGIA E SAÚDE

Éverley Rosane Goetz

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Católica de Pelotas - UCPel (2002); Formação em psicoterapia da gestação, parto e puerpério - UCPel (2002) com ampla experiência clínica e hospitalar na área; Especialização em Psicopedagogia pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR (2003); Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (2005), na área de Processos Sociais, Saúde e Desenvolvimento Psicológico, Dissertação: Percepção dos filhos sobre aspectos reais e ideais do cuidado parental; Doutorado em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia pela UFSC (2009), em Processos Psicossociais, Saúde e Desenvolvimento psicológico, Tese: Representações sociais do corpo, mídia e atitudes;

Palavras-Chave: Representações sociais; corpo; lipofobia, plasticomania.

Este estudo, que fez parte da pesquisa de uma tese de Doutorado, teve como objetivo principal caracterizar as representações sociais dos estudantes universitários em relação à saúde e à estética corporais. Para a fundamentação teórica, utilizou-se a perspectiva das representações sociais, cujo objeto de estudo foi o corpo, a partir do qual, foram coletadas questões relativas à idade, ao peso, à altura, ao IMC, à satisfação com o peso e com a imagem corporal, além de investigações acerca das representações dos estudantes universitários que participaram sobre saúde e estética. Os 500 universitários participantes eram oriundos dos cursos de Educação Física, Medicina e Nutrição (UFSC) e Moda (UDESC), da cidade de Florianópolis. Todos os dados foram analisados por meio dos softwares: SPSS 10.0 (Statistic Package of Social Science), para os dados quantitativos, que produziu análises descritivas e relacionais; e, ALCESTE (Analyse Lexicale par Contexte du'n Ensemble de Segments de Texte) para uma análise lexical hierárquica descendente dos resultados qualitativos, referentes ao material textual coletado. Pelos resultados, obteve-se que a média de idade dos participantes foi de aproximadamente 22 anos, e 77% deles apresenta peso corporal normal. Houve diferença estatisticamente significativa entre o nível de satisfação corporal e o Índice de Massa Corporal categorizado dos estudantes; e, também entre o sexo dos participantes e o nível de satisfação corporal. Os estudantes em suas representações do corpo, consideram a saúde e a beleza, sendo esta determinante para os primeiros contatos e interações sociais e associada a uma condição subjetiva. Além disso, a gordura e a magreza corporal excessiva são paradigmas da feiúra. Os termos saúde e estética constituem o núcleo das representações sociais do corpo; e, os elementos organizadores foram saúde, beleza e práticas. Observou-se dissonância entre as dimensões atitudinais dos participantes, por contrastes entre como pensam, sentem e se comportam em relação ao seu corpo. Conclui-se que a beleza e a saúde estão estritamente relacionadas ao corpo magro neste estudo, e aparecem traços de condutas lipofóbicas dentre os participantes, que mesmo quando magros, preocupam-se com engordar. Há uma busca crescente pelo padrão corporal de beleza, e tanto os homens quanto as mulheres compartilham dessa idéia. A cirurgia estética aparece como forma de alcançar satisfação corporal e evitar o envelhecimento. Foi identificado e descrito um novo subtipo de Transtorno Dismórfico Corporal, a plasticomania.

MESA REDONDA: PSICOLOGIA E SAÚDE

PSICÓLOGO NO CONTEXTO HOSPITALAR E O ATENDIMENTO AO PACIENTE CIRÚRGICO

Letícia Macedo Gabarra

Doutoranda em Psicologia pelo Programa de Pós Graduação em Psicologia da UFSC, Especialista em Saúde da Família pela UFSC, Especialista em Psicologia Hospitalar pela UNESP-SP, Especialista em Terapia Sistêmica pelo Instituto Familiare, Florianópolis. Instituição: Docente do Curso de Psicologia do CESUSC e Psicóloga do Hospital Universitário da UFSC.

Palavras chaves: Psicologia da Saúde no contexto hospitalar, intervenção psicológica, Cirurgia.

A Psicologia da Saúde no contexto hospitalar existe no Brasil desde a década de 50, tendo se intensificado na década de70. Atualmente vivemos o período de consolidação das práticas do psicólogo nesse contexto, evidenciado pelo crescente número de profissionais que atuam em hospitais públicos e privados no país. A necessidade de atuação do psicólogo em diferentes âmbitos na instituição hospitalar vem se afirmando com as portarias nacionais do Sistema Único de Saúde que exige em sua equipe o profissional da psicologia. Nesse sentido, esse trabalho visa apresentar e refletir sobre a atuação do psicólogo no contexto hospitalar, enfocando as peculiaridades do atendimento ao paciente cirúrgico. O adoecimento e a hospitalização geram rupturas na vida das pessoas, assim como suscitam repercussões físicas e emocionais para o paciente e sua família. A internação em unidades cirúrgicas exacerba as reações relativas ao adoecimento e internação, pois tem o acréscimo do medo e ansiedade referentes ao procedimento cirúrgico. A operação inclui todo o processo de exames anteriores, a anestesia, o corte, a retirada de uma parte do corpo sentida como uma mutilação, em alguns casos a permanência na Unidade de Terapia Intensiva no pós- operatório, as dores decorrente da cirurgia. Todos esses aspectos são sentidos como estressores, intensificando as preocupações e fantasias em torno do procedimento que será realizado. A atuação do psicólogo nesse momento de internação visa minimizar os medos, ansiedade, fantasias e preocupações dos pacientes e familiares, favorecendo a expressão de sentimentos, a busca de informações sobre as condições de saúde e o ato cirúrgico. O psicólogo também objetiva atuar com a equipe de saúde, auxiliando-a na manutenção da relação de confiança, na co-responsabilização com os usuários, na comunicação da tríade paciente-equipe-família. As intervenções do psicólogo podem ocorrer no período pré, trans e pós-operatório, sendo a última dividida em pós-cirúrgico imediato (durante a internação) e tardio (após a alta). Destaca-se que cada período citado possui características especificas referentes ao momento da doença e ao tratamento médico, nesse sentido o profissional da psicologia precisa adequar as suas intervenções para as peculiaridades do paciente, da família, da fase do adoecimento, do tipo de tratamento, da equipe de saúde, da estrutura hospitalar. Observa-se que o apoio psicológico ao paciente e à família no período anterior e posterior a cirurgia potencializa a utilização de bons recursos de enfrentamento, diminui as taxas de ansiedade e depressão, favorecem a recuperação com a redução do tempo de internação, complicações e medicações analgésicas pós-operatórias. O acompanhamento do psicólogo em unidades cirúrgicas auxilia na reintegração do paciente, prevenindo danos a sua saúde mental. Considera-se que a psicologia no contexto hospitalar necessita desenvolver de forma crescente intervenções adequadas as demandas e a implementação de pesquisas associadas a prática, a fim de respaldar as ações e criar condições para se expandir e se consolidar como área da saúde.

MESA REDONDA: PSICOLOGIA E SAÚDE

PRÁTICAS E POLÍTICAS DE ACOLHIMENTO NA ATENÇÃO TERCIÁRIA E SERVIÇOS SUBSTITUTIVOS EM SAÚDE MENTAL

Eduarda Renaux

Bacharel e Formação em Psicologia — Universidade Regional de Blumenau (FURB). CRP 12/9128. Psicóloga Voluntária na Coordenação do Serviço Saúde Mental. Membro Participante do Grupo de Estudo em Psicanálise. Voluntária de Psicologia das Emergências e Desastres junto ao Conselho Regional de Psicologia e a Defesa Civil.

No decorrer de um ano de trabalho da psicologia supervisonado, na área de Psicologia da Saúde, no setor de pronto-atendimento de um Hospital público da cidade de Blumenau-SC, verificou-se alta incidência de pacientes psicóticos, abstinência de substâncias psicoativas e tentativas de súicidio. Tais pacientes buscavam o Pronto-Socorro como endereçamento de sua dor e sofirmento, evitando outros serviços possíveis em Saúde Mental do munícipio, devido a representação que tais serviços lhe causavam. Foi verificado que os dispositívos necessários de intervenção referente a pacientes no setor de urgência desta instituição de saúde foram o acolhimento e a escuta. Conceitos estes preconizados pela Política Nacional de Humanização (PNH) do Sistema Único de Saúde (SUS) e respaldados pela prática analítica e interdisciplinar utilizada. Segundo a cartilha do PNH, o acolhimento como ato ou efeito de acolher expressa, em suas várias definições, uma ação de aproximação, ou seja, uma atitude de inclusão. A escuta e acolhimento de tais pacientes, bem como a imensa demanda neste campo da urgência, nos instigou a realizar um serviço subtitutivo em Saúde Mental na Clínica-Escola de Psicologia da FURB, que conta com várias modalidades de intervenção, desde grupos de usuários e familiares, atendimentos clínicos indivíduais, acompanhamento terapêutico, supervisões e ínserção de práticas e políticas de acolhimento. No que se refere á prática de acolhimento na promoção e reabilitação da saúde tanto na atenção terciária, quanto em serviços substitutivos, a escuta deve estar direcionada na ética analítica, que pressupõem um 'não planejar' antes de acolher, e um 'não saber' onde irá se chegar. Isso implica na ética do desejo, que também pode ser compreendido na aposta da emergência do sujeito do inconsciente, que através da escuta do terapeuta vai compondo com o próprio sujeito sua história e seu sofrimento. Implicando o psicólogo a não reduzir o sujeito a sua doença, mas a partir do diagnóstico produzir vida. E vida, a partir de uma ética analítica é possibilitar que o sujeito crie narrativas na aposta de libertar-se e organizar-se através da palavra, sem ter que passar por atendimentos semanais e/ou psicoterapia. A cartilha PNH de acolhimento provoca ao relatar que é em meio a relações e questionamentos que construímos nossas práticas de co-responsabilidade nos processos de produção de saúde e de autonomia das pessoas implicadas, afirmando, assim, a indissociabilidade entre a produção de saúde e a produção de subjetividades. Sendo assim, uma prática de acolhimento só opera se articulado a uma rede de saúde, sendo assim, verificou-se os efeitos psíquicos do acolhimento na construção de narrativas dessas sujeitos, onde a emergência da palavra se fez presente tanto no pronto-atendimento, quanto Serviço de Saúde Mental instaurado há dois anos na Clínica-Escola de Psicologia da FURB. A partir desta prática e dos estudos realizados foram obtidos importantes resultados, tais como: diminuição ansiedade e angústia advindas da internação; diminuição da compulsão a internação psiquiátrica, endereçamento do sofrimento para outros espaços que não os de lógica hospitalar, inclusão social e cidadania, viabilização da pulsão de vida.

MESA REDONDA: PSICOLOGIA E PSICOTERAPIA

O COMPROMISSO ÉTICO POLÍTICO DA PRÁTICA DA PSICOTERAPIA

Marilene Wittitz

Possui graduação em Psicologia pela Faculdade de Psicologia de Joinville (1991). Atualmente é professora da Associação Catarinense de Ensino e da Univille. Tem experiência na área de Psicologia Clínica, com ênfase em Psicanálise. É Conselheira Vice-Presidente do Conselho Regional de Psicologia 12ª Região - Santa Catarina.

Palavras Chaves: Psicoterapia, Ética, Formação.

O Sistema Conselhos de Psicologia estabeleceu 2009 como o Ano da Psicoterapia. Tal escolha ocorreu devido à importância da psicoterapia para o psicólogo, enquanto prática e teoria e também por se manter como o campo de maior atuação deste profissional em todo território nacional. Em Santa Catarina, o CRP-12 realizou em 2009, oito encontros regionais com o objetivo de dialogar sobre as práticas desenvolvidas pelos psicólogos catarinenses contemplando as dúvidas, inquietações, divergências e convergências, na busca de garantir um debate amplo, democrático e produtivo. Mesmo sendo o campo de maior atuação profissional do psicólogo, se faz urgente a produção de referências para viabilizar ao psicólogo uma formação mais consistente, na direção de consolidar seu reconhecimento social como profissional da psicoterapia, qualificado ética e tecnicamente. É preciso pensar a Psicologia e sua relação com a clínica ampliada, discutir as práticas emergentes, refletir sobre a patologização e a medicalização, para que possamos aprimorar possibilidades de intervenção e produzir referências deste fazer, que tem implicações éticas e sociais de extrema relevância. Então como garantirmos uma formação de qualidade que contemple a diversidade que sabemos ser constitutiva da própria Psicologia? Quais as habilidades e competências necessárias para o exercício desta prática?O que tem a dizer aqueles que se colocam na posição de professores, supervisores de estágio no curso de formação de psicólogos ou em outros que pretendem formar psicoterapeutas? O que sustenta tal "saber fazer"? Como estabelecer critérios para avaliar aqueles que se colocam como aprendizes deste campo?É notório que a Psicoterapia, atualmente, foge do espaço fechado do consultório e se encontra estabelecida em espaços públicos e coletivos. Mas apesar de um longo percurso trilhado, ainda é preciso que se promovam muitos debates e discussões permanentes em torno dessa prática, que está em constante transformação, tendo sempre como eixo norteador o respeito à subjetividade E para tanto, é preciso, como nos alertou Carlos Drawin, durante o Seminário Nacional do Ano da Psicoterapia, desenvolvermos a "Ética da tolerância epistemológica". E isso exige de cada um que esteja implicado com esta prática, compromisso ético e político.

MESA REDONDA: PSICOLOGIA E PSICOTERAPIA

A PSICOTERAPIA COMO FORMA DE ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS ATUAIS EM SAÚDE

Verena Augustin Roch

Graduada pela PUCRS – Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Especialista em Psicologia Humanista – UNILASALLE, Mestre em Psicologia – PUCRS. Instituição que representa: Unoesc – Universidade do Oeste de Santa Catarina, Campus de São Miguel do Oeste, onde é Professora e Coordenadora do Serviço de Atendimento Psicológico.

Palavras-chave: psicologia, psicoterapia, compromisso social.

Pensar em psicoterapia hoje requer de nós psicólogos uma reflexão sobre o que compreendemos sobre esta prática, assim como pensar no ensino da psicoterapia nos remete a refletir sobre como pretendemos inserir novos psicólogos em um mercado de trabalho que nos exige criatividade, comprometimento, cuidado e compromisso social. Ao longo da história da psicologia, a prática da psicoterapia esteve voltada para o atendimento individual e com uma proposta de um processo com início, meio e fim, necessitando do profissional um conhecimento sobre técnicas específicas e tendo como pressuposto o modelo médico de atuação focado no diagnóstico e cura da doença. A conquista de espaços dentro da saúde pública e saúde mental e a inserção dos psicólogos nos mais diversos campos de atuação tem nos exigido refletir sobre nosso papel dentro de uma perspectiva política e social, com foco na saúde - esta compreendida dentro de um conceito ampliado, isto é, a saúde não como mera ausência de doenças. Além do mais, se desejamos que nossa profissão seja identificada com uma postura que liberta e não aprisiona e que embasa sua prática na liberdade e na responsabilidade de cada pessoa sobre seu existir, temos que ter clara a visão de homem que irá dar suporte a esta prática que possibilita a inclusão e a cidadania, que promove a justiça social e os direitos humanos facilitando para que as pessoas e suas comunidades sejam cada vez mais participativas e comprometidas com as questões que envolvem a sociedade como um todo. As experiências no atendimento às pessoas em seus mais variados âmbitos têm modificado nossa forma de conceber a prática e o ensino da psicoterapia. A psicoterapia pode ser vista como uma prática que privilegia o encontro entre duas ou mais pessoas - isto é, quando focamos no encontro estamos falando em uma relação que se estabelece não apenas entre duas pessoas como na prática psicoterapêutica individual – ela pode se estender ao grupo. Ao conceber o encontro, a ênfase se dá na própria relação estabelecida entre duas ou mais pessoas onde não existe o poder de uma sobre a outra. Ao se privilegiar o encontro, se aproveita ao máximo a potencialidade deste encontro e a psicoterapia não necessita ser um processo longo e interminável. Vista desta forma, a psicoterapia é construída no processo ou na presenca ou ausência deste processo. Assim como a prática, o ensino desta prática poderá ser construída por quem ensina e por quem apreende, isto é, o ensino pode ser construído através das várias experiências compartilhadas pelos alunos e professores. A idéia da construção pressupõe criatividade, experiência e ousadia, tanto do profissional psicólogo, do psicólogo em formação quanto do usuário dos serviços da psicologia ou psicoterapia - esta idéia requer, no entanto, abertura de todos nós psicólogos para uma nova concepção da prática, do ensino e da pesquisa – uma abertura para questionar velhos fazeres e ousar novas possibilidades.

MESA REDONDA: PSICOLOGIA E JUSTIÇA

PRÁTICAS E PERSPECTIVAS NO CAMPO JURÍDICO

Mirella Alves de Brito

Possui graduação em Psicologia pela Universidade do Vale do Itajaí (1993), Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina - PPGAS/UFSC (2007). Doutoranda em Antropologia Social - PPGAS/UFSC, com entrada em 2010/1. Atualmente é professora titular da Universidade do Vale do Itajaí, onde no semestre de 2009/1 foi Coordenadora do Curso de Psicologia no Campus de Biguaçu. Tem experiência em Psicologia, com ênfase em Psicologia Social; atuando principalmente nos seguintes temas: violência, processos de subjetivação, gênero/sexualidade, estatuto da criança e do adolescente; criança e adolescente em situação de risco, populações carcerárias e formas de aparentamento.

Falo da psicologia como mais uma das invenções das práticas psi, e aqui tenho como referência a noção de invenção oportunizada no estudo das ciências, por Michel Foucault e nas reflexões de Luis Claudio Figueiredo. Invenção, por que não estamos falando de algo dado, pronto, a que se recorre quando é necessário - duvido que há algo com essa particularidade -, mas por que falamos da consolidação de práticas, que por um lado procuravam corresponder a um ideário positivista de busca de verdades e por outro que se firmaram em terrenos como o da justiça. Então, nesse caminho que tomo, não ando nele sozinha, além das ferramentas/óculos, levo a história, a memória de que a experiência com a "Psicologia do Testemunho" produziu em nós a possibilidade de uma psicologia inquisitiva. Não tomo o caminho das práticas da inquisição. Procuro reconhecer que só temos a psicologia jurídica como possibilidade profissional, por que temos psicologias que se pretendem contribuir com a justiça em algum grau ou dimensão das práticas jurídico-normativas. Por práticas jurídico-normativas, entendo aquelas que correspondem a normatizar as práticas sociais, as relações entre as pessoas e seus grupos, a partir do sistema jurídico e da sua maquinaria, suas linhas e entrelinhas que se configuram em todas as instâncias da vida social. Seja através de regras oficiais e da constituição, seja através de éticas e morais que perpassam os discursos em todos os âmbitos. Desde muito cedo em meu fazer-me Psicóloga, fui apresentada aos textos de Michel Foucault e com ele tenho contado sempre que preciso questionar meu campo disciplinar e o de meus parceiros, mas também pude, no universo teórico-metodológico da psicologia social latinoamericana, compreender que a psicologia se faz, fazendo. Não é bárbaro! Não há intervenção psicológica a priori, ela só existe no diálogo com outro, só existe se for inventada. Em nome dessa curiosa falta de um ponto fixo no terreno das ciências, procuro realizar minhas atividades em psicologia de maneira a compreender muito mais o que queremos do que a responder questões que nos são dirigidas na ânsia de solucionarmos problemáticas ou a explicar situações que fogem de diagramas explicativos, por serem compostas de práticas entre humanos e pela multiplicidade de ser que nós humanos somos. Meu interesse além de sugerir a postura do cartógrafo, corresponde também ao de atentarmos para nossos objetivos em campo. O que queremos? O que reivindicamos? Ao me decidir por atuar em instituições – ou na interface com elas – jurídicas, fui percebendo que precisava decidir também minhas ferramentas/óculos a partir das referências epistemológicas que mais ecoavam em mim aquilo que eu presenciava nessas instituições. Estou falando de escolhas de recortes teórico-metodológicos a partir dos quais irei me fazendo psicóloga nesses campos e produzindo neles alguns saberes psi. Tenho optado, sobretudo por observar antes de qualquer coisa. Minha pergunta central é: O que faz o psicólogo? E com essa questão escuto, procuro a psico-lógica nas situações para as quais sou convidada a intervir. Há no bornal, as ferramentas mais caras à psicologia, a saber, sua própria história, os conhecimentos que foram servindo de explicação da organização psicológica dos sujeitos, os clássicos e os mais recentes estudos. Penso que os estudos filosóficos de Deleuze e de Guattari, têm contribuído muito para pensar e fazer uma psicologia que procura se entender como falível. No cotidiano das intervenções junto ao campo jurídico, tenho me deparado com inúmeras possibilidades de construir com os interlocutores, especialmente com assistentes sociais, advogados e juízes, olhares mais atentos à circustancialidade em que se colocam os processos

para os quais precisamos emitir pareceres. Para ilustrar, procurarei relatar em poucas palavras como viemos produzindo linhas de fuga da prática psi na Vara da Infância e Juventude de Florianópolis, junto a Central de Adoção, através da parceria entre o Curso de Psicologia da UNIVALI Biguaçu e aquela instituição. Trata-se de um trabalho que teve seu inicio em 2007, com estagiárias do quarto e quinto ano de psicologia. A atividade de estágio compreende participar dos processos avaliativos de cadastramento de pessoas interessadas em constituir laço parental através da adoção. Quando chegamos a demanda era a de emitirmos pareces avaliativos (através de entrevistas e testagens) nos processos, aos poucos fomos entendendo que o modelo que tínhamos não era suficiente para identificar a motivação das pessoas pelo processo de adoção, tampouco possibilitava que os interessados se percebessem como parte ativa do processo. Foi necessário mudar as lentes e olhar para a adoção como um fenômeno social que orquestra uma complexidade que vai além do desejo de se exercitar a maternagem e/ou a paternagem. Constituímos então um novo modelo de olhar para os processos que nos chegavam e passamos a entender que o momento em que as pessoas buscam o cadastramento para adoção, deve contar com a reflexão em torno de tal escolha. Isso por que, na maioria dos casos, as pessoas não conhecem os meandros do processo, tampouco possuem informações a cerca das reais necessidades de colocação de uma criança e/ou adolescente em família substituta. Com essa decisão a avaliação psicológica passou a ter outra conotação e a não corresponder ao imaginário existente e demandado pelo poder judiciário. Partimos da premissa que não cabe a ninguém o poder de legislar sobre a capacidade de alguém ser ou não pai e/ou mãe. O que nos interessa é entender o que os leva a essa escolha e possibilitar que se vejam escolhendo.

MESA REDONDA: PSICOLOGIA E JUSTIÇA

Tatyana Elisan Bonamigo

É mestre em Psicologia da Infância e Juventude pela Universidade Federal do Paraná-UFPR (2004), especialista em Terapia Cognitivo Comportamental: Teoria e Prática pela Universidade de São Paulo-USP (2001), pós-graduanda em "Docência na Educação Superior" pela Unochapecó e cursou a graduação em Psicologia pela Pontificia Universidade Católica do Paraná-PUC/PR (2000). Atualmente é Psicóloga Clinica e professora da Universidade Comunitária Regional de Chapecó. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia, atuando principalmente nos seguintes temas: psicologia comportamental, psicologia cognitivo comportamental, relações interpessoais, psicologia e instituições jurídicas e educação.

RESUMO NÃO ENVIADO PELO PALESTRANTE

MESA REDONDA: PSICOLOGIA E JUSTIÇA

Deise Maria do Nascimento

Possui mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2000) com o tema Um estudo sobre o significado do trabalho em reclusos do Presídio Masculino de Florianópolis. Atua na Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Presídio Masculino de Florianópolis. É Conselheira do Conselho Federal de Psicologia e participa da Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP.

RESUMO NÃO ENVIADO PELO PALESTRANTE

MESA REDONDA: PSICOLOGIA E TRABALHO

TRABALHO E AMBIENTE: a interface necessária entre os dois construtos à saúde do trabalhador

Lilia Aparecida Kanan

Psicóloga. Doutora em Psicologia pela UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina. Vinculo institucional: UNIPLAC - Universidade do Planalto Catarinense. Professora e Pesquisadora. Endereço eletrônico: lak@uniplac.net;

Palavras chave: saúde do trabalhador; psicologia, trabalho e saúde; condições de trabalho.

Historicamente a Psicologia centrou pesquisas, pesquisadores, autores e articulistas em estudos acerca da influência do ambiente sobre as pessoas, relegando a um segundo plano possibilidades de compreensão e conhecimento sobre a influência que as pessoas exerciam sobre o ambiente. Nas últimas décadas, questões de ordem política, ideológica, humanitária, entre outras, possibilitaram a concretização de uma Psicologia mais social e mais voltada ao coletivo do que ao individual, contraponto de seu originário modelo médico. A partir deste detour, psicólogos passaram a observar mais e melhor os ambientes e as organizações de trabalho. Eles constatam hoje, com preocupação, que estas estão cada vez mais envolvidas em ambientes progressivamente turbulentos, inseridas em contextos competitivos e mutáveis, cenário que não contribui para a promoção de vínculos psicológicos saudáveis e necessários entre os indivíduos e as organizações. A realidade evidencia que os trabalhadores, ao longo dos últimos vinte anos, têm sido expostos à constantes pressões e aumento na complexidade de seus fazeres; sofrem com maior carga de responsabilidade e exigências elevadas de desempenho; devem responder à necessidade de aprendizagens rápidas e contínuas de novos procedimentos e tecnologias; são impactados por constantes ameaças de desemprego, o que promove a competição e o individualismo em detrimento das solicitações por integração e coesão. Então é pertinente questionar: qual trabalho temos e qual trabalho queremos? E sobre ambientes de trabalho? E quanto à saúde do trabalhador? De quais fenômenos estamos falando? O que a Psicologia tem a dizer? Vivências e experiências no contexto do trabalho, com mais frequência que se possa imaginar, têm marcado a vida dos trabalhadores na forma de dramas pessoais. Seu sofrimento, não raro, é silencioso, nem sempre visível, objetivo ou detectado pelo saber estritamente médico. Ao mesmo tempo em que as incessantes necessidades de um mercado ávido por inovações tecnológicas se enaltecem por gerar oportunidades e riqueza, é possível constatar os novos perigos incorporados aos processos de trabalho e às tecnologias, o que têm impedido trabalhadores de exercerem sua humanidade pela perda de sua integridade física ou psicológica. E, como trabalhadores se acidentam e adoecem nos seus locais de trabalho, estes espaços, ainda que privados, se constituem (ou deveriam se constituir) interesse público. De todo modo, já há consenso entre a comunidade psi que o trabalho é um espaco privilegiado de constituição do sujeito. Nele, coexistem relações e experiências que caracterizam e constituem a vida no sentido coletivo, a partir da singularidade de cada um dos sujeitos que dela fazem parte. É pertinente então destacar a necessidade de estabelecimento de mecanismos de ação integrada entre os sistemas ambientais, de saúde e de trabalho, de modo que nas políticas organizacionais prevaleçam possibilidades de maximização das condições de trabalho e ambientes que sejam favorecedores/promotores de saúde e de qualidade de vida. E, sobre isso, a Psicologia tem muito a contribuir!

MESA REDONDA: PSICOLOGIA E TRABALHO

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA EM SELEÇÃO DE PESSOAS: REFLEXÕES SOBRE SUA UTILIZAÇÃO

Andreia Martins

Psicóloga - Mestre em Políticas Públicas e Professora da Faculdade Avantis

Palavras-chave: avaliação psicológica; seleção de pessoal; atividades do psicólogo organizacional e do trabalho.

A crescente competitividade no mercado dos negócios e a agilidade das mudanças organizacionais, tanto no âmbito interno quanto externo, pressionam as empresas a uma estrutura dinâmica e flexível, com número reduzido de postos de trabalho e com maior necessidade de profissionais altamente qualificados e comprometidos com as metas organizacionais. Dessa forma, as pessoas tornam-se elementos de suma importância às empresas, pois transformam os recursos financeiros em serviços e produtos rentáveis, com alto poder de barganha e geração de renda. Sem contar, que as organizações precisam obter vantagens competitivas com relação a seus concorrentes e para isso necessitam de inteligência competitiva, gerada essencialmente pelos seus recursos humanos. Os processos seletivos das empresas devem contar com instrumentos eficazes e confiáveis na investigação da relação homem/trabalho especificamente na predição comportamental dos futuros colaboradores. A avaliação psicológica, com seus vários instrumentos de medição auxilia os psicólogos no processo de averiguação das competências comportamentais dos candidatos a determinada vaga de trabalho. A avaliação psicológica é uma atividade essencial nas intervenções dos psicólogos organizacionais e do trabalho. A eficiência do processo de avaliação psicológica depende exclusivamente do próprio psicólogo na compreensão do que foi proposto avaliar, na escolha de recursos metodológicos e técnicos, na habilidade de analisar todos os recursos utilizados e na comunicação dos resultados. Os processos de avaliação psicológica no trabalho tiveram início no século XIX constituindo uma história voltada aos interesses dos diagnósticos das condições psicológicas e dos traços de personalidade dos trabalhadores, com o objetivo de identificar condições mais apropriadas nos indivíduos aos postos de trabalho. Wundt foi um dos grandes estudiosos dos problemas humanos no trabalho, influenciando seus discípulos na organização de uma psicologia voltada para os problemas e demandas do industrialismo. De uma forma em geral, as intervenções realizadas pelos psicólogos organizacionais e do trabalho direcionaram-se às atividades de recrutamento e seleção. Essa circunstância explica-se pela trajetória histórica da inserção dos psicólogos nas organizações, voltada para os processos de seleção de pessoas com base em exames psicológicos enfocando apenas os resultados de baterias de testes, negligenciando uma análise mais ampla e contextualizada do indivíduo e do processo da avaliação psicológica como um todo. No entanto, há necessidade que o psicólogo reflita sobre sua postura profissional, atuando como um profissional mais aberto, informado, conhecedor do mercado, dos negócios e das necessidades dos trabalhadores e da organização como um todo. Nesse sentido, é de suma importância o aperfeiçoamento contínuo dos psicólogos com relação aos seus conhecimentos teóricos e técnicos de intervenções, buscando atuar de forma empreendedora, dinâmica e pró-ativa frente às diversas demandas dos processos de seleção de pessoas nas organizações.

MESA REDONDA: PSICOLOGIA E TRABALHO

Karin Bruxel

Possui graduação em Psicologia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC Chapecó (2002) e mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2005). Atualmente é professor universitario da Universidade Comunitária Regional de Chapecó. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social.

RESUMO NÃO ENVIADO PELO PALESTRANTE

MESA REDONDA: PSICOLOGIA E ASSISTENCIA SOCIAL

O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA NA COMARCA DE CHAPECÓ: Perspectivas Interdisciplinares: potencialidades e desafios

Ana Soraia Haddad Biasi

Graduação em Serviço Social pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (2000), especialização em Práticas Sociais em Família, pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (2001) e mestrado em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2006). Atualmente é Assistente Social do Ministério Público de Santa Catarina, comarca de Chapecó. Pesquisadora do grupo de pesquisa sobre violência NESVI da Universidade Comunitária da Região de Chapecó e membro do Fórum Municipal pelo fim da Violência e Exploração Sexual de Infanto-juvenil de Chapecó.

Palavras – chaves: Interdisciplinaridade, Intersetorialidade, Serviço Social, Ministério Público

A partir da Constituição Federal de 1988 que o Ministério Público, segundo Mazzilli (1989), assume "elevado status constitucional". De acordo com o art. 127 da Constituição Brasileira, "O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis". Dentre as áreas que compõem a estrutura organizacional do Ministério Público de Santa Catarina, atualmente, o Serviço Social é uma das profissões, em nível superior, que vem assumindo importante espaço. A atividade profissional está amplamente respaldada, sobretudo nos atos administrativos da Instituição, na Lei nº 8.662/1993, de Regulamentação da Profissão e no Código de Ética Profissional, cujos princípios fundamentais se coadunam com a Missão Institucional. Neste contexto, a ação profissional está diretamente relacionada às diversas problemáticas sociais e às suas interfaces com as políticas públicas de proteção, promoção e prevenção, e atende as demandas advindas, principalmente, das Promotorias da Infância e Juventude, Família, Cidadania, Direitos Humanos e Promotorias Criminais, considerando as especificidades de cada comarca, razão pela qual torna-se imperativo o trabalho interdisciplinar e intersetorial. A experiência da RAIA - Rede de Atendimento à Infância e Adolescência de Chapecó, nasce a partir desta preocupação e se consolida como uma proposta de trabalho de responsabilidade compartilhada, intersetorial e interdisciplinar, voltada para famílias e comunidade. Esta proposta, ancorada na perspectiva filosófica do Estatuto da Criança e do Adolescente, surgiu com o objetivo de realizar ações articuladas com todos os setores de atendimento , inclusive sociedade civil, na busca de alternativas para o enfrentamento dos problemas afetos à infância e juventude de Chapecó. A RAIA traz discussões e encaminhamentos metodológicos que têm sido construídos a partir de uma postura capaz de promover a articulação de pessoas/profissionais em torno de um objetivo comum que viabilize a solidariedade coletiva permanente (TURK, 2002, p 24). Discute, a partir das experiências vividas, a sustentação teórico-metodológica que vem se firmando como desafio no processo de construção, amadurecimento e consolidação de uma proposta interdisciplinar de ruptura às condutas que violam direitos, reproduzem a exclusão e precarizam o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. Traz a família como centralidade das políticas públicas, o que demanda horizontalidade, participação, solidariedade, cooperação e capacidade de lidar com conflitos. Trabalhar em rede implica em um profundo exercício de conhecimento e reconhecimento do outro, de troca de experiências, de aprendizado mútuo. A atuação em rede se define a partir dos significados constantemente construídos e reconstruídos, do encontro com os potenciais de saúde, dos movimentos resilientes e da história interativa entre caso/rede. Significa superar a solidão profissional, partilhar as situações, refletir de forma a possibilitar as análises amplas e contextualizadas no tempo e na história. Os encontros de rede têm sido um movimento importante de reflexão sobre posturas, comportamentos, práticas sociais e políticas públicas vigentes.

MESA REDONDA: PSICOLOGIA E ASSISTENCIA SOCIAL

Luciana Assini

Técnica do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) do CRP-12. Graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2004). Formação em Terapia Familiar Sistêmica. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Palavras-chave: Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas; Psicologia; Assistência Social; atuação profissional do psicólogo

O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) é um órgão operacional do Sistema Conselhos de Psicologia, que tem como objetivo a formulação de referências para atuação profissional dos psicólogos no campo das políticas públicas. Essas referências são construídas a partir de pesquisas realizadas em âmbito nacional com psicólogos que atuam com políticas públicas. A Psicologia no Brasil, desde que foi regulamentada como profissão na década de 1960, tem se caracterizado predominantemente por uma atuação de seus profissionais voltada para o contexto clínico/particular. No final da década de 1980 iniciaram novos movimentos de mudança do perfil profissional do psicólogo, tendo o compromisso social como um dos norteadores da prática profissional. Desde então, o número de profissionais que atuam nas políticas públicas brasileiras vem aumentado, e junto com isso também crescem os desafios relacionados com uma atuação qualificada nesses espaços. A Assistência Social é uma das políticas em que aumentou o número de psicólogos contratados nos últimos anos. Desde a criação da Política Nacional de Assistência Social em 2004 (PNAS/2004) e, posteriormente, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS/2005), os esforços para a criação de serviços para atender as necessidades sociais dentro de uma política consistente - e não mais meramente assistencialista – têm se instaurado. Com o objetivo de consolidar esses serviços, foram criados os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). A criação do CRAS e CREAS vêm ampliando significativamente a atuação profissional dos psicólogos na Assistência Social. De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), em 2009 havia 5.687 psicólogos trabalhando em 5.797 CRAS e 2.022 psicólogos em 1.200 CREAS. Com o campo de atuação crescendo de forma consistente na Assistência Social, o Crepop vem realizando pesquisas com psicólogos que atuam nessa política com o objetivo de construir referências técnicas que possam fortalecer e nortear a atuação desses profissionais. A atuação do(a) psicólogo(a) na política pública de Assistência Social foi caracterizada pelo Crepop por meio de pesquisas com profissionais que atuam em: Serviço de enfrentamento à violência, abuso e exploração sexual contra criancas e adolescentes (2007); Medidas Socioeducativas em meio aberto/liberdade assistida (2008); CREAS e outros serviços de acolhida e atendimento domiciliar do SUAS (2009); CRAS/SUAS (2010 - em andamento). Esta apresentação tem como objetivo caracterizar o panorama geral da atuação profissional do psicólogo na Assistência Social a partir das informações coletadas em pesquisas sobre a atuação do psicólogo nessa política.

MESA REDONDA: ESTÁGIOS EM PSICOLOGIA

COMO FAZER A INTEGRAÇÃO DE TEORIA E PRÁTICA: DESAFIOS E LIMITES

Júlio Schruber Júnior

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Tuiuti do Paraná (1981), graduação em Fisioterapia pela Pontificia Universidade Católica do Paraná (1983), Especialização em psicoterapia infantil e psicomotriciade, mestrado em psicologia clinica pela U.T.P. mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é Gestor Academico do curso de psicologia da Faculdade Guilherme Guimbala e professor titular da Faculdade Guilherme Guimbala e , psicólogo pesquisador do Instituto de Pesquisas Psicológicas de Joinville. É diretor nacional da associação Brasileira de Ensino de Psicologia.

Esta mesa discute a importância dos processos de integração teoria e prática no ensino superior e apresenta alguns exemplos da prática com acadêmicos dos anos iniciais de formação. Para discussão do referido tema, utiliza-se como referencia a prática realizada nos cursos de Psicologia, mais especificamente no 3o ano de alguns cursos de Psicologia, onde as teorias discutidas são transformadas em práticas no cotidiano, antes do estágio obrigatório. Essas experiências vêm acontecendo após a implantação das diretrizes curriculares nacionais para a Psicologia, que tentam promover esse trabalho. Essa temática a muito vem sendo discutida, pois no cenário global a exigência para a competência é cada vez maior. Assim, o ensino superior necessita cada vez mais promover aos acadêmicos a possibilidade de conhecer a sua futura profissão no contexto social. Estas práticas são denominadas nas diretrizes curriculares como estágio básico e tem levado a grandes discussões principalmente pela falta de modelos para sua implantação nos mais diversos cursos por este país afora. Esta mesa visa discutir e lançar idéias de como se pode implantar os mais diversos modelos desta modalidade de estágio.

MESA REDONDA: ESTÁGIOS EM PSICOLOGIA

Liani Maria Hanauer Favretto

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (1995), especialização em Administação de Recursos Humanos pela Universidade do Contestado (1999), especialização em Formação em Coordenação de Dinâmica dos Grupos pela Sociedade Brasileira de Dinâmica de Grupo - Porto Alegre (1999) e mestrado em Psicopedagogia pela Universidade do Sul de Santa Catarina (2005). Atualmente é Professora da Fundação Universidade do Contestado e Professora da Universidade do Oeste de Santa Catarina.

A formação em Psicologia tem sido nos últimos anos algo de pesquisas e questionamentos, pois tem-se buscado avaliar se as mudanças propostas a partir das diretrizes curriculares, que é a superação somente de repasse de conteúdos, para um maior investimento no desenvolvimento das competências e habilidades dos acadêmicos, tem acontecido de forma eficaz. Apesar desses questionamentos e a busca de uma maior aproximação entre teoria e prática, percebe-se ainda um distanciamento entre a formação acadêmica, a realidade profissional e as demandas propostas pela sociedade. Essas percepções são mais facilmente identificadas quando os acadêmicos realizam o estagio curricular supervisionado obrigatório, em razão de alguns fatores: 1. 'falhas' no processo de ensino/aprendizagem; 2. Demandas dos locais de estágio que não contribuem para um amplo aprendizado do estagiário; 3. orientadores locais que não possibilitam uma aproximação adequada entre estagiário e organização/instituição; 4. Competências/habilidades/comportamentos do acadêmico/orientador na metodologia de investigação científica. Diante desses fatores, cabe indagar de que forma as instituições formadoras podem contribuir para uma melhor aproximação entre teoria/pratica e o desenvolvimento de comportamentos dos acadêmicos que atendam as exigências do mercado.

MESA REDONDA: ESTÁGIOS EM PSICOLOGIA

Márcia Gisela de Lima

Possui graduação em Psicologia pela Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1988), especialização em Pós Graduação na Área de Recursos Humanos pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (1991) e mestrado em Administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (2000). Atualmente é Professor da UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA REGIONAL DE CHAPECÓ. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Psicologia Organizacional. Atuando principalmente nos seguintes temas: Qualidade de vida no trabalho-QVT, Trabalho, Organização e Indivíduo.

RESUMO NÃO ENVIADO PELO PALESTRANTE

MESA REDONDA: AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

RELATÓRIO /LAUDO PSICOLÓGICO E PROCESSOS ÉTICOS

Sílvio Serafim da Luz Filho

Instituição: Universidade Federal de Santa Catarina / Departamento de Psicologia

Doutor em Educação pela USP. Mestre em Administração pela UFGRS. Graduado em Psicologia pela PUC/ Paraná, com especialização em Orientação Educacional pela UDESC e, em Psicologia Escolar pela PUC/RS. Atualmente, é Professor Adjunto IV na UFSC, lotado no Departamento de Psicologia e, Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento. Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Psicologia do Trânsito e do Transporte, e do Núcleo de Pesquisa Vocação, Ocupação e Trabalho. É Membro Associado da Associação Brasileira de Orientação Profissional (ABOP), Associação Brasileira de Psicologia Educacional e Escolar (ABRAPEE) e do Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAPE) . Interesses em Ensino, Pesquisa e Extensão: Psicologia do Trânsito, Psicologia Jurídica, Orientação Vocacional e Planejamento de Carreira, Instrumentos e Avaliação Psicológica, Psicologia Organizacional e do Trabalho, Mídia e Subjetividade.

Análise crítica de processos éticos, identificados no informativo do conselho regional de psicologia-12ª região, nos anos de 2008 e 2009, e especificamente na comunicação escrita, decorrentes de avaliação psicológica, com base nos pressupostos da resolução CFP nº 007/2003, no aspecto estrutural de relatório/laudo psicológico.

MESA REDONDA: AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

Jamir João Sarda Júnior

Formado em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (1994), Especialista em Gestalt Terapia, Mestre em Psicologia pela UFSC (1999) e Doutor em Medicina pela The University of Sydney – Australia (2007). Atualmente é professor do Curso de Psicologia da Universidade do Vale do Itajaí – Univali, atuando nas áreas de docência, pesquisa e clínica, nos campos de Itajaí e Biguaçu. É coordenador do Laboratório de Avaliação Psicológica desta instituição e líder do grupo de pesquisa Saúde e Sociedade. Tem experiência na áreas de construção e validade de testes, escalas e outras medidas psicológicas, atuando principalmente nos seguintes áreas: avaliação psicológica, dor crônica, AIDS e psicologia da saúde.

RESUMO NÃO ENVIADO PELO PALESTRANTE

MESA REDONDA: PSICOLOGIA E ÉTICA

ÉTICA E EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO

Marilene Wittitz

Possui graduação em Psicologia pela Faculdade de Psicologia de Joinville (1991). Atualmente é professora da Associação Catarinense de Ensino e da Univille. Tem experiência na área de Psicologia Clínica, com ênfase em Psicanálise. É Conselheira Vice-Presidente do Conselho Regional de Psicologia 12ª Região - Santa Catarina.

Palavras Chaves: Ética. Exercício Profissional do Psicólogo

A Psicologia enquanto ciência e profissão é colocada em análise o tempo todo. Análise que tem gerado questões que remetem a formação e a atuação de seus profissionais e os efeitos que produzem com sua prática. Com que ética estão articulados e quais subjetividades estão produzindo? Atualmente nos deparamos com a precariedade de muitos cursos de graduação e a decorrente prática profissional atravessada por equívocos, enganos ou erros formais e informais. Tais situações, muitas vezes geram denúncias sobre o exercício profissional inadequado de Psicólogos. Em Santa Catarina, o Conselho Regional de Psicologia - CRP-12, mantém atualizado acervo de informações sobre os processos éticos que transitaram e que tramitam em sua Comissão de Ética. A análise deste conjunto de dados possibilita questionamentos, reflexões, recomendações e sugestões aos coordenadores e professores de cursos de graduação do estado, de modo a contribuir para a minimização da quantidade de denúncias recebidas, vez que objetiva ir ao encontro do profissional em formação, qualificando-o ética e tecnicamente. Este trabalho apresenta os dados organizados pela Comissão de Ética do CRP-12 em relação ao número de denúncias protocoladas entre 1994 e 2009, quem denuncia e a distribuição da frequência das infrações éticas denunciadas. É importante ressaltar que esta análise quantitativa e qualitativa visa contribuir e indicar ao Sistema Conselhos a necessidade de manter e ampliar ações que contemplem de forma mais efetiva o debate junto à categoria e aqueles que se encontram na graduação, buscando aprofundar temas relevantes e emergentes do fazer do psicólogo, na direção de um exercício profissional qualificado e comprometido com a cultura de direitos e cidadania.

MESA REDONDA: PSICOLOGIA E ÉTICA

Ana Maria Pereira Lopes

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (1994), mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2002) e doutorado (em curso) pela Universidade Federal de Santa catarina. Atualmente é professor titular da Universidade do Sul de Santa Catarina, com ênfase em papéis e Estruturas Sociais; Políticas públicas de saúde e políticas da profissão de psicólogo, atuando principalmente nos seguintes temas: atenção básica em saúde, saúde mental, psicologia e saúde e políticas públicas para adolescentes.

Palavras-chave: Ética. Psicologia. Compromisso social.

O presente trabalho parte da invenção do psicológico na sociedade moderna, de acordo como escrevera Figueiredo (1997). O autor descreve a privatização da subjetividade privatizada como um processo de perda da noção de coletivos. Consequência disto é a ilusão de liberdade e da individualização humana, quando em verdade prepondera a disciplinarização e normatização a fim de cumprir ditames do modelo liberal. Nesse momento a psicologia científica e suas possibilidades de aplicação a contextos institucionais entram em cena, passando a ocorrer a intervenção no psicológico. Assim, no Brasil, a psicologia se torna profissão por meio da Lei 4119/62, antecedida por práticas em instituições de educação, trabalho e hospitais psiquiátricos (ANTUNES, 2002). Os primeiros Códigos de Ética da Psicologia, de 1975 e 1979, expressavam direcionamentos destacados para ações de normatização e classificação, bem como traziam normativas voltadas para os contextos institucionais dessa época, sejam eles as indústrias, hospitais, escolas e até mesmo instituições militares. Já o Código de 1987 continha direcionamentos sobre a relação da profissão com a sociedade, mas ainda era predominantemente corporativo. Com o fim ditadura em vários países da América Latina e a instalação de processos legais e institucionais com vistas à consolidação da democracia, a mudança de perspectiva da profissão se deu acompanhada da problematização do fenômeno psicológico. A psicologia, que já se fazia presente nos cenários institucionais, passou a enfrentar contradições e ser indagada sobre seus compromissos com as pessoas. Tratava-se de um cenário em que as aspirações dos psicólogos já não mais podiam ocorrer de forma isolada, mas por meio do reconhecimento pela sociedade. Nesse cenário passavam a se fazer presentes políticas sociais com as quais a psicologia se necessitou se colocar em diálogo. Esta se voltou para o Compromisso Social e Direitos Humanos como eixo articulador de suas práticas. Nesse contexto, passa a se fazer presente uma compreensão do psicológico diferente daquele que versava quando da instalação da profissão no país. Tal compreensão como colocara Bock (1998), levava a complexidades do fenômeno psicológico, enquanto processos contínuos e construídos durante a vida; e que permitem adaptações e transformações da realidade processos compreendidos como subjetividade. Nesse cenário ocorre a ampliação do lugar social da profissão em políticas sociais como as de saúde e mais recentemente de assistência social. A intervenção no psicológico, por meio do Código de Ética de 2005, traz em seu texto: debates entre direito individual e coletivo, sobretudo na colocação do sigilo; uma prática voltada para direitos humanos; o imperativo de que práticas psicológicas devam ser reconhecidas no seio da sociedade, da ciência e em debate com a profissão. Ainda, desdobram-se do Código de Ética um conjunto de Resoluções que trazem direcionamentos para as práticas em contextos específicos. A sociedade, a quem afinal a prática se destina, pode então estabelecer debate sobre os procedimentos psicológicos. A ideia de compromisso social da profissão significa que esta precisa ter sempre o reconhecimento para a sociedade como balizador da sua ética.

MESA REDONDA: FORMAÇÃO E MOVIMENTO ESTUDANTIL

DES'FORM(AÇÃO) EM MOVIMENTO: DIVERSIDADES E POSSIBILIDADES NO CRU DA TROCA!

Eduardo Antunes de Matos

Graduando em Psicologia pela Universidade do Planalto Catarinense - Uniplac; Terapeuta Comunitário pelo Pólo de Formação em Terapia Comunitária do Rio Grande do Sul; Subdiretor de Políticas Universitárias e Assistência Estudantil do Centro Acadêmico de Psicologia da Uniplac; Membro do Coletivo Regional de Estudantes de Psicologia da Região Sul.

Instituição que Representa: Uniplac – Universidade do Planalto Catarinense.

É uma dificil tarefa falar sobre Formação e sobre Movimento Estudantil, principalmente quando essa formação e esse movimento são constantemente atravessados pelos temas pertinentes a uma área como a Psicologia. Mas pra isso, se faz necessária uma breve introdução ao assunto. Psicólogos em diferentes áreas de atuação se deparam com divergências entre a rigidez da sua formação e o compromisso social que encontram ao sair da universidade. Esses profissionais ficam entre buscar manter a sociedade como ela está (status quo) ou transformá-la, subverter esta tentativa de estagnação. Um dos lados da moeda se mostra quando a Psicologia é utilizada como um forte instrumento de dominação, que nasceu com a missão de prover conceitos e instrumentos 'científicos' de medida que visem a adaptação dos indivíduos à ordem social (colocar todo mundo dentro de caixinhas). Ou seja, o papel principal que comumente é atribuído a todas as linhas de pensamento da psicologia é o de adaptação do sujeito. Porém, a perspectiva que a psicologia terá vai depender da direção que o psicólogo dará à sua intervenção. Existe um compromisso implícito em tudo que o psicólogo vê e também no que ele deixa de ver. Aí chegamos então a uma questão central para o nosso encontro: Qual é o papel do estudante de psicologia em meio a esse turbilhão de informações confusas e antagônicas onde cada disciplina tem seu espaçinho separado e resguardado dentro dos departamentos das universidades? Cabe especificamente a cada um, digerir essas informações e então dirigir a sua atuação depois de formado? Isso pode ser feito em coletivo? Como? E enquanto ainda somos graduandos, qual nosso real papel? Estudamos durante muito tempo, em média cinco anos, para aprender a pensar, observar e intervir em como as pessoas pensam sobre, percebem e agem sobre as coisas que estão à sua volta. Sendo assim, o papel do estudante de Psicologia seria o de enxergar e fazer enxergar que a sua formação não será suficiente. Fazer o 'feijão com arroz' não basta para promover qualidade de vida. Todas as coisas podem ser vistas, e porque não, feitas de várias formas diferentes. E seguindo essa linha de pensamento, qualquer mudança que interfira nas relações entre as pessoas é uma transformação social. Somente falar detrás de mesas leva ao conhecimento? Leva á produção de conhecimento? Leva à construção de conhecimento? Quando se trata de Movimento Estudantil e da discussão sobre o processo de Formação em Psicologia, ninguém sabe mais do que ninguém e todo mundo aprende com todo mundo. Essa proximidade constrói conhecimento vivencial. Aquele velho modelo do "fala que eu te escuto" já não cabe mais nos dias de hoje. Estamos todos num mesmo patamar! Sabemos diferentes coisas e todos esses saberes devem ser respeitados. E é nessa perspectiva que se introduz o conceito de Movimento Estudantil que utilizamos aqui no Sul do Brasil: um meio de trocas e possibilidades que tem como meta servir de espaço para a qualificação dos Estudantes de Psicologia para (sobre)viverem dentro de seus mundos de forma(ta)ção.

MESA REDONDA: FORMAÇÃO E MOVIMENTO ESTUDANTIL

Débora Diana da Rosa

Acadêmica do curso de Psicologia da Unochapecó. Membro do Diretório Acadêmico (DCE) da Unochapecó.

Historicamente o Movimento Estudantil (ME), foi um espaço amplo de debates e discussões políticas e sociais, pautando-se pela criticidade ao naturalizado ou aquilo que esta instituído socialmente para a busca de garantias e efetivação de direitos não só estudantis mas também direitos sociais. Por essas características o ME já é um espaço de formação política e cidadã. Falando sobre o compromisso e o comprometimento que são temas da ABEP, nós temos um ME protagonista de muitas conquistas sociais como a ampla participação dos estudantes de psicologia nas reformas sanitárias, psiquiátricas e em defesa da saúde pública no Brasil. Temos um ME discutindo questões referentes a gênero, classe, etnia e, sobretudo discutindo e rediscutindo a Educação Brasileira. E como estamos falando de Formação é sobre a educação que quero conversar um pouco com vocês. Pois, a ampliação das nossas visões de mundo, para nos darmos conta e entendermos a complexidade da nossa realidade dependemos hoje de uma formação não apenas acadêmica e técnica, mas sobretudo de uma formação humana, social, cultural, política e cidadã. Uma educação que possibilite assim como ressalta Durkheim, o objetivo da educação não é o de transmitir conhecimentos sempre mais numerosos ao aluno, mas o de criar nele um estado interior e profundo, uma espécie de polaridade de espírito que o oriente em um sentido definido, não apenas para a infância mas por toda a vida. É neste moldes de educação em um sentido amplo que quero demarcar um posicionamento, pois apesar de nos princípios e diretrizes curriculares temos teoricamente uma universidade que prima por uma formação social e cidadã ainda temos graves fragilidade advindas de todo um pensamento fracionário e reducionista da própria constituição científica. Lichnerowicz nos coloca que nossa Universidade atual forma, pelo mundo afora, uma proporção demasiado grande de especialistas em disciplinas predeterminadas, portanto artificialmente delimitadas, enquanto uma grande parte das atividades sociais, como o próprio desenvolvimento da ciência exige homens capazes de uma ângulo de visão muito mais amplo e, ao mesmo tempo, de um enfoque dos problemas em profundidade, além de novos progressos que transgridam as fronteiras históricas das disciplinas.

MESA REDONDA: PSICOLOGIA E DEPENDÊNCIA QUÍMICA

Ana Patrícia Alves Vieira Parizotto

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Estácio de Sá (1994), especialização em Socioterapia pela Faculdade de Humanidades Pedro II (1994), especialização em Psicologia Organizacional pela Universidade Estácio de Sá (1995) e mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2005). Atualmente é professor titular da Universidade do Oeste de Santa Catarina

O Programa de Atenção ao Dependente Químico e Familiares teve inicio no ano dois mil. Possibilitou um suporte aos estágios profissionais oferecidos pelo Curso de Psicologia na Clínica Escola da Universidade. O mesmo teve a duração de aproximadamente oito anos. Inicialmente o programa visava a realização de grupos terapêuticos com pacientes egressos de instituições de tratamento da Dependência Química. Os encontros aconteciam uma vez por semana, tendo a sua duração de aproximadamente uma hora. Também foram realizados encontros com os familiares dos pacientes com a mesma duração. A coordenadora do Programa contava com vinte horas mensais para o seu desenvolvimento, bem como tinha sob sua supervisão dois estagiários, acadêmicos regularmente matriculados no Curso de Psicologia. A fundamentação teórica que deu sustentação para a realização do mesmo foi a Abordagem Psicodramática, idealizada por Jacob Levi Moreno. No decorrer do Programa percebeu-se, por parte da professora orientadora e estagiários, a necessidade de se realizar um trabalho preventivo com criancas e adolescentes. Assim sendo, o Programa foi ampliado também para a Rede de Ensino Público, realizando uma conscientização dos estudantes de Ensino Fundamental e Médio, a respeito da Dependência Química. O Programa atendia ao longo do ano cerca de aproximadamente 600 crianças e adolescentes estudantes regularmente matriculados em Escolas da Rede Pública Municipal e Estadual do Meio Oeste Catarinense com idades variando entre 07 e 21 anos. O tempo dos encontros variou de acordo com a necessidade e disponibilidade de cada escola. Para a realização das atividades utilizou-se de método dinâmico, envolvente e participativo, visando uma interação entre os conhecimentos e as vivências individuais e grupais. Dentre as atividades desenvolvidas ocorreram: dinâmicas de grupo, teatro, exibição de filmes, grupos de reflexão, entre outros. Tais atividades eram desenvolvidas e aplicadas pelos estagiários/extensionistas, as quais eram elaboradas previamente por eles próprios sob supervisão da professora coordenadora. A partir das experiências compartilhadas, observaramse diversas facetas que se apresentavam conforme a realidade que estas crianças e adolescentes participavam, e que contribuiam em parte com as estatísticas de evasão escolar, violência intrafamiliar, bullying, entre outros. O trabalho realizado junto a estas crianças e adolescentes se apresenta como um desafio e, ao mesmo tempo, uma contribuição na qualidade de vida e bem estar de cada um. Finalizando, considera-se que o objetivo do presente projeto foi alcançado, tendo em vista as reflexões e práticas fomentadas. Ainda é oportuno ressaltar que o projeto se constituiu em uma oportunidade de compartilhar as experiências e resultados advindos do mesmo

MESA REDONDA: PSICOLOGIA E DEPENDÊNCIA QUÍMICA

Psic. Juliana Lazzarotto

Possui graduação em Psicologia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (2001). Atualmente é psicóloga e responsável técnica pelo CETER Centro Terapêutico para dependentes químicos. Atua no Projeto de Saúde Mental da empresa SADIA SA - Chapecó SC, realizando atendimento psicológico no Setor de Medicina do Trabalho. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Alcoolismo e Drogadição, atuando principalmente nos seguintes temas: dependência química, orientação familiar, prevenção ao uso de drogas. É Conselheira Municipal COMEN Chapecó SC (Conselho Municipal de Entorpecentes) desde junho 2008.

A organização Mundial de Saúde explica o tratamento para doenças seguido, de um Diagnóstico, assistência à saúde, reintegração social das pessoas afetadas, com finalidade de reduzir a dependência, melhorar a saúde e a qualidade de vida, aproveitar ao máximo as capacidades do indivíduo e prover acesso a serviços, oportunidades e plena reabilitação social. Tendo como fatores o tripé: biológico: diagnóstico, acompanhamento e suporte farmacológico para as questões neurobiológicas, psiquiátricas, clínicas, fisiológicas e comórbidas; o identificação, elaboração e fortalecimento das fragilidades psíquicas, das distorções cognitivas, das dificuldades comunicacionais e emocionais; resolução das ambivalências motivacionais e das disfunções comportamentais; e o social: psicoterapêutico para a reconstrução da autonomia e da integridade do paciente em seus grupos familiar, profissional, acadêmico e social. As modalidades terapêuticas mais utilizadas no tratamento da dependência química são: TCC Terapia Cognitiva Comportamental, Considerada, nas duas Últimas décadas, uma das abordagens mais eficazes para tratamento de DQ. Análise dos pensamentos e comportamentos relacionados ao uso de substâncias, com finalidade de modificação das crenças e condutas decorrentes. Treinamento de Habilidades Sociais THS: Objetivos voltados à aprendizagem de novo repertório de respostas. Prevenção de Recaída PR Fundamentada na teoria da aprendizagem social e no conceito de auto-eficácia, aperfeicoada para o tratamento da DQ. Considera como fatores determinantes da recaída: estados emocionais negativos pressão social e conflitos interpessoais. Entrevista Motivacional EM, "Estilo de aconselhamento diretivo, centrado no cliente, que visa estimular a mudança de comportamento, ajudando o cliente a explorar e resolver sua ambivalência" (Miller & Rollnick). Terapia Familiar TF, Dependência Química é vista como sintoma do sistema familiar disfuncional e não apenas do indivíduo. Grupos de auto-ajuda (A.A., N.A. outros) Firmaram-se como recursos de ajuda na década de 1930, nos EUA. Embasado nos "12 passos". Objetivos: Abstinência e resgate da espiritualidade. Grupo auto-gerido, conduzido e administrado pelos próprios integrantes, sem direcionamento técnico especializado. Gratuito e acessível. Presente em todos os estados e países. Todos os tratamentos são importantes para reabilitação. Precisamos pensar que qualquer tratamento é melhor que nenhum tratamento em dependência química.

Palavras chave: dependência química, tratamento, psicologia,

MESA REDONDA: PSICOLOGIA E ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

A INFLUÊNCIA DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE ESCOLHA VOCACIONAL

Sílvio Serafim da Luz Filho

Instituição: Universidade Federal de Santa Catarina / Departamento de Psicologia

Doutor em Educação pela USP. Mestre em Administração pela UFGRS. Graduado em Psicologia pela PUC/ Paraná, com especialização em Orientação Educacional pela UDESC e, em Psicologia Escolar pela PUC/RS. Atualmente, é Professor Adjunto IV na UFSC, lotado no Departamento de Psicologia e, Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento. Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Psicologia do Trânsito e do Transporte, e do Núcleo de Pesquisa Vocação, Ocupação e Trabalho. É Membro Associado da Associação Brasileira de Orientação Profissional (ABOP), Associação Brasileira de Psicologia Educacional e Escolar (ABRAPEE) e do Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAPE). Interesses em Ensino, Pesquisa e Extensão: Psicologia do Trânsito, Psicologia Jurídica, Orientação Vocacional e Planejamento de Carreira, Instrumentos e Avaliação Psicológica, Psicologia Organizacional e do Trabalho, Mídia e Subjetividade

A família sempre exerce algum tipo de influência no processo de escolha profissional de seu filho. Tem sim expectativas e desejos sobre as escolhas de seus filhos. Nesse trabalho apresentamos algumas imagens e textos extraídos de jornais, veiculados após a divulgação de resultados de concursos vestibulares ou nelas identificamos manifestações de alegria, felicidade, carinho, orgulho, expectativas, projeções, etc. Formaturas: essas manifestações revelam dentre outras coisas a importância e o significado desses eventos para as famílias, pais ou responsáveis.

MESA REDONDA: PSICOLOGIA E ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

Priscila Gazola Thomaz

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Comunitária Regional de Chapecó - Unochapecó (2004). Especialista em Psicologia Clínica - ênfase em orientação profissional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2007). Especializanda em Terapia Cognitiva pelo Instituto Catarinense de Terapia Cognitva - ICTC. Atualmente é Professora universitária na Universidade Comunitária Regional de Chapecó - Unochapecó. Atua também como Psicóloga Clínica.

RESUMO NÃO ENVIADO PELO PALESTRANTE

MESA REDONDA: PSICOLOGIA E ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

A DOR E A DELÍCIA DE FAZER ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL: RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DE OP NO ALTO VALE DO ITAJAÍ – SC.

Michela da Rocha Iop

Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Franciscano (UNIFRA), especialista em Família e Práticas Interventivas pela Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI), especialista em Psicologia Organizacional e do Trabalho pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB) e orientadora profissional pelo Instituto do Ser.

A fala "A dor e a delícia de fazer Orientação Profissional: relatos de experiências de OP no Alto Vale do Itajaí – SC" inicia fazendo uma breve menção à teoria, citando formas de inserção da Orientação Profissional nos distintos âmbitos de atuação do psicólogo (contextos clínico, educacional e organizacional). Em seguida, serão relatadas experiências de práticas de Orientação Profissional em cidades do Alto Vale do Itajaí – SC, expondo as atividades realizadas (pesquisa, construção de jogo e dinâmica), bem como os desafios encontrados e as conquistas obtidas através destes trabalhos.

MESA REDONDA: PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

O COMPROMISSO E O NÃO COMPROMISSO DA PSICOLOGIA E O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA

Fernando Scheeffer

Graduado em Psicologia (FURB), especialista em Saúde Mental Coletiva (FEHH) e mestre em Gestão de Políticas Públicas (UNIVALI). Atualmente é professor da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e Faculdade Metropolitana de Guaramirim (FAMEG). Tem lecionado, escrito e orientado trabalhos principalmente na área da Psicologia Social e do Trabalho, bem como ciências sociais, sobretudo no que diz respeito às teorias do Estado.

Discutir o compromisso social da Psicologia social é tarefa complexa, até por que não há consenso em relação ao significado dele. Encontramos uma interessante diversidade de conceitos que vão desde uma prática profissional de qualidade até a utilização da Psicologia para a construção de uma sociedade mais justa. O segundo significado é o mais utilizado. Nesse sentido, nos aproximamos da Psicologia social, campo de interseção entre a Psicologia e a Sociologia, lembrando que temos diferentes Psicologias sociais, a Psicologia social cognitiva, de base americana e conservadora, e a Psicologia sócio-histórica, nascida na Rússia e eminentemente crítica. No que se refere ao compromisso social da Psicologia surge a seguinte pergunta: o que tem a Psicologia a ver com o compromisso social? Poderíamos responder: nada e tudo a ver, isso porque dependendo da concepção político-ideológica ou cosmovisão que tenho, como afirma Pedrinho Guareschi, a crença de que o modelo de sociedade atual é justo ou injusto, posso defender ou abolir o compromisso social. Nesta perspectiva temos três grandes projetos de sociedade modernos: o liberalismo/neoliberalismo, a social-democracia e o socialismo/comunismo. No liberalismo/neoliberalismo a liberdade é o bem supremo, só alcançada pela diminuição do Estado. Nesta perspectiva a pobreza é vista como ineliminável visto que sempre existirão pessoas mais e menos esforçadas. Do ponto de vista socialdemocrata, embora, assim como Marx, tem-se a crença de que no modo de produção capitalista uma parcela significativa da população passa dificuldades e não tem-se igualdade de oportunidades, este ideário defende a humanização do capitalismo por meio do oferecimento de políticas públicas enquanto direito do cidadão. Já por um viés marxista (socialismo/comunismo) a única forma de ter-se o bem-estar da população é construir uma nova ordem visto que tem-se a premissa de que o raíz do problema está na própria lógica existente. A partir dessas três grandes formas de enxergar a vulnerabilidade social, o papel do Estado e das políticas públicas, percebemos que emergem diferentes compromissos. Para os que compartilham da crença de que a pobreza não pode ser reduzida à falta de esforço do indivíduo, mas por uma conjuntura que proporciona desigualdade de oportunidades, saber como nosso trabalho pode contribuir para a melhoria de vida da população acaba sendo uma questão emergente. Esta parece ser uma pergunta ainda sem uma resposta pronta, estamos a construindo através das nossas práticas.

MESA REDONDA: PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Luciana Suarez Grybowski

Possui graduação em Psicologia pela Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1998), mestrado em Psicologia Clínica pela Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2000) e doutorado em Psicologia pela Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2007). Atualmente, é professora titular da Universidade Comunitária da Região de Chapecó, com atividades no Curso de Psicologia, no Curso de Medicina e no Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais. Também trabalha em consultório de psicologia. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em família, atuando principalmente nos seguintes temas: dinâmicas familiares, gênero, políticas sociais, saúde, parentalidade, separação/divórcio.

Palavras-Chave: políticas públicas; psicologia; garantia de direitos; empoderamento social

Partindo da ideia de que as políticas públicas são um conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, constituindo-se num campo multidisciplinar que inter-relaciona Estado, Política, Economia e Sociedade na busca de soluções para as demandas, torna-se fundamental pensar as possibilidades de atuação do psicólogo neste contexto. O compromisso ético-profissional da Psicologia pode se entrelaçar com os objetivos da proposição e execução das políticas públicas, buscando o empoderamento dos sujeitos, a promoção da cidadania, a garantia dos direitos sociais/direitos humanos e a autonomia e o protagonismo dos usuários. As ferramentas para enfrentar os processos de exclusão social, como o vínculo, a escuta, o cuidado, as intervenções coletivas, a aproximação com o território e com as redes/conexões estabelecidas pelos sujeitos, possibilitam que o profissional psicólogo possa contribuir com o deslocamento do sujeito de um lugar de "assistido" para um lugar de protagonista e de sujeito de direitos. Entende-se que em diferentes contextos e situações (Saúde, Assistência Social, Trabalho e Educação) é possível uma atuação articulada com os diferentes saberes e perspectivas teóricometodológicas, a partir de uma visão ecológica que amplie o escopo de compreensão e intervenção na realidade. Percebe-se uma necessidade de repensar a formação em Psicologia, com esta perspectiva, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, com vistas ao enfrentamento dos desafios que as dinâmicas assistenciais nos colocam.

MESA REDONDA: SERVIÇOS DE PSICOLOGIA E CLÍNICA AMPLIADA

Liane Keitel

Possui graduação em Psicologia pela Universidade de Passo Fundo (1989) e mestrado em Psicopalogia e Psicologia Clínica pelo Instituto de Psicologia Aplicada (1998), e Mestrado em Ciências Ambientais pela UNOCHAPECO/SC, onde iniciou estudos sobre interdisciplinaridade e transdisciplianridade. Atualmente é professora da Universidade Comunitária Regional de Chapecó e autônoma - Consultório de Atendimento Psicológico. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Tratamento e Prevenção Psicológica, com interesse especial, no momento pelo estudo e discussão de alternativas que possibilitem a articulação dos serviços da rede de atendimento a infância e juventude, visando uma cultura de atendimento protetiva

RESUMO NÃO ENVIADO PELO PALESTRANTE

MESA REDONDA: SERVIÇOS DE PSICOLOGIA E CLÍNICA AMPLIADA

SERVIÇO SAÚDE MENTAL DA CLÍNICA- ESCOLA DE PSICOLOGIA DA FURB: Contextos, Conquistas e Desafios

Eduarda Renaux

Bacharel e Formação em Psicologia – Universidade Regional de Blumenau (FURB) CRP 12/9128. Psicóloga Voluntária na Coordenação do Serviço Saúde Mental. Membro Participante do Grupo de Estudo em Psicanálise. Voluntária de Psicologia das Emergências e Desastres junto ao Conselho Regional de Psicologia e a Defesa Civil.

O Serviço Saúde Mental (SSM) busca promover a reabilitação psicossocial a partir de uma intervenção que é de natureza clínica, entretanto circunscrita em contexto social e comunitário. A psicologia clínica deve ser significada como uma abordagem que prioriza a narrativa, posição e produção discursiva dos usuários que ali estão inseridos. Não se trata de uma prática que reduz a intervenção em consultórios, e nem mesmo que desvia a atenção da importância da medicação. Prioriza-se o sujeito, que em seu sofrimento necessita de uma atenção integradora, sendo ela: biopsicossocial. A prática clínica, respaldada pela abordagem psicanalítica, determina a direção das intervenções, agindo de forma articulada com a rede e políticas em saúde mental. Sendo assim, não se torna uma prática fechada e reducionista, que pressupõe um saber hierarquizado. Se o planejamento em saúde quer ser eficaz promovendo mudanças nos serviços, ele precisa, necessariamente, de uma interlocução com a clínica, utilizando dispositivos diferenciados a partir do plano terapêutico de cada usuário. Pensando neste planejamento de saúde, este Serviço se implica em receber e atender as demandas de sofrimento advindas da rede de saúde e encaminhamentos da própria clínica na forma de: Atendimentos sob modalidade individual; Reuniões periódicas com familiares desses pacientes; Visitas institucionais às unidades de saúde de referência; Visitas às empresas e/ou instituições de ensino em que estes pacientes estão inseridos ou que pretendem se inserir; S upervisão dos casos; Acompanhamento terapêutico e visitas domiciliares; Discussões e jornadas clínicas; Grupos de estudo; Grupo de convivência no ESF Jovino Inácio Cardoso. No sentido de praticar a Clínica Ampliada e seus pressupostos como a intersetorialidade, o laço familiar e a co-responsabilidade; o trabalho de intervenção tem como direcionamento a atuação nos mais diversos setores e locais a fim de atenuar o sofrimento psíquico, e apostar que reuniões nas instituições em que os usuários estão inseridos possam ter efeitos clínicos. Que possam conviver, trabalhar e estudar mesmo com esse sofrimento. A Clínica Ampliada proposta pelo Ministério da Saúde, ressalta a importância de que o profissional de saúde desenvolva a capacidade de ajudar as pessoas, não só a combater as doenças, mas a tranformar-se, de forma que a doença, mesmo sendo um limite, não a empeça de viver outras coisas na sua vida, reduzindo-se a patologização. Desta forma, é possível assumir a responsabilidade sobre os usuários do serviço de saúde. Responsabilidade aqui, no sentido de que o SSM ao dar lugar a este paciente, é co-responsável pelo laco de trabalho que ali pode ou não se instalar. Entendemos que esta responsabilidade é uma provocação necessária, pois é a partir desta interloculação com a rede e a intersetorialidade que se faz presente os limites e conquistas para a reabilitação do usuário, bem como sua promoção de saúde. A partir da Clínica Ampliada e o projeto terapêutico singular, podemos perceber efeitos nos usuários envolvidos, tais como: reinserção na sociedade, a diminuição do uso de medicamentos, o estreitamento dos laços com as pessoas, retorno as atividades de trabalho e estudo, diminuição da compulsão à internação psiquiátrica.

MESA REDONDA: SERVIÇOS DE PSICOLOGIA E CLÍNICA AMPLIADA

SERVIÇO SAÚDE MENTAL DA CLÍNICA- ESCOLA DE PSICOLOGIA DA FURB: Um Lugar Para as Possibilidades

Vinícius da Rocha Barros

Possui graduação em Psicologia pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (2008). Participante em Grupo de Estudo de Psicanálise, Gênero e Sexualidade. Psicologo voluntário junto com o CRP-12 nos abrigos pós enchente na cidade de Blumenau.

A proposta do trabalho é articular sobre a teoria e prática da clínica de modo geral, bem como pensar este campo como um método, em particular, repousando no modelo de clínica ampliada dentro dos serviços de psicologia. Quando falamos em clínica, geralmente somos lançados a pensar que ela se restringe unicamente a um consultório psicológico. Ideia está muito ultrapassada, ocasionando certo preconceito e/ou certo afastamento dos profissionais da área e estudantes de psicologia sobre este campo de atuação profissional. O consultório de psicologia deve ser entendido como um espaço de atuação, um lugar, físico, onde o profissional da psicologia atua. O que não significa que ao atuar dentro de um consultório de psicologia, necessariamente o profissional estará aplicando o método clínico. Como já foi citando anteriormente, clínica é um método e não um lugar. Devemos compreender que o método clínico é uma forma de compreender o sujeito e suas relações que o cerca, ou seja, o método clínico é um entendimento de Homem e Mundo, sempre levando em consideração a singularidade destes. Partindo deste pressuposto, podemos caminhar em direção ao entendimento de clínica ampliada proposta pelo Ministério da Saúde e Secretária de Atenção a Saúde na implementação do Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização (PNH) HumanizaSUS, que visa a humanização compreendida através dos valores dos diferentes sujeitos implicados no processo de produção de saúde, sendo norteado pela política de autonomia e protagonismo dos sujeitos, a co-responsabilidade, vínculo solidário e a participação coletiva no processo de gestão. Deste modo podemos pensar que a clínica ampliada que o HumanizaSUS propõem é pensar a implicação de todos os profissionais da área da saúde (médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, nutricionistas, psicólogos, entre outros) para além do seu entendimento clínico centrado na doença. Visando sempre a universalidade do sujeito (diagnóstico) e acima de tudo a sua singularidade (o modo de como o sujeito opera com a sua doença). Além deste compromisso com o sujeito, devemos destacar a responsabilidade social que cada profissional da área da saúde abrange, como por exemplo, o reconhecimento dos limites dos conhecimentos e técnicas de cada área, abrindo espaço para a intersetorialidade. Levantados estes pontos, nos deparamos com a questão crucial, também levantado pela cartilha do Ministério da Saúde, o compromisso ético de cada profissional com o sujeito que o procura. Em suma, a clínica ampliada propõe que o profissional desenvolva capacidade de auxiliar as pessoas, não só no combate das doenças, mas a de transformar-se, de forma que a doença, mesmo sendo um limite, não o impeça de viver outros acontecimentos na sua vida. Ou seja, amparar-se na sua postura e ética clínica, outorgando assim, para o sujeito, um lugar de protagonista da sua própria vida.

7 - Sobre os trabalhos:

Orientações para apresentação de trabalho

MODALIDADES PARA APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS

- a) Comunicação Oral: Esta modalidade refere-se à apresentação oral de trabalhos, que serão agrupados pela comissão científica em sessões coordenadas, de acordo com os eixos temáticos do encontro.
- b) Pôster: Modalidade composta de trabalhos gráficos que serão expostos durante o evento em local e data determinados pela comissão científica e organizadora.
- As comunicações orais e pôsteres poderão ser compostos por um autor principal e no máximo 8 co-autores.
- O autor principal deverá inscrever-se no Encontro e pagar a inscrição até o dia do vencimento do boleto. Os coautores não são obrigados a se inscreverem.
- Cada participante poderá enviar até 2 trabalhos como autor principal e não há limite de número de trabalhos como co-autor.

RESUMO

O resumo das comunicações orais e pôsteres deverão ter de 400 a 500 palavras para a avaliação da Comissão Científica e pareceristas, devendo conter:

- 01) Modalidade de apresentação e indicação do eixo temático vinculado ao evento.
- 02) Título do trabalho na primeira página, centralizado;
- 03) Nome(s) completo do(s) autor(es) abaixo do título (as iniciais do nome e sobrenomes em letra maiúscula e o restante em letras minúsculas) alinhado(s) à direita.
- 04) Vínculo institucional atual do(s) autor(es);
- 05) Endereço eletrônico do autor principal;
- 06) O resumo deverá conter as seguintes informações:

Pesquisas (concluídas e em andamento): introdução, objetivos, referenciais teóricos, procedimentos metodológicos, resultados, conclusões/considerações finais.

Relatos de experiência de estágio ou de experiência profissional: introdução, objetivos, referenciais teóricos, descrição e análise da experiência, conclusões/considerações finais.

Trabalhos didáticos: introdução, desenvolvimento, conclusões/considerações finais.

- 07) Palavras-chave: máximo 05 (cinco) separadas por ponto e vírgula;
- 08) O resumo deve ser apresentado em português com revisão ortográfica e gramatical e enviado no formato .doc, sem inclusão de tabelas, gravuras ou gráficos.
- 09) Configuração da página: o papel deve ser configurado em formato A4, margens superior, inferior, direita e esquerda 3 cm, espaçamento entrelinhas simples, fonte Times New Roman, tamanho 12 e justificado;

INSTRUÇÕES PARA CONFECÇÃO DE PÔSTER

Os pôsteres deverão conter título (idêntico ao título do resumo enviado para inscrição), nome completo dos autores e sua filiação institucional, agência de fomento (caso houver), e apresentar uma síntese da pesquisa ou experiência, com referências bibliográficas ao final.

O pôster deverá conter as seguintes dimensões: 80 centímetros de largura e 1 metro de comprimento. O pôster poderá ser afixado com um gancho ou com fita adesiva (que deverá ser trazida pelo autor). Cada pôster deverá facilitar a visualização das informações, maximizando figuras, esquemas, tabelas e utilizando tamanho de letras que permitam leitura a pelo menos 1 metro de distância.

Os pôsteres poderão ficar expostos no período de 10 horas às 17 horas, conforme programação e em local específico para exposição (consultar programação em maio). No período de 15 horas às 16 horas, pelo menos um dos autores deve permanecer junto a o pôster para apresentação do trabalho aos interessados e para o recebimento do certificado.

É de total responsabilidade do proponente afixar seu pôster no dia marcado para apresentação e permanecer junto a ele durante o período de apresentação. A Comissão Organizadora não se responsabilizará pelo extravio dos pôsteres.

- a) Clareza, correção e concisão do texto;
- b) Coerência entre os elementos do trabalho;
- c) Pesquisa, relato de experiência ou trabalho didático relacionados à formação ou desenvolvido no âmbito da formação em Psicologia.

EIXOS TEMÁTICOS

Os trabalhos poderão ser inscritos e apresentados nos seguintes eixos temáticos:

Psicologia e Assistência Social

Trabalhos desenvolvidos no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em seus diferentes níveis de complexidade: Proteção Social Básica - a prevenção de situações de risco e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários das populações que vivem em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza e/ou fragilização de vínculos afetivos - e Proteção Social Especial - destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras situações de violação dos direitos.

Psicologia e Educação

Trabalhos desenvolvidos em diferentes contextos educacionais - escolas, ONGs, movimentos sociais, sindicatos, Instituições de Ensino Superior, entre outros.

Psicologia e Justiça

Trabalhos desenvolvidos no âmbito da Psicologia Jurídica - avaliação e perícia psicológica, mediação familiar, mediação de conflitos, atenção a pessoas em situação de conflito com a lei, adoção, atenção à criança e ao adolescente vítimas de violência, sistema prisional, entre outros.

Psicologia e Saúde

Trabalhos desenvolvidos na área da educação e prevenção em saúde, no Sistema Único de Saúde (SUS) em seus diferentes níveis de complexidade: atenção básica, média e alta complexidades, bem como trabalhos na área clínica desenvolvidos nos Serviços de Psicologia das IES.

Psicologia e Trabalho

Trabalhos desenvolvidos em diferentes contextos organizacionais - cooperativas, empresas, instituições públicas, movimentos sociais e sindicatos - e suas diversas configurações - emprego, desemprego, trabalho informal, orientação profissional.

8 - Comunicações Orais:

8.1 - Eixo Psicologia e Assistência Social

INFÂNCIA DESENVOLVIMENTO E LUDICIDADE: PENSANDO ALTERNATIVAS PARA LIDAR COM QUEIXAS DE AGRESSIVIDADE E AGITAÇÃO/HIPERATIVIDADE

Liane Keitel - Professora e Orientadora do Curso de Psicologia da Unochapecó
(lkeiltel@unochapeco.edu.br)
Carolina Poletti - Acadêmica do Curso de Psicologia da Unochapecó
(carolina_p@unochapeco.edu.br)
Keila Zampirom - Acadêmica do Curso de Psicologia da Unochapecó
(keilaz@unochapeco.edu.br)

A partir de um projeto de extensão universitária da Unochapecó/SC, o curso de Psicologia realiza a inserção num Centro de Educação Infantil Municipal – CEIM, a fim de acompanhar crianças que possam estar em situações de risco social e vulnerabilidade pessoal quanto ao seu desenvolvimento. Através de indicações de professores e observações em salas de aula, as crianças que possuem dificuldades de aprendizagem ou comportamento, são elencadas a participarem das atividades lúdicas, para as quais são planejados jogos, desenhos e brincadeiras que possibilitem observar a linguagem das crianças encaminhadas, sua inserção no grupo, formas de contato e relacionamento interpessoal e desenvolvimento cognitivo, para entender possíveis fatores de vulnerabilidades do desenvolvimento da crianca. Com estas observações ativas, verifica-se a necessidades em continuar num grupo de atividades lúdicas, ou apenas necessidades de discussões com esclarecimentos teóricos para os professores mostrando, que os comportamentos destas crianças são normais e que tem funções importantes no desenvolvimento das mesmas. Percebemos uma confusão no âmbito da educação infantil, confundindo-se agressão com agressividade, e mesmo vitalidade e energia com hiperatividade e agitação, pois ao contrário disso, é um momento em que a criança está aprendendo a demarcar posições e espaços, e isto é visto como problema, ao invés de ser mediado no contexto escolar para que a criança aprenda diferentes estratégias para tal. Desse modo, é importante observarmos além do aparente, e interagirmos com a criança no momento do seu brincar, para melhor entendermos seu modo de pensar e sentir frente à realidade da qual faz parte.

Palavras chave: infância; desenvolvimento; ludicidade.

ORIENTADOR COMUNITÁRIO NO ACOMPANHAMENTO A ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: ARTICULAÇÕES COM A PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA

Daiana Roberta Walker
Prof^a. Dra. Irme Salete Bonamigo
Renata Simon
daiwalker@unochapeco.edu.br
Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó

Trata-se de relato de experiência de estágio, vinculada à Prática Acompanhada em Psicologia Social Comunitária, realizada no 6º período do curso de Psicologia da Unochapecó, em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social da região oeste de Santa Catarina. O objetivo foi atuar como orientador comunitário com adolescentes em conflito com a lei, cumprindo medida sócio-educativa Liberdade Assistida (LA), a partir dos referenciais da Psicologia Social Comunitária. Todo adolescente tem direito à educação, trabalho e lazer e o Estado tem o dever de ofertar tais serviços. A prática implicou acompanhar dois adolescentes em conflito com a lei, a partir de encontros semanais ou quinzenais, conforme as necessidades emergentes. Buscamos, como sugere Freitas (1998), definir os objetivos junto com os adolescentes, após conhecermos as suas necessidades. No papel de orientador comunitário tivemos a oportunidade de auxiliar no acompanhamento e orientação aos adolescentes, contribuindo como mediadores das relações destes com os espaços sociais com os quais apresentavam dificuldades em interagir. Buscamos conhecer a realidade dos adolescentes, estudando as particularidades e as circunstâncias em que viviam. Nas orientações potencializamos a capacidade de transformação, envolvendo-os na construção de novos significados, trazendo como base à educação, o trabalho, a família, o lazer e a percepção de si mesmo. Acompanhamos os adolescentes no processo de reinserção na escola, na inserção em programas sócio-assistenciais, em atividades de lazer, na emissão de documentos e no convívio com família. Fornecemos informações acerca do cumprimento da medida e acompanhamos os encaminhamentos realizados, sempre buscando a quebra do rótulo de "adolescente infrator". Concluímos que o sucesso da aplicação do sistema socioeducativo, em prol dos adolescentes em conflito com a lei, depende da execução de medidas que forneçam condições pedagógicas reintegrantes ao meio social, em conjunto com as políticas públicas que garantam a alimentação, educação, saúde, cultura, lazer, profissão, aliados à contribuição dos atores da comunidade onde vivem estes adolescentes (pessoas, estabelecimentos. organizações, programas). Como futuros profissionais da área da Psicologia, vivenciamos a importância de sermos profissionais críticos e participantes perante as mais diversas possibilidades de intervenção. Acreditamos que por meio desta prática de estágio e do resgate das inúmeras teorias que compõem a ciência psicológica, conseguimos compreender, aprofundar nossos saberes com relação às repercussões, dificuldades e facilidades que envolvem o cumprimento das medidas socioeducativas para adolescentes em conflito com a lei. Esta prática permitiu que olhássemos o ser humano em seu constante processo de construção, no qual somos ao mesmo tempo produto e produtores de nossa história.

Palavras-chave: Orientador Comunitário; adolescente em conflito com a lei; Medida Sócio-Educativa.

PSICOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS E DOS DESASTRES: UM CAMINHO A SER PERCORRIDO

Francieli Bortolossi
Roberto Vasconcellos Maffei Junior
Tiago Luis Pezzini
Irme Salete Bonamigo
Roberta Forchesatto
Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ
tlp@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: Este trabalho apresentará uma experiência vivenciada por meio de um estágio voluntário realizado no município de Guaraciaba – SC, o qual tinha por intuito desenvolver um atendimento psicossocial com todas as pessoas que foram atingidas de forma direta ou indireta, por um tornado no dia sete de setembro de 2009.

Assim sendo, o referido município começou a receber inúmeros voluntários de diferentes cidades e de distintas formações acadêmicas de modo a tentar minimizar a catástrofe que assolou a população. Salientamos também que para o desenvolvimento de tal prática contamos com o referencial teórico da Psicologia Social Comunitária, bem como a orientação de determinados docentes do Curso de Psicologia. OBJETIVOS: Realizar encontros/atividades em grupo com a comunidade atingida, a fim de constituir momentos de reflexão sobre sentimentos e vivências e fortalecer as relações comunitárias existentes; Contribuir com as vítimas em situação de emergência e desastre, para o alívio de sua dor e aflição e apoio para a sua reinserção na comunidade; Contribuir com as equipes multiprofissionais e interdisciplinares com o processo de trabalho de apoio e reconstrução iniciado; Capacitar os acadêmicos para o exercício profissional ético, crítico e com compromisso social; Possibilitar o aprofundamento teórico de temas relacionados à prática em comunidades e implicações contemporâneas. REFERENCIAIS TEÓRICOS: Além do referencial da Psicologia Social Comunitária, utilizamos a Cartilha do Primeiro Encontro Nacional das Emergências e dos Desastres -Contribuições para a Construção de Comunidades mais Seguras, a qual define desastres como sendo eventos extraordinários, que causam destruição de bens materiais, resultando em mortes, sofrimento humano e lesões físicas. Ainda define estes fenômenos como lentos ou repentinos, naturais, como por exemplo, as enchentes e furações e produzidos pelo homem como guerras, terrorismo ou até vandalismo social, considerado atualmente uma nova forma de desastre humano. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA: Para o desenvolvimento das atividades, realizamos grupos semanais de acordo com a faixa etária, usufruímos como instrumento de trabalho a aplicação de técnicas de dinâmica de grupo de modo a facilitar a interação e a comunicação e promover momentos de reflexão sobre sentimentos e vivências relacionados aos eventos ocorridos. Ao término da intervenção avaliamos que nossa experiência foi produtiva, tanto para nós acadêmicos que aprimoramos nossos conhecimentos sobre uma área que não é muito explorada, quanto para a população beneficiada por tais atendimentos, que se sentiram acolhidos, puderam compartilhar sua dor e buscar soluções coletivas. CONSIDERAÇÕES FINAIS: A Psicologia das Emergências e dos Desastres é um campo emergente. Muito ainda deve ser pesquisado e estudado para prestar o melhor atendimento e acolhimento às pessoas atingidas por estes fenômenos naturais, bem como os fenômenos provocados pelos seres humanos.

Também cabe destacar que cada desastre é diferente do outro, portanto, as ações a serem desenvolvidas para com a população do território atingido é única, buscando preservar a saúde mental destes. Além disso, é importante que localidades que nunca sofreram com desastres desenvolvam estratégias de prevenção destes junto à população.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia; Desastres; Auto-estima; Confiança; Sofrimento.

RELATO DE EXPERIÊNCIA PÓS-DESASTRE NATURAL: OS IMPACTOS PSICOLÓGICOS PROVOCADOS NA POPULAÇÃO DE GUARACIABA-SC.

Gabriela Lenhardt
Outros autores:
Adrieze Jamile da Rosa,
Deborah Novello Brasileiro de Oliveira,
Raquel Cristine Beling.
Vínculo Institucional: acadêmicas de psicologia Unochapecó
gabrielal@unochapeco.edu.br

O presente relato de experiências se constituiu a partir da prática acompanhada em Psicologia social comunitária, realizada em Guaraciaba-SC, após este município ser atingido por um desastre natural – tornado no dia 07 de setembro de 2009. Em virtude deste acontecimento foram registradas mortes, devastações naturais e perdas materiais. Diante das consequências do fenômeno, bem como as nossas análises da realidade e o com as comunidades atingidas, consideramos importante questionamentos e intervenções neste contexto. Objetivos: Promover momentos e reflexão e fortalecimento das relações comunitárias, propiciando melhor qualidade de vida às pessoas e prevenindo casos de stress pós-traumático. E também a partir dos conhecimentos teóricos adquiridos na formação acadêmica, promover o exercício profissional da psicologia de modo ético, crítico e com compromisso social. Referencial Teórico: Embasamo-nos principalmente na Psicologia Social Comunitária para ajudar as comunidades afetadas, reforçando a ação e a participação de todos na reconstrução material e subjetiva. Os referenciais existentes da Psicologia das Emergências e Desastres também foram utilizados para subsidiar a prática. Entre os autores abordados estão Ocampo (2006), Freitas (1999), Baremblitt (1992), Mendonça (2007), Bock (2002), Dejours (1994). Descrição e análise da experiência: Através do Centro de Referência de Assistência Social e Prefeitura Municipal, fora solicitado apoio à Unochapecó. Assim, realizamos a prática nos meses de outubro e novembro de 2009. Primeiramente, as atividades foram de conhecimento e análise da realidade e posteriormente, foi pensado em possíveis modos de intervenção juntamente com profissionais. Neste encontro foi elencada a proposta de organizar grupos de vizinhanças heterogêneos e para alguns casos específicos haveria encaminhamentos individuais. Diante das análises da prática, foi possível a nós elencar alguns pontos principais. A primeira analise, refere-se ao grande sofrimento gerado naquelas pessoas pela perda dos seus instrumentos de trabalho (plantações, galpões, animais, etc.). Essa questão traz à tona o sentido do trabalho para aquela população, pois este não é visto somente como forma de subsistência, mas como mérito de dignidade. Outro fato observado foi que a grande maioria das pessoas convidadas para os grupos com os quais nós iríamos trabalhar, não compareceram aos encontros. Isto nos instigou a tecer alguns questionamentos, principalmente o conceito de "normal" ou patológico em uma situação de desastre natural. Compreender esta visão em determinada sociedade é fundamental, quando se analisa determinadas práticas e suas consequências. Conclusões: Acontecimentos inesperados fazem parte da história humana e estão presentes inevitavelmente na vida de todos nós. A questão é de como lidamos com

isto,como as pessoas reagem e quais os efeitos nas suas vidas. Assim, acreditamos que ninguém fica imune ao impacto de um desastre, de alguma forma os envolvidos são afetados diretamente ou indiretamente, mas cada pessoa a enfrentará com seus recursos,

Palavras-chave: Desastre natural, trabalho, normal e patológico

mesmo que em circunstâncias semelhantes.

8.2 - Eixo Psicologia e Educação

A PSICOLOGIA E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – RECORTES DO ESTÁGIO

Thais Cristina Delazeri
Acadêmica de Psicologia - 9º período
Silvia Maria Alves de Almeida
Professor orientador da
Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ
tcdelazari@unochapeco.edu.br

O curso de Psicologia da Unochapecó propõe em sua matriz curricular a realização de estágios em contextos escolares. Nesse sentido, em 2009, realizamos o Estágio Acompanhado em Psicologia no Contexto Escolar, em uma instituição que atende Educação de Jovens e Adultos, localizada no oeste catarinense. A Educação de Jovens e Adultos, reconhecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), é destinada a quem não teve acesso ou continuidade aos estudos do ensino fundamental no tempo escolar previsto. A proposta teve como objetivo possibilitar ao futuro psicólogo compreensão acerca da realidade escolar e seus processos educativos, a construção de instrumentos de coletas de dados para identificar potencialidades e desafios da prática escolar e desenvolver junto aos sujeitos inseridos nesse meio, estratégias de enfrentamento para as dificuldades vivenciadas. A educação de jovens e adultos, segundo a proposta freiriana, deve consistir num comprometimento com a libertação, em que os educandos, ao problematizar suas relações com o mundo, possam construir criticidade para que mudanças ocorram, de maneira que o processo educativo possa proporcionar a autonomia dos sujeitos. Para que isso ocorra, é necessário conhecer os processos de ensinar e aprender e as relações entre educando e educador, por isso, as atividades desenvolvidas consistiram em conhecer a realidade escolar, a partir de atividades exploratórias, como observações, leitura de documentos, do Plano Político Pedagógico, questionários e entrevistas, nos quais foi possível conhecer a organização da instituição e algumas de suas demandas. As propostas formuladas para a escola, inicialmente, consistiam em trabalhar com o grupo de professores questões que envolviam principalmente as relações entre professor e adolescentes, porém o grupo não foi concretizado. Foram então realizado junto aos alunos, grupos de discussões das problemáticas entre educador e educando, e como esses lidam com os problemas cotidianos na escola. As atividades tiveram como objetivo criar um espaço de escuta, reflexão e construção de significações sobre a responsabilidade das ações dos sujeitos envolvidos no contexto escolar. Foram realizados encontros semanais com as turmas de 5^a à 8^a série, utilizando como instrumentos, materiais áudios-visuais que facilitassem as discutições à cerca das temáticas escolares. Os encontros apontaram para as necessidades de se rever as metodologias de ensino utilizadas, pois, considerando a história da educação de jovens e adultos no Brasil e seu caráter voltado para a realidade dos trabalhadores, atualmente, percebemos que o público está diversificado, não conta apenas com adultos, envolve adolescentes e idosos, além de alunos portadores de necessidades educacionais especiais. É necessário também trabalhar as relações entre educador e educando, principalmente o diálogo com os alunos, que nos grupos tornouse a melhor forma de acesso às questões que estão sendo enfrentadas. O estágio possibilitou perceber a importância da atuação do psicólogo escolar junto a este contexto na desconstrução de práticas até então instituídas e para a necessidade de ser melhor investigado e compreendido a educação de jovens e adultos, visto que apresenta uma multiplicidade de questões devido a um novo caráter que foge, principalmente quanto ao público, do que até então se tinha conhecimento.

Palavras chaves: Psicologia escolar; Educação de Jovens e Adultos; diálogo; autonomia;

A PSICOLOGIA E A EQUOTERAPIA

Roberto Vasconcellos Maffei Junior Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECÓ Letícia Rossetto Centro Associativo de Atividades Psicofísicas Patrick - CAPP robertovm@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: Este trabalho diz respeito a nossa experiência como profissional e acadêmico de Psicologia no Centro Associativo de Atividades Psicofísicas Patrick -CAPP no ano de 2009, no município de Chapecó - SC. Nossa participação ocorreu na Equoterapia, a qual é definida como um método terapêutico e educacional que utiliza o cavalo dentro de uma abordagem interdisciplinar, abrangendo profissionais da área da saúde (psicólogo, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, educador físico), da área educacional (pedagogos), condutores e estagiários, buscando o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com deficiência. OBJETIVOS: Dentre os objetivos que o profissional de Psicologia possui na Equoterapia e que são desenvolvidos no CAPP, estão: Acompanhar, diretamente, cada praticante durante o atendimento, juntamente com o condutor do cavalo e a equipe interdisciplinar; Orientar e oferecer assistência às famílias e a equipe profissional; Priorizar o atendimento quanto ao aspecto emocional, resgate e melhora da auto estima e autoconfianca do praticante. REFERENCIAISTEÓRICOS: Freire (1999) cita autores como Lélio de Castro Cirillo (1991), Vitória Haehl (1994) e Giuseppe Gavarini (1995) para definir que "[...] a Equoterapia proporciona uma ligação afetiva, pois o contato do praticante com outras pessoas e como animal aproxima-o, cada vez mais, da sociedade em que ele vive." Segundo Tótaro (2000), o objetivo principal do psicólogo na Equoterapia é "orientar e acompanhar os praticantes e seus familiares, e por meio de instrumentos lúdicos, como jogos, brincadeiras, transposições de situações, diálogos e outros, auxiliá-los na elaboração de determinados aspectos emocionais e cognitivos." DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAEXPERIÊNCIA: A terapia era realizada semanalmente, na qual participavam 35 alunos com idade a partir de 03 anos. Cada atendimento por parte da psicóloga ao educando era realizado juntamente com a equipe interdisciplinar e possuía duração de 20 minutos. A profissional de Psicologia também orientava a equipe profissional a trabalhar com alunos que apresentavam dificuldades de comunicação, deficiência mental e, oferecia assistência aos familiares sempre que estes precisassem conversar a respeito do educando. Quanto às atividades, era realizado o contato do educando com o animal e a equipe, e a montaria. Durante a sessão, a profissional auxiliada pelo acadêmico de Psicologia, trabalhava conceitos relacionados a regras e limites, auto estima, autoconfiança, linguagem e comunicação, dentre outros, através de instrumentos lúdicos e do diálogo.

PALAVRAS-CHAVE: Terapia; Animal; Comunicação; Psicologia; Educando.

ATENDIMENTO EM REDE, AMPLIANDO O OLHAR PARA DIFERENTES AÇÕES

Daiane Graciola Acadêmica do Curso de Psicologia – UNOCHAPECÓ Celso Francisco Tondin – Mestre em Psicologia, Professor do Curso de Psicologia – Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ daiegraci@unochapeco.edu.br

Introdução: O relato que segue é produto de experiência do "Estágio Acompanhado em Psicologia no Contexto Escola I e II", do Curso de Psicologia da Universidade Comunitária da Região de Chapecó. Tal prática ocorreu na Rede de Atendimento a Infância e Adolescência – RAIA, Chapecó/SC, o projeto promove articulação de pessoas/instituições em torno de um objetivo comum, com base numa perspectiva interdisciplinar. A RAIA surgiu através da percepção que diferentes Instituições (saúde, educação e assistência social) atendiam, os sujeitos da mesma família sem trocar informações sobre estes. Objetivos: Em primeiro momento buscou-se conhecer as atividades articuladas com as Instituições, com objetivo de identificar as possíveis práticas profissionais da Psicologia Escolar. Com objetivo geral: desenvolver práticas para contribuir na garantia às crianças e adolescentes, o direito de acesso à educação escolar, à processos educativos, tendo em vista o dever do Estado de assegurar à estes ensino fundamental, obrigatório e gratuito, bem como o direito à convivência familiar e Referenciais Teóricos: modelo 0 bioecológico Bronfenbrenner, discutido por Corsi (2005), coloca que a atuação de diferentes Instituições deve compreender as diferentes dimensões das situações que demandam atendimento integrado e inter-setorializado, tanto as questões individuais quanto coletivas, devem ser consideradas na avaliação e na intervenção. Vigotski (1998), coloca que os aspectos tipicamente humanos se formam ao longo da história, identificando-se nesse processo as relações que estabelecem entre si e com o ambiente. Descrição e Análise da experiência: Em meio as atividades realizadas, foi possível compreender o fluxo do trabalho da Rede, conhecer as atividades das Instituições, compreender e provocar mobilizações na Rede interna e externa. Devido a não disponibilidade das Instituições encontrarem-se momentos extra reuniões mensais. aplicou-se um questionário com objetivo de mobilizar a Rede interna e provocar reflexões com relação a: efetivação da Rede; o fluxo dos casos atendidos/discutidos; garantia dos direitos da criança e do adolescente; o diálogo e a própria contribuição na rede; os sentimentos que lhe provoca; a possibilidade de realizar ações diferenciadas; dificuldades; compreensão e relação com os sujeitos atendidos. Conclusão: Esta prática proporcionou conhecer e intervir em um Contexto Educativo compreendendo Instituições de âmbito escolar, saúde e assistência social, de modo que se relacionam e atendem crianças, adolescentes e suas famílias. Além de conhecer a dinâmica de trabalho das Escolas, dos Centros de Assistência Social e da Saúde, estendeu-se para a compreensão de um atendimento articulando todos os serviços. Foi possível visualizar os dispositivos manipulados pelas Instituições no planejamento e efetivação de encaminhamentos aos serviços articulados na Rede cuidando e atendendo crianças, adolescentes e suas famílias.

Palavras-Chave: Psicologia Escolar; Atendimento em Rede; Ações diferenciadas; Direitos não Violados, Relatório de Estágio.

BULLYING E/OU MOBBING: O QUE OCORRE NAS UNIVERSIDADES?

Monique Marcelino Kloppel1 - UNIVALI Ilma Borges (orientadora) – UNIVALI monique.kloppel@univali.br

A presente pesquisa teve como finalidade refletir as consequências que o bullying e o mobbing trazem para a sociedade de uma maneira em geral e, como pessoas resilientes conseguem superar mais facilmente o problema, desenvolvendo habilidades sociais. Tanto o bullying quanto o mobbing são formas de assédio que ferem e prejudicam moralmente o ser humano, sendo assim, esta pesquisa teve como objetivo geral, analisar a relação conceitual entre bullying e mobbing em termos de identificação quando se trata de estudantes universitários. Seus objetivos específicos consistiram em: Caracterizar as semelhanças e diferenças propostas conceitualmente entre o bullying e o mobbing na literatura; Compreender as implicações que o bullying e o mobbing apresentam para a construção da alteridade e da cidadania; Investigar como os conceitos de resiliência e habilidades sociais contribuem para a superação de práticas de bullying e mobbing: Identificar projetos que contribuem para a prevenção dos fenômenos bullying e mobbing; Verificar como as práticas de bullying e/ou mobbing podem ocorrer, especificamente, em ambientes universitários. Sua metodologia consistiu em uma Pesquisa Bibliográfica e teve seu referencial teórico composto de cinco itens, sendo que o primeiro descreveu as semelhanças e diferenças entre o bullying e o mobbing trazendo a questão de que, os dois fenômenos possuem o mesmo objetivo e são muito semelhantes, porém o mobbing é um ato violento mais sutil em função das agressões não serem físicas. O segundo item descreveu as consequências que o bullying e o mobbing apresentam para a alteridade e para a cidadania já que suas vítimas ou agressores muitas vezes têm dificuldades de compreender o motivo pelo qual o outro age de determinada forma. Os conceitos de resiliência e habilidades sociais foram descritos no terceiro item, mostrando que, sujeitos resilientes desenvolvem habilidades sociais com maior facilidade, sabendo conviver em grupos, solucionar situações de conflitos, e até mesmo, dizer o que pensam ou sentem sem ofender ou magoar o outro. Buscou-se, através do quarto item, alguns projetos que contribuem para a prevenção do bullying e do mobbing e identificou-se que, no Brasil projetos e programas antibullying foram criados. Se tratando do mobbing no Brasil existem também alguns projetos que prevêem sua coibição no âmbito da administração pública municipal. Como último item do referencial teórico da pesquisa investigou-se a ocorrência das práticas de bullying e/ou mobbing em ambientes universitários sendo perceptível que, se tratando de universidades os fenômenos se interrelacionam, porém, em contextos distintos: o bullying se manifesta nas relações entre alunos em si e/ou entre alunos e seus professores. Já o mobbing é manifestado nas relações que envolvem a universidade como uma organização e ocorre entre professores e/ou alunos versus organização. Ao final da pesquisa compreendeu-se que a universidade deve ser promotora de ações que previnam a prática destes fenômenos, tendo recursos para subsidiar os problemas que existem à sua volta, já que uma das suas tarefas é pensar a sociedade e o mundo disponibilizando de possibilidades para tal exercício.

PALAVRAS-CHAVES: Bullying; Mobbing; Resiliência; Alteridade; Universidade.

ESTAGIANDO EM REDE A PARTIR DA PSICOLOGIA ESCOLAR

Daniela Fernanda Schott – Acadêmica do 9º Período do Curso de Psicologia –
Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ
Celso Francisco Tondin – Mestre em Psicologia, Professor do Curso de Psicologia –
Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ
danischott@unochapeco.edu.br

Esta produção resulta de uma experiência em estágio acompanhado em Psicologia no contexto escolar, em um período de oito meses, realizado junto a Rede de Atendimento à Criança e a Adolescente (RAIA), em Chapecó (SC), no ano de 2009, envolvendo especificamente uma escola municipal. O estágio objetivou compreender o trabalho em rede em situações que o direito à educação de crianças e adolescentes estivesse sendo violado, além de conhecer quais os significados e justificativas dos atores, tanto profissionais como familiares, sobre a infrequência escolar ou sobre a evasão escolar. O estágio baseou-se: na Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), que dispõe sobre os direitos da criança e do adolescente, dispondo de atenção integral a estes sujeitos; nas questões históricas da relação Psicologia e Educação, compreendendo a possibilidade de atuar junto/com o contexto escolar, potencializando concepções e atuações em rede e buscando tornar a educação uma responsabilidade de um coletivo, além de compreensões, a partir da Psicologia Escolar Crítica (Patto, 2000, 2008a, 2008b; Antunes, 2003; Meira, 2003) frente às demandas escolares. Diante disso, as experiências junto à rede e também as inserções na escola no desenvolvimento de atividades com algumas turmas de alunos, nas quais haviam situações de infrequência escolar – mostraram-se necessárias e contribuíram para o aprendizado. Além disso, os sentimentos que esta experiência produziu possibilitaram a análise da implicação nestas situações, fazendo com que prestemos atenção aos acontecimentos, pensamentos e desejos dos envolvidos, inclusive nós, estagiária e orientador de estágio. Para que consigamos fazer a análise das implicações, sentimos necessidade de refletir/questionar alguns pontos sobre o público que foi envolvido no estágio, em função de que algumas situações são naturalizadas e outras compreendidas através de preconceitos, o que faz com que pré-julgamentos sejam utilizados, inclusive por nós, mesmo em momentos de cuidado e prevenção de agravos. Nesse sentido, destacamos o cuidado que devemos ter com as questões sociais que caracterizam determinado grupo, para que este não seja julgado e rotulado; além da necessidade de realizarmos um trabalho cuidadoso e ético do psicólogo junto às questões da educação, devido ser um tema repleto de possibilidades e limitações, não só para aqueles que veem a educação como direito, mas também para os responsáveis que fazem que este seja garantido; bem como os sentimentos que se fazem presentes na atuação profissional, tanto em rede como em instituições específicas, nas experiências acadêmicas e no cotidiano dos sujeitos que fizeram parte desta experiência. Todavia, estes sentimentos devem ser visualizados como fatores construtivos, capazes de fortalecer as relações, os vínculos e os nós entre os atores da rede, potencializando a contribuição desta com todos os sujeitos que nela e por ela atuam e dela necessitam.

Palavras-chave: Psicologia Escolar; atuação em rede; direito à educação; estágio.

MAPEAMENTO DE PRÁTICAS VIOLENTAS EM ESCOLAS PÚBLICAS DE UM MUNICÍPIO DO OESTE DE SANTA CATARINA

Francieli Bortolossi
Dra. Irme Salete Bonamigo
Me. Celso Francisco Tondin
Daniela Fernanda Schott
Karina Seraglio
Juciane Lopes
Ana Risson
Maxemino Luis Martinelli
bonamigo@unochapeco.edu.br
Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó

O objetivo desta pesquisa, em andamento, financiada pelo Fundo de Apoio à Pesquisa (FAPE) da Unochapecó e com recursos do Artigo 170 da Constituição do Estado de Santa Catarina, é identificar e analisar práticas violentas presentes nas escolas estaduais de uma cidade do oeste de Santa Catarina, contribuindo para a formação e o exercício profissional do psicólogo no campo da Psicologia e Educação. Seus referenciais teóricos são a Psicologia Escolar Crítica e autores que discutem sobre violência na escola como Bernard Charlot, Miriam Abramovay e Marilia Sposito. Trata-se de uma pesquisa exploratória quantitativa, a partir do levantamento de dados primários. As escolas participantes foram definidas por amostra aleatória simples e os sujeitos (pais, professores, alunos e diretores) através de amostra por quotas. Como instrumento de pesquisa utilizou-se o questionário, aplicado a 963 participantes, de 13 escolas estaduais, sendo 693 estudantes, 147 professores e 123 famílias. Foram destacados, pelos participantes, a existência de quatro práticas violentas que ocorrem entre alunos: a agressão verbal, as agressões físicas leves, as ameaças e os furtos. Foram apontados dois tipos de violências contra a escola: o vandalismo e o furto de materiais e equipamentos. Na relação entre professores e alunos foram enfatizadas a ocorrência de práticas de agressões verbais e ameacas. Houve diferenca de percepção entre pais. professores e estudantes quanto à existência de agressões físicas entre alunos com atendimento médico, enquanto que a maioria dos estudantes e professores assinalou que ela acontece raramente, nunca e "não sabe", alguns pais indicaram que esta prática acontece às vezes. Também houve diferença de percepção quanto à prática de assédio sexual entre alunos: enquanto que a maioria dos estudantes e das famílias respondeu que não ocorre nunca e "não sabe", alguns dos professores afirmaram ocorrer às vezes. A maioria dos participantes respondeu que não ocorre ou "não sabe" se ocorre no interior da escola: o uso e o tráfico de drogas, o consumo de álcool, a presença de aluno armado, as agressões físicas e as ameaças nas relações entre alunos, funcionários, professores e familiares e assédio sexual entre alunos e professores. Considerando o entorno da escola, foram apontadas como violências comuns: agressões físicas, roubos, tráfico de drogas e ação de gangues. A maioria dos participantes afirmou que a presença da polícia na escola acontece raramente ou nunca. Os equipamentos de segurança presentes na escola destacados pelos participantes foram: grades, alarme, muros altos, presença de vigilante. Torna-se importante, a partir dos resultados desta pesquisa, realizar outras pesquisas complementares para identificar as singularidades presentes em cada escola no que diz respeito às violências mapeadas. Estes indicadores possibilitam também pensar possibilidades de intervenção do psicólogo na escola, para a reflexão de questões que atravessam a comunidade escolar

Palavras-Chave: escola; violência, psicologia; formação; educação. MARCO DE UMA TRAJETÓRIA: REFLEXÕES SOBRE A VIVÊNCIA UNIVERSITÁRIA

Roberta Forchesatto Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ roberta@unochapeco.edu.br

Introdução: Este trabalho é o relato de experiência profissional na execução do Projeto Marco de uma Trajetória, vinculado à Divisão de Apoio aos Estudantes -Atento!, mantido pela Unochapecó. O projeto é realizado com os formandos dos cursos de graduação da Universidade desde o segundo semestre de 2004. Objetivo: Viabilizar aos formandos da Unochapecó um espaço de resgate e reflexão das mudanças advindas da vivência universitária, de modo a apoiá-los nesse momento de vida e fortalecê-los para a autonomia e emancipação. Referencial Teórico: Entendemos que a função da universidade não é só a escolarização e a formação profissional, mas é também a socialização. Neste sentido, a Universidade se constitui como um grande laboratório para o universitário se apropriar não só de conhecimentos e informações, mas também para manter relacionamentos sociais (professor e universitário, universitário e universitário, etc.) e desenvolver capacidades para intervenção e transformação do mundo. Se é através das relações sociais que se constrói a subjetividade, entendemos que desta forma, a vivência universitária é uma experiência que produz significados e emoções capazes de interferir na maneira de sentir, pensar, viver, compreender e lidar com o mundo, ou seja, faz parte da constituição do modo de ser de cada sujeito. Para a psicologia social, onde há relações humanas há espaço para a atuação da psicologia; e a contribuição da ciência psicológica se dá em olhar criticamente para o espaço universitário e entender que neste ocorrem de forma intensa e contínua relações sociais.Descrição e análise da experiência: O projeto Marco de uma Trajetória é desenvolvido pelas assistentes sociais e psicólogas do Atento. A metodologia é participativa, buscando que todos os envolvidos opinem, manifestem suas dúvidas, inquietações, sugestões e socializem suas experiências. São realizadas técnicas de grupo, com duração aproximada de duas horas, sendo realizado uma inserção com cada turma de formandos. As atividades possibilitam a reflexão sobre a vivência universitária entendida como todas as situações direta ou indiretamente relacionada ao fato do aluno estar cursando graduação: aulas, pesquisas, relacionamento com professores, com colegas. A proposta é que os formandos resgatem os momentos significativos da trajetória universitária para fazer um "balanço" da energia, do desejo, do tempo, do afeto investido no curso de graduação, para avaliar os ganhos e as perdas dessa escolha e visualizar as transformações pessoais e profissionais. Além disso, é um momento que as percepções e sentimentos individuais se tornam coletivos, pois além da reflexão individual, promovemos um momento de discussão no grupo. Conclusões: A Universidade é um espaço para instrumentalização do cidadão para enfrentar o mundo, trabalhamos comum sujeito com potencialidades frente à sociedade. Através do projeto, cria-se um espaço para discutir coletivamente várias questões, (como por exemplo, a transição da vida estudantil para profissional e o desemprego), contribuindo para a não individualização dos sentimentos ou culpabilização dos sujeitos. Assim, esta prática é um espaço para o profissional psicólogo exercer o compromisso social da Psicologia, no intuito de promover a emancipação, a autonomia e construir capacidades para enfrentamento no mundo cotidiano pelos formandos.

Palavras-chave: Psicologia; Ensino Superior; Vivência Universitária

NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS EM UMA ESCOLA ESTADUAL DE CHAPECÓ (SC) A PARTIR DO ESTÁGIO EM PSICOLOGIA ESCOLAR

Patrícia Cavichioli Celso Francisco Tondin Márcia Fiabani Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó) patycavichioli@yahoo.com.br

O presente trabalho refere-se à inserção em uma escola estadual de Chapecó (SC), a partir da disciplina de Estágio Acompanhado em Psicologia no Contexto Escolar I e II, do Curso de Psicologia da Unochapecó, realizado nos períodos 7º e 8º do Curso de Psicologia, em 2009. O estágio possibilitou entrar em contato com a instituição escolar em uma perspectiva de entendimento em rede, visando conhecer e analisar sua realidade, bem como planejar e intervir neste contexto a partir da Psicologia Escolar Crítica. Os referenciais teóricos abordados foram: Patto (2000), Antunes (2003), Faleiros (2002), Freire (2000), Meira (2003), entre outros. A partir do ambiente escolar buscamos refletir sobre os processos educativos que ali se estabeleciam, principalmente no que diz respeito ao programa Serviço de Atendimento Educacional (SAEDE). No primeiro semestre de 2009 acompanhamos o programa, participando, conhecendo, refletindo e percebendo que os próprios alunos da Escola não conheciam e nem mesmo sabiam do SAEDE de Deficiência Mental existente na escola em que estudam. No segundo semestre de 2009, no que se refere à educação de crianças com deficiência e tendo em mente que a aprendizagem tem como objetivo o desenvolvimento da criança, visando uma progressiva autonomia do indivíduo, percebemos a importância da apresentação/discussão do tema da inclusão com os vários atores da Escola em questão. Procuramos trazer reflexões sobre o SAEDE, a partir do resgate de ideias da história da Psicologia e Educação, resgate histórico da Educação Especial e de nossa inserção na escola, bem como realizar diálogos e propostas de intervenção, através da apresentação do programa para alunos, pais, professores e demais profissionais da escola. Consideramos que há a possibilidade do psicólogo escolar construir com os educadores, pais e alunos novas maneiras de reflexão em conjunto sobre o processo ensinoaprendizagem, pois os alunos da instituição sabiam da existência de colegas portadores de deficiência, mas não tinham conhecimento do programa SAEDE. Nas instituições escolares é necessária uma abordagem transdisciplinar da educação, levando em consideração questões sociais e um olhar amplo diante dos seus alunos. Sejam eles ditos "normais ou com alguma deficiência" para entender suas questões de aprendizagem e sua vida no ambiente escolar, social, familiar, etc. Os psicólogos escolares, como profissionais inseridos no contexto educativo, e, nos casos específicos, da inclusão escolar, podem favorecer esse processo. Desse modo, para o psicólogo que trabalha no sistema educativo, a inclusão escolar coloca um conjunto de desafios que devem ser discutidos e assumidos crítica e criativamente se de fato pretende-se fazer a partir da Psicologia contribuições para o processo de inclusão. No trabalho na escola ou em outro local, o profissional encontra limites e possibilidades de ação. Cabe a ele não deixar que esses limites paralisem a sua atuação, mas identificá-los e buscar na medida do possível ampliá-los como possibilidades. utilizando, ao máximo, os graus de liberdade que possui no espaço em que está inserido.

Palavras-chave: Psicologia Escolar; inclusão escolar; SAEDE; estágio.

O GÊNERO TEXTUAL DA MÚSICA INFANTIL EDUCATIVA COMO MEDIADOR NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE HABILIDADES BÁSICAS DE LEITURA

Djeise Marla Eger, acadêmica de Psicologia (UNIDAVI), djeise.psi@gmail.com Idonézia Collodel Benetti, MSc, professora orientadora (UNIDAVI) Edla Grisard, Dr(a), professora colaboradora (UFSC)

Resumo: Esse projeto de pesquisa é parte de um projeto integrado com outras pesquisas desenvolvidas na UNIDAVI, no Curso de Graduação em Psicologia, sob orientação da Professora Mestre Idonézia Collodel Benetti. O Projeto Integrado pertence ao Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Humano, Aprendizagem e Família, que objetiva investigar a música infantil educativa e seus enlaces com a educação e a Psicologia. No âmbito acadêmico, este projeto visa a despertar o interesse de alunos para a pesquisa com incentivo às mudanças na prática pedagógica e psicopedagógica. Dessa forma, essa pesquisa ainda justifica sua relevância devido ao fato de que, em relação à música como instrumento mediador no processo de aprendizagem da leitura e potencializador da linguagem, existem poucas pesquisas publicadas no Brasil. A presente pesquisa é caracterizada na literatura atual como experimental, e teve como objetivo principal investigar o impacto da música (letra e melodia) como instrumento de mediação para potencializar linguagem e habilidades básicas de leitura em crianças do 2º ano do ensino fundamental, em uma escola municipal localizada no Petrolândia/SC.Foram comparados dois grupos, um experimental e um de controle, num total de trinta e uma crianças pesquisadas. A média de idade das crianças foi de 8 anos. Os dados foram coletados através dos seguintes instrumentos: RAF (Inventário de Recursos do Ambiente Familiar), TDE (Teste de Desempenho Escolar), e questionário sócio demográfico, os quais foram analisados pelo software estatístico SPSS. Os resultados apontam para escores elevados ($p \le 0.001$) em todos os domínios dos testes realizados pelas crianças que estiveram sob as intervenções com música, em comparação aos resultados do grupo de controle. Esse resultado indica que, neste contexto, a música foi considerada um bom instrumento para potencializar linguagem e leitura, porém novos estudos devem ser realizados para verificar se o mesmo resultado é encontrado em outros contextos.

Palavras-chave: Leitura, Música, Desempenho escolar.

O PAPEL DO PSICÓLOGO ESCOLAR FRENTE À PROBLEMÁTICA DO BULLYING

Fabiana Barbosa Acadêmica da Faculdade Avantis Andréia Martins Professora da Faculdade Avantis fabixypeke@gmail.com

O bullying é uma realidade que afeta muitas crianças e jovens no período escolar. Tratase de um fenômeno complexo que geralmente atinge pessoas mais suscetíveis ou vulneráveis às agressões, causando-lhes angústia, baixa auto-estima, problemas de aprendizagem e relacionamento. O objetivo desse trabalho é abordar o bullying e discutir o papel do psicólogo escolar frente essa problemática. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi à pesquisa bibliográfica, a partir de materiais já publicados por autores que realizaram estudos sobre essa temática. De acordo com Antunes; Zuin (2008) o bullyng é conceituado como um conjunto de comportamentos agressivos, físicos ou psicológicos, como chutar, empurrar, apelidar, discriminar e excluir, que ocorre sem motivação evidente e repetidas vezes, sendo que um grupo de alunos ou um aluno com mais força e poder, vitimiza o outro que não consegue encontrar um modo eficiente para se defender. A atuação do Psicólogo é fundamental visto que contribui através de técnicas e instrumentos psicológicos, para compreender o comportamento dos indivíduos e verificar os fatores que os levam a se comportar de maneira agressiva. De acordo com a definição de Boulton; Smith apud Carvalhosa; Lima; Matos (2001, p.2), "o provocador ou agressor é aquele que frequentemente implica com os outros, ou que lhes bate, ou que os arrelia ou que lhes faz outras coisas desagradáveis sem uma boa razão". O Psicólogo também pode dar apoio psicológico às vítimas, a fim de amenizar o sofrimento causado pela agressão. É importante que o Psicólogo participe do processo de construção do Projeto Político Pedagógico da escola, alertando e discutindo com os demais profissionais envolvidos com a educação a problemática do bullying. Conforme Andrada (2005), o Psicólogo Educacional precisa conhecer as demandas da escola e pensar maneiras de lidar com situações que são cotidianas, bem como, criar formas de reflexão dentro da escola, com todos os profissionais da educação para que se possa trabalhar com suas relações e paradigmas. A família tem papel primordial no combate ao bullying. De acordo com Neto (2005, p. 8) "as famílias, tanto dos alvos como dos autores, devem ser ajudadas a entender o problema, expondo a elas todas as possíveis consequências advindas do bullying". O bullying vem sendo motivo de preocupação e interesse de muitos pais, profissionais da educação e da saúde e dos próprios alunos, que hoje, estão com um olhar mais atento e direcionado para estas práticas. Conforme Neto (2005), as Instituições de Educação, assim como os seus profissionais, devem reconhecer a extensão e o impacto gerado pela prática do bullying entre estudantes e desenvolver medidas para reduzi-las rapidamente. Ao término desse trabalho conclui-se que o bullying causa uma série de problemas psicológicos às vítimas e aos agressores e interfere negativamente no processo de aprendizado e socialização do aluno, portanto, é importante que o Psicólogo, como profissional da saúde, desenvolva um trabalho voltado às vítimas, aos agressores e às famílias dos mesmos, a fim de prevenir, investigar, diagnosticar e adotar medidas adequadas frente à agressividade na escola.

Palavras-chave: Bullying; Psicologia; Escola.

O TRABALHO DO PSICÓLOGO NA MEDIAÇÃO DA RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA

Patrícia Sabina Marafon Celso Francisco Tondin Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó) pati marafon@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO: Este texto visa apresentar o Trabalho de Conclusão de Curso de Psicologia da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), intitulado "O trabalho do psicólogo na mediação da relação família-escola". A pesquisa busca compreender a participação das famílias nas séries iniciais na construção da aprendizagem, além das possíveis intervenções do psicólogo na escola, visto que, segundo os funcionários, nenhuma pesquisa com esta temática tinha sido realizada. Este estudo se justifica pela necessidade de se discutir a atuação do psicólogo na mediação das relações entre família e escola. OBJETIVOS: Geral: Analisar a participação de familiares de alunos nas séries iniciais em uma escola da rede pública no município de Chapecó (SC). Específicos: Identificar como se dá a participação na escola dos familiares de alunos das séries iniciais; Compreender como é a relação dos familiares, professores e alunos no contexto escolar, a partir da visão/concepção dos familiares e professores; Examinar as noções de família e aprendizagem no discurso de professores da escola; Identificar as possíveis contribuições do psicólogo na escola pública. REFERENCIAIS TEÓRICOS: Para fundamentar o estudo, Áries (1981), buscou compreender a dinâmica da relação da família e escola, destacando a família como agente socializador. Por sua vez, Bock (2003) destaca que a educação é um processo social, por meio do qual a sociedade impõe seus modelos e valores. Assim, a educação pode ser vista como uma prática social compartilhada por diversas instituições e atores, mas, muitas vezes, a família e a escola encontra-se em situações de conflito, pois há uma acusação mútua de que as responsabilidades não são cumpridas e sim delegadas, queixa comum dos professores em relação aos pais dos alunos (PARO, 2007; TONDIN, 2001). PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: A presente pesquisa tem como referencial teórico metodológico a análise institucional, através da pesquisa intervenção, ue "consiste em uma tendência das pesquisas participativas que busca investigar a vida de coletividades na sua diversidade qualitativa" (ROCHA; AGUIAR; 2003, p. 6). A prática de intervir consiste em analisar as implicações do pesquisador no campo de pesquisa. RESULTADOS: A pesquisa foi organizada em quatro capítulos, sendo que em todos eles se articulam a teoria com as informações da pesquisa. No primeiro capítulo foram apresentados os procedimentos metodológicos. O segundo capítulo abordou a "relação escola e comunidade: um encontro possível", no qual discutiu-se os modos de participação dos pais na escola. No terceiro capítulo foi discutido sobre a "família, aprendizagem e escola – encontros possíveis", considerando que não apenas na escola é processada a aprendizagem e que tanto nela quanto na família encontramos concepções de aprendizagem que embasam as práticas educativas. No quarto e último capítulo discutimos sobre o olhar da Psicologia na Educação, abordando o trabalho no psicólogo escolar e suas possíveis intervenções. CONSIDERAÇÕES FINAIS: A mediação do psicólogo na relação família-escola pode acontecer a partir de projetos, que articulem processos de participação dentro e fora da escola, integrando a comunidade e desestabilizando verdades que estereotipam as interações entre família e escola, provocando novos modos de relação e participação.

Palavras-chave: família e escola; Psicologia Escolar; participação; Educação;

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL: CONSTRUINDO SABERES DE MODO INTERATIVO

Eliz Marine Wiggers
Faculdade AVANTIS e Núcleo Regional da ABEP/SC
eliz.m.w@pop.com.br
Michela da Rocha Iop
Núcleo Regional da ABEP/SC
michelaiop@yahoo.com.br

Esse trabalho é um relato de atuação em orientação profissional exercida pelas autoras com alunos de Ensino Médio pertencentes às escolas públicas de um Município de Santa Catarina. A partir do entendimento de que a orientação profissional realizada com adolescentes compreende o processo de conhecimento de si; conhecimento das profissões, formação profissional e cursos; bem como o conhecimento da situação do mercado de trabalho, as autoras elaboraram o "jogo das profissões". Este jogo é utilizado como um dos instrumentos no processo de orientação profissional sendo facilitador para que o adolescente conheça as profissões e suas especificidades. Composto por dois tabuleiros onde constam vários desenhos estilizados e as respectivas profissões, cartões com a descrição de cada profissão que se encontra no tabuleiro, cartões com perguntas diversas e pincéis atômicos, este jogo pode ser jogado em dupla ou em grupo e tem como objetivo que os jogadores identifiquem que profissão foi sorteada pelo adversário. No decorrer do jogo, de modo interativo, o adolescente tem a oportunidade de conhecer as similitudes e as diferenças entre as profissões, considerar as características das mesmas, a formação e a atuação de cada profissional, bem como, através deste conhecimento, pode melhor identificar de quais profissões ele se interessa, refletindo sobre sua escolha profissional. No decorrer do processo de orientação profissional é enfatizado aos participantes de que não é possível escolher sem conhecer. Neste mesmo sentido, são orientados sobre a importância da reflexão sobre os diversos aspectos relacionados à escolha de uma profissão, sendo que de maneira vivencial possam identificar as habilidades e características que possuem e em que contexto social pretendem atuar profissionalmente, para que seja possível avaliar sua identificação com a profissão e as necessidades apresentadas pelo mercado de trabalho. Para a construção do processo de orientação profissional e do jogo das profissões foram utilizados os escritos de Outeiral (1997) sobre a importância do trabalho com grupos no âmbito da escola. Da mesma forma, foram utilizados como referência os escritos de Soares (2000) e Bock (2002) sobre o processo de orientação profissional. A partir dessa experiência vivenciada com os adolescentes, ao jogarem o jogo das profissões, constatou-se que os mesmos interagiram entre si e dialogavam sobre as profissões, ao mesmo tempo em que puderam aprimorar seus conhecimentos sobre as mesmas, facilitando, assim, o processo de escolha profissional. Buscou-se com este instrumento proporcionar que o processo de orientação para a escolha de uma profissão pudesse ser interativo e lúdico, minimizando as angústias deste momento e priorizando a importância de conhecer os aspectos nele envolvidos.

Palavras-Chave: orientação profissional; conhecimento; profissões; adolescência;

PROJETO PESSOAL E PROFISSIONAL: CONHECENDO UM POUCO DOS JOVENS DO ALTO VALE DO ITAJAÍ - SC

Eliz Marine Wiggers
Faculdade AVANTIS e Núcleo Regional da ABEP/SC
eliz.m.w@pop.com.br
Michela da Rocha Iop
Núcleo Regional da ABEP/SC
michelaiop@yahoo.com.br

A construção de um projeto de vida é de extrema importância para nortear os passos em busca da conquista de objetivos. Isto se torna bastante relevante para os jovens que estão finalizando o Ensino Médio, momento em que novas responsabilidades lhes são exigidas e que, muitas vezes, eles não sabem ao certo o que querem para seu futuro pessoal e profissional. O presente trabalho tem como objetivo expor os resultados de uma pesquisa realizada com alunos do terceiro ano do Ensino Médio de escolas pertencentes à 13.ª Secretaria de Desenvolvimento Regional de Santa Catarina, cuja proposta era investigar os planejamentos com relação ao futuro pessoal e profissional destes jovens. Para a efetivação desta pesquisa, teve-se como fundamento teórico Soares (2002), a qual comenta que diversas pesquisas têm sido feitas com adolescentes no intuito de estudar como estes constroem seus projetos de vida, o quanto conseguem se imaginar e que aspectos dão mais ênfase ao projetarem seus futuros. A mesma autora expõe que o projeto costuma fundir um futuro previsto e um passado que se recorda, sendo assim integrado a uma história, além de ressaltar que a noção de projeto envolve as expectativas dos pais e dos filhos com relação ao futuro. Para a realização desta pesquisa, os alunos responderam a um questionário, o qual envolvia perguntas sobre o fato de já terem optado ou não por uma profissão, se pretendiam fazer uma graduação ou curso técnico, se consideravam importante pensar na profissão que iriam seguir, entre outras. Também fizeram uma redação, cujo título proposto foi: "Como vejo minha vida pessoal e profissional daqui a 10 anos? Como farei para alcançar essa vida que desejo?" A partir da análise das respostas do questionário e dos temas que mais se destacaram nas redações, foi possível constatar que a maioria dos jovens almeja carreiras profissionais estáveis, independência financeira, realização e satisfação profissional. Também apontaram o interesse em constituir família, adquirir bens materiais e ter uma vida confortável. Para alcançar isto, acreditam que precisam estudar muito, além de superar dificuldades financeiras. Merece muita atenção a menção maciça feita pelos jovens no que concerne a terem muitas dúvidas e inseguranças quanto a projetos futuros, principalmente sobre carreira profissional. A partir dessa constatação, percebe-se o quanto muitos jovens da sociedade contemporânea estão desorientados como relação ao futuro, permitindo refletir acerca da importância da orientação profissional atuando como facilitadora diante dos projetos e escolhas futuras e, também, prevenindo possíveis insatisfações profissionais ou a necessidade de re-orientação de carreira.

Palavras-Chave: Projeto pessoal e profissional; jovens; orientação profissional.

PSICOLOGIA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL JUNTO AO SAEDE: TRABALHANDO A DEFICIÊNCIA MENTAL

Linéte Lauermann Universidade Comunitária da Região de Chapecó linete@unochapeco.edu.br

O presente relato trará aspectos de um estágio realizado no curso de Psicologia no contexto escolar, com duração de um ano sendo com a carga horária de dez horas semanais divididas em pratica profissionalizante e orientação acadêmica pelo professor orientador, o estágio de Psicologia no Contexto Escolar agregou conhecimento para a formação de forma teórico, pratico para futuros profissionais desta área que buscarão atuar neste contexto de trabalho, este trabalho trará concepções do papel do psicólogo no contexto educacional, assim como contemplará de forma breve a historia da psicologia neste contexto. O estágio de escolar foi realizado no campo da Educação Especial, buscou-se primeiramente conhecer aspectos desta educação como sua historia, legislações que a regem, seu papel diante da sociedade e seus serviços prestados, diante do conhecimento do espaço de realização do estágio, foi realizado um diagnóstico do local para levantar possíveis demandas de intervenção, assim que fechado está analise foi definido espaco e formas de intervenção no local do estágio. A intervenção ocorreu no serviço de atendimento educacional especializado (SAEDE) junto com professoras deste serviço trabalhando o tema que foi definido por deficiência mental, este tema foi elencado pelo fato de que todos os alunos do SAEDE possuem diagnóstico de deficiência mental, as intervenções ocorreram mensalmente com sub-temas como características, conceito, história, causas da deficiência mental, o processo de desenvolvimento e aprendizagem, assim como o papel da intervenção pedagógica. Este trabalho se norteará a partir destes elementos discutindo todos teoricamente relacionados com aspectos vivenciados da prática do estágio de escolar com aspectos da psicologia escolar, assim como com as lei e políticas de inclusão ao deficiente mental como, por exemplo, a Lei nº 9.394 que apresenta as diretrizes e base da educação nacional. Através de todo o processo do estágio de Psicologia no Contexto Escolar, podemos ver as interfaces que perpassam a educação, desde as legislações vigentes no nível estadual e nacional até as relações existentes no espaço de educação, as novas produções e reproduções do sistema de ensino, que por diversas vezes se encontra fragilizado na esperança de se ter talvez, um dia a escola nos moldes que Vygostsky propusera uma escola de diálogo, questionamento e compartilhamento. Percebemos o quanto o estado de Santa Catarina possui a educação voltada para os moldes da sóciohistórica de Vygostsky, Lúria e Wallon, mas também o quanto está por muitas vezes permanece distante desta teoria na prática educacional. Com as intervenções realizadas podemos concluir o quanto é necessário conhecer os aspectos sociais, históricos, psicológicos que envolvem a deficiência mental, e o quanto ainda faltam estudos, para se aprofundar nesta temática, sendo ao final de todo este processo produzido o relatório como forma de descrever todo o andamento do estágio de psicologia no contexto escolar.

Palavras-chaves: SAEDE; Educação Especial; Deficiência Mental; Psicologia escolar;

REORIENTAÇÃO PROFISSIONAL NO ENSINO SUPERIOR: ESTRATÉGIAS DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO

Karina Nones Tomelin – Uniasselvi karinant@terra.com.br Charlene Halmenschlager Thomé Edna Sandra Rocha Patrícia dos Santos

Segundo dados do Censo de Educação Superior, o número de alunos matriculados é muito superior aos concluintes. O censo 2006 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) indicou que 21,7% dos alunos evadiram do sistema de educação superior por desistência, abandono ou trancamento da matrícula. Com referência nestes dados bem como pela exigência do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) de políticas de auxílio ao estudante é que o Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NUAP) de uma instituição de ensino superior privada da região de Blumenau realiza pesquisa e projeto de intervenção com alunos trancados e desistentes. O objetivo do trabalho é identificar a relação existente entre os motivos que levam o aluno a ingressar na universidade e os fatores que o levam a desistir entre o primeiro e segundo semestre. Após esta etapa, o Núcleo realizar um programa de reorientação profissional com os alunos interessados em parceria com o Serviço Escola de Psicologia. Trata-se de uma pesquisa de natureza básica, com objetivos exploratórios que utiliza como forma de coleta de dados o questionário com nove perguntas abertas e fechadas enviadas via e-mail para vinte e dois alunos que constavam no relatório de trancamento da Instituição de Ensino Superior de Blumenau/SC no ano de 2009. Dentre os vinte e dois e-mails enviados, sete responderam o questionário. Pôde-se perceber que dentre os fatores que mais influenciaram os entrevistados na escolha de um curso superior a identificação foi o que mais apareceu. Porém, muitas vezes, esta identificação é desmistificada durante os primeiros meses de graduação já que o acadêmico percebe que suas habilidades não são condizentes com as que o curso exige. A maioria dos questionados não participou de orientação profissional para escolha do curso de graduação e, sobre o tempo de discernimento da escolha evidencia-se que ele se dá poucos meses antes de prestar o vestibular. Os resultados da pesquisa também indicaram a dúvida como fator relevante no abandono do curso. Uma das perguntas dirigidas aos alunos tratava sobre o interesse em participar do programa de reorientação profissional. A maioria dos alunos manifestou interesse. Conclui-se que a maioria dos alunos que ingressa no ensino superior pensa pouco sobre a escolha, já que o discernimento acontece pouco tempo antes do vestibular e não conta com ajuda de profissional especializado. Estes indicadores associado a "falsa" identificação com o curso são os fatores que contribuem para evasão. Isto porque a dúvida sobre o curso escolhido torna-se predominante e a desistência consequentemente leva ao trancamento da matrícula. A partir da pesquisa encaminhou-se os alunos interessados ao programa desenvolvido pelo NUAP em parceria com o Serviço Escola. A reorientação foi elaborada no tripé conhecimento de si, da profissão e da escolha. Tal reflexão possibilita aos alunos sentirem-se mais seguros com relação as escolhas futuras indicando a necessidade e espaço do trabalho psicológico.

Palavras-chave: Reorientação profissional; Ensino Superior; Apoio Psicopedagógico.

SERVIÇOS DE PSICOLOGIA: O (RE) INÍCIO DE UM PERCURSO

Luciana S. Grzybowski e Sonia Yonara da Silva Professora e Pesquisadora da Unochapecó, Vice-líder do Grupo de Pesquisa "Práticas Psicológicas", ex-coordenadora de extensão do Serviços de Psicologia, Psicóloga, Doutora em Psicologia pela PUCRS Bolsista de extensão do Serviços de Psicologia da Unochapecó. Sonia Yonara da Silva – soninha@unochapeco.edu.br

O remodelamento da Clínica-Escola de Psicologia para Serviços de Psicologia busca seguir o que prevê às Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Psicologia, adequando-se ao novo PPP do curso e se integrando aos eixos de estruturação da Universidade (ensino, pesquisa e extensão), com vistas a formar um profissional comprometido com a cidadania e que fará da profissão um dispositivo de promoção dos Direitos Humanos, dialogando sempre com as políticas de saúde, educação e trabalho. O objetivo principal da reorientação para Serviços de Psicologia é de construir um espaço plural de diálogo, multi, interdisciplinar e intersetorial, integrando conhecimentos teóricos e práticos estimulando as trocas com outros campos do saber. O Serviços de Psicologia da Unochapecó, busca ampliar-se para a realização de ações de ensino-aprendizagem não somente específico da prática de atendimento psicológico, mas também de atividades de pesquisa e extensão, integrando a Psicologia Clínica, Social e Comunitária, Organizacional e do Trabalho e Escolar. Trabalhar as vertentes ensino, pesquisa e extensão não são de fácil articulação numa proposta única, muito embora façam parte de um só projeto que, de uma forma mais ampla, podemos dizer tratar-se do projeto de "universidade" - espaço no qual se pretende produzir, transmitir e aplicar conhecimentos. Quando pensamos em mudar, criar, reformular, recriar, reiniciar algo isto se apresenta como algo por vezes demasiadamente difícil e este foi um dos primeiros desafios na construção inicial do projeto do Serviços de Psicologia. Inicialmente pensar de maneira coletiva este novo momento do curso era indispensável, porém inúmeras foram as vezes que este assunto era a última pauta a ser discutida e outras vezes o atravessamento do tempo se quer permitiu o inicio de tal discussão. Diante da construção do projeto inicial do Serviços de Psicologia por uma comissão, ocorreu o segundo desafio, a sua reformulação já que tal projeto ambicionava mudanças profundas, necessitou-se da participação do corpo docente como um todo. E a partir da reformulação do projeto inicial e aprovação pelo Colegiado do curso a Clínica Escola de Psicologia passou a ser Serviços de Psicologia. Sendo de responsabilidade deste Serviço integralizar as vertentes – ensino, pesquisa, extensão, o SP se deparou com o desafio da nucleação dos cursos de Psicologia, Direito e Serviço Social e seus projetos e o desafio se estabeleceu em aproximar, dialogar e elaborar um projeto único que apresentasse ações conjuntas. No entanto este desafío proporcionou além da construção da nucleação um olhar diferenciado ainda que inicial para a importância do trabalho multi e interdisciplinar. Participar, visualizar a concretização de uma reestruturação desde porte, ainda que em seus primeiros passos, proporciona a emersão em conhecimentos infinitos se quer deslumbrados anteriormente. Permite que enquanto bolsista, acadêmica e aspirante de Psicóloga a visualização não da dimensão do trabalho coletivo, multi e interdisciplinar, mas, da sua importância diante de um contexto que se apresenta em constante transformação, exigindo que enquanto profissionais não nos limitemos a conhecimentos compartimentalizados.

Palavras-chave: Serviços de Psicologia; Ensino; Pesquisa; Extensão;

8.3 - Eixo Psicologia e Justiça

FATORES DE RISCO E DE PROTEÇÃO DOS INTERNOS DE UMA ORGANIZAÇÃO PRISIONAL DE SANTA CATARINA

SCHUH, Sarah Maria Lemos¹ ROSA, Alexandre Matos² CASTRO, Maria Cristina D'ávila de³ MÜLLER, Fernanda Graundenz4 HOFFMANN, Marcos Erico5

- ¹ Psicóloga, formada pela Universidade Federal de Santa Catarina, pós-graduada em Psicologia Jurídica pelo ICPG (Instituto Catarinense de Pós-graduação). Psicóloga do Centro de Referência de Assistência Social da Prefeitura de Palmitos (SC) e membrofundadora do Instituto de Educação Social e Promoção da Cidadania Instituto Com Viver. Endereço eletrônico: sarah lemos@hotmail.com
- ² Psicólogo, formado pela Universidade Federal de Santa Catarina, pós-graduado em Psicologia Jurídica pelo ICPG (Instituto Catarinense de Pós-graduação), membrofundador do Instituto de Educação Social e Promoção da Cidadania Instituto Com Viver
- 3 Psicóloga, formada pela Universidade Federal de Santa Catarina. Especialista Terapeuta de Famílias e de Casal pela ACATEF Associação Catarinense de Terapia Familiar
- 4 Psicóloga, Mestre e Doutoranda em Psicologia, Professora de Psicologia (UNIDAVI, ACE, ICTRAN, UCS, UNIPLAC, UNOESC) Psicoterapeuta e Mediadora Familiar, membro-fundadora do Instituto de Educação Social e Promoção da Cidadania Instituto Com Viver. Advogada licenciada (OAB/SC 17.131).
 - 5 Psicólogo, formado pela Universidade Federal de Santa Catarina, Mestre e Doutor pela Universidade Federal de Santa Catarina. Psicólogo do Sistema Prisional de SC, professor de Criminologia pela UNIDAVI e de Abordagem Sócio-Psicológica da Violência e do crime na Academia de Polícia Civil de SC.

Resumo: O presente artigo tem como objetivo instigar reflexões acerca dos fatores de risco e de proteção vivenciados por pessoas que cumprem pena privativa de liberdade em uma penitenciária catarinense. Esse estudo apresenta um modelo multifatorial de compreensão da criminalidade, destacando aspectos da vida pregressa de detentos que possam ter nexo com a formação de carreiras criminais ou que possam contribuir para a reintegração social e prevenção da reincidência criminal. Por meio da análise documental de protocolos de entrevistas realizadas com 221 presos, verificou-se o aumento nos indicadores de vulnerabilidade para detentos que reingressam nessa penitenciária, quando comparados com presos que cumprem sua primeira pena de prisão. Diante disso, vislumbra-se um profícuo campo de atuação para o psicólogo, em intervenções que minimizem os fatores de risco e aumentem os de proteção, a fim de reduzir os efeitos da implacável segregação sofrida por esses membros da sociedade.

Palavras-chave: Fatores de risco; fatores de proteção; vulnerabilidade social; criminalidade.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO REALIZADO NA CASA DO ALBERGADO DE CHAPECÓ - SC

Carla Roseana Massing1 Fábio Augusto Lise2 Janete Maria Gaio3 carla.rm@unochapeco.edu.br

- 1 Acadêmica do sétimo período de Psicologia da Universidade Comunitária da Região de Chapecó.
- 2 Professor Supervisor da Universidade Comunitária da Região de Chapecó; Professor da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões; Psicólogo da Secretaria da Segurança Pública de Santa Catarina.
- 3 Acadêmica do sétimo período de Psicologia da Universidade Comunitária da Região de Chapecó.

RESUMO

Este é um relato de experiência de estágio realizado a partir da disciplina de Prática Acompanhada em Psicologia Social Comunitária, do sexto período do curso de Psicologia da Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó. A atividade aconteceu no segundo semestre de 2009, na Casa do Albergado de Chapecó -SC, e consistiu em um grupo aberto com a temática "inserção social" para os (re) educandos que ali cumpriam pena. Estes eram homens de várias as idades, encontravam-se em Regime Aberto de Prisão, ou seja, os mesmos podiam trabalhar durante o dia, mas deveriam se apresentar às 20 horas na instituição, onde permaneciam até as 06 horas do dia seguinte. Nos finais de semana permanecem no local, sendo assim os (re) educandos se apresentam no sábado e só retornam para o convívio familiar na segunda-feira de manhã. Tínhamos como objetivos específicos: Identificar a situação familiar dos (re) educandos assim como seus significados, enfatizando a relação familiar (apoio, recepção no retorno do cárcere, se algo mudou no relacionamento depois do delito); Identificar como foi à inserção no mercado de trabalho, e como está sendo essa vivência, problematizando o mercado de trabalho atual e a sua relação com essa classe trabalhadora; Apontar elementos acerca da vida que tinham no regime fechado do sistema prisional, a partir das reflexões feitas por eles próprios; Problematizar e refletir com relação ao estigma social com relação a egressos do Sistema Prisional Brasileiro; Observar e discutir sobre um planejamento de vida. Desta forma, os encontros aconteciam nos domingos à tarde, às 15 horas e tinha como duração aproximadamente duas horas. Foram realizados 11 encontros, em cada um deles buscávamos discutir assuntos como: família, religião, as diferenças dos Regimes do sistema prisional, preconceito e planejamento de vida.

Palavras – chaves: Regime Aberto, (re) educandos, inserção social.

8.4 - Eixo Psicologia e Saúde

A GAMA DE ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO: Um relato sobre o Projeto Rondon

Mateus Miranda Fagundes1 Cleusemeri Rahn2 Michele Zanella3 Djeise Marla Eger 4 Idonézia Collodel Benetti5 Cristina Sevegnani6

1 Acadêmico do curso de Psicologia e pós-graduando em Avaliação Psicológica pela Unidavi. Endereco

eletrônico: mateusm.f@bol.com.br

- 2 Psicóloga do NASF de Rio do Sul, Especialista em Psicologia Clínica e Educacional 3 Acadêmica do curso de Psicologia e pós-graduanda em Avaliação Psicológica pela Unidavi
 - 4 Acadêmica do curso de Psicologia e pós-graduanda em Avaliação Psicológica pela Unidavi

5 Mestre em Letras pela UFSC, Psicóloga, e professora da Unidavi 6 Acadêmica do curso de Psicologia da Unidavi

RESUMO

O Rondon é um projeto de integração social, coordenado pelo Ministério da Defesa, que envolve a participação voluntária de estudantes universitários na busca de soluções que contribuam para o desenvolvimento sustentável de comunidades carentes e ampliem o bem-estar da população, buscando aproximar esses estudantes da realidade do País, além de contribuir, também, para o desenvolvimento das comunidades assistidas. A equipe da Unidavi, com uma psicóloga e três acadêmicos de Psicologia, ofertou várias oficinas para a comunidade de Iaciara-GO, as quais contemplavam diferentes âmbitos da Psicologia. Oferecer oficinas que contemplem as diversas áreas nas quais a sociologia possa contribuir para o desenvolvimento humano e social da comunidade. Em Iaciara os trabalhos abrangeram Escolas, Sindicatos, Hospitais, Cooperativas, Empresas, Movimentos Sociais, o Trabalho informal e a Orientação Profissional.

A Psicologia, regulamentada como profissão no Brasil em 1962, vem galgando degraus na busca pela plena consolidação enquanto uma ciência abrangente e de grande valia para os âmbitos sociais e científicos. Os distintos campos e formas de atuação permitem a profissionais e acadêmicos demonstrar a eficácia do arcabouço teórico e prático da Psicologia. Essa práxis serviu de base para a atuação no Projeto Rondon, o qual utilizou-se da Psicologia Educacional, da Saúde, e do Trabalho, além das atuações multidisciplinares em conjunto com a Assistentes Sociais, Nutricionistas, Enfermeiras, e Educadores Físicos.

Palavras-Chave: Projeto Rondon; Psicologia; ensino; práxis.

ANÁLISE DO CONSUMO ALIMENTAR DOS ADOLESCENTES EM UMA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ - SC

Ana Carolina da Silva
Ariane Fátima Deggeroni
Daiana Roberta Walker
Débora Fernanda Marmith
Elizene Lara da Silveira
Liane Keitel
Vanessa Gheno
daiwalker@unochapeco.edu.br

Este projeto realizou-se com base no Programa de Educação para o Trabalho em Saúde, onde objetiva-se formar grupos de aprendizagem tutorial em áreas estratégicas do sistema único de saúde, caracteriza-se como instrumento para qualificação de serviços dos profissionais de saúde, de iniciação ao trabalho e vivências dirigidas aos estudantes de graduação em áreas da saúde. De acordo com Philippi (2008), uma alimentação adequada é aquela que atende as necessidades nutricionais do individuo. Para Vieira (2002), as situações da adolescência, como intensas alterações biológicas e instabilidade psicossocial, novas relações sociais e a adoção de novos comportamentos, tornam-se vulneráveis a circunstancias que colocam em risco sua saúde. Segundo Pesce (2004), eventos considerados como risco são obstáculos individuais ou ambientais que aumentam a vulnerabilidade da criança para resultados negativos no desenvolvimento. Segundo Fagioli (2006), o comportamento alimentar deve ser entendido com base na inter-relação de fatores externos e internos que influenciam, direta ou indiretamente nesta fase da vida. O objetivo desta pesquisa foi analisar o consumo alimentar e o estado nutricional dos estudantes de uma escola estadual do município de Chapecó, na faixa etária de 14 a 17 anos, identificando com que frequência os mesmos consomem saladas, legumes e verduras, frutas, alimentos fritos e guloseimas, feijão, leite e derivados e bebidas durante os sete dias da semana, a fim de elaborar estratégias de intervenção para uma alimentação saudável, e identificar condições de risco nutricional. Sendo que nesta pesquisa, optamos pela metodologia descritiva e quantitativa, questionários conforme protocolo do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, no intuito de analisar o consumo alimentar dos adolescentes. Do total da amostra 22,22% (n=5) dos adolescentes era do sexo masculino e 77,77% (n=22) do sexo feminino. Segundo a classificação do IMC da OMS de 2006, 3,7% dos adolescentes apresentam magreza, 77,77% eutrofia, 11,11% risco de sobrepeso, 3,7% sobrepeso e obesidade. A partir do questionário, 30% dos adolescentes consomem saladas cruas, e 26% não, 4% consomem legumes e verduras cozidos e 52% não. 33% consomem frutas e 4% não. 33% consomem feijão todos os dias e 7% não. 44% consomem leite e iogurte todos os dias e 7% não. 15% consomem bolachas/biscoitos salgados ou salgadinhos de pacote todos os dias e 15% não. 19% consomem bolachas/biscoitos doces ou recheados e 19% não. 4% consomem batata frita, batata de pacote e salgados fritos todos os dias e 26% não consomem nenhum dia. 15% consomem hambúrguer e embutidos todos os dias, e 15% não consomem nenhum dia. 19% consomem refrigerantes todos os dias, e 0% não consumiu nenhum dia nos últimos sete dias. Na avaliação nutricional, observa-se que a maioria dos adolescentes encontrase em estado nutricional eutrófico, isto não é sinônimo de boa nutrição, pois mesmo apresentando esta situação, verificamos um consumo alimentar, onde encontramos pouco consumo de frutas, verduras, legumes e derivados do leite, sabendo que estes alimentos devem estar presentes na alimentação diária dos mesmos, para suprir as quantidades de nutrientes, pode-se dizer que há necessidade de intervenção junto a esta população, evitando futuras complicações de saúde.

Palavras-Chave: Adolescentes; Avaliação Nutricional; Consumo Alimentar; Escola.

ATENÇÃO INTEGRAL NA ATENÇÃO BÁSICA: SAÚDE MENTAL, MEDICALIZAÇÃO E TRABALHO

Daniela Fernanda Schott – Acadêmica do 9º Período do Curso de Psicologia – Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ, danischott@unochapeco.edu.br;

Anderson Schuck - - Acadêmico do 9º Período do Curso de Psicologia - Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECÓ;

Camila Prochnau – Acadêmica do 9º Período do Curso de Psicologia – Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ;

Daiane Graciola— Acadêmica do 9º Período do Curso de Psicologia — Universidade Comunitária da Região de Chapecó — UNOCHAPECÓ;

Liane Keitel - - Professora do Curso de Psicologia - Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECÓ;

Márcia Luíza Pit Dal Magro - - Professora do Curso de Psicologia - Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECÓ;

Patrícia Canal - - Professora do Curso de Psicologia - Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECÓ;

Scheila Marcon - - Professora do Curso de Farmácia - Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECÓ;

Thais Delazeri– Acadêmica do 9º Período do Curso de Psicologia – Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ.

Relato de Experiência de Estágio: Com o Programa Nacional de Reorientação da Formação em Saúde - Pró-Saúde, o Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde - SGTES, instituí um programa para que a reorientação da formação profissional dos cursos da área da saúde integre o ensino e os serviços, objetivando assegurar uma abordagem integral do processo saúde-doença com ênfase na atenção básica e promovendo transformações na prestação de serviços à população. Uma das questões fundamentais para que isto aconteça são as discussões e a implantação de experiências diferenciadas nos cenários de práticas dos cursos, buscando incorporar a abordagem integral nos processos de saúde-doença, a promoção de saúde e o re/conhecimento da rede de atenção nas práticas de estágio profissionalizante, com ampliação da duração da prática educacional nos serviços básicos de saúde, inclusive na integração de serviços clínicos da academia junto ao contexto do Sistema Único de Saúde - SUS. Neste intuito, somos impulsionados a pensar no desenvolvimento de modelos de atenção norteados pela integralidade, entendendo que o processo de abordagem dos problemas de saúde exige uma compreensão da complexidade de fatores que se potencializam reciprocamente em situações de doença, e que os sintomas são sinais que falam de uma rede de relações e não apenas de uma relação de causa e efeito, mas da multideterminação, assim se faz necessário considerar a organicidade do ambiente, as questões sociais e subjetivas, potencializando-as reciprocamente. Nesse sentido, foram propostas ações interdisciplinares aproximando os cursos de Psicologia e Farmácia, dos serviços de saúde em um Centro Integrado de Saúde - CISGE, através de ações que envolvem medicalização, saúde mental e saúde do trabalhador, dentro dos estágios de Psicologia Clínica e Psicologia Organizacional e do Trabalho.

Palavras-chave: Pró-Saúde; atenção integral; saúde mental; saúde do trabalhador; medicamentos.

DA FRAGMENTAÇÃO À INTEGRALIDADE: UM OLHAR MULTIDISCIPLINAR AOS USUÁRIOS DO PROGRAMA HIPERDIA

Ana Paula Daneze
Ana Paula Lopez da Rosa
Bianca Joana Mattia
Camila Dal'Santo
Liane Keitel
Siglinde Ribeiro Mello
Tiago Luis Pezzini
Maxemino Luiz Martinelli
tlp@unochapeco.edu.br

Este trabalho tem por intuito demonstrar que o diálogo multidisciplinar é possível quando se tem em jogo a atenção integral dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) que fazem parte do Programa HIPERDIA (Hipertensos e Diabéticos), uma vez que este usuário necessita de uma atenção integral e não fragmentada, de uma equipe multiprofissional que consiga traçar planos terapêuticos e que sigam o pressuposto de usuários com hábitos de vida peculiares e que necessitam de uma abordagem integral. OBJETIVOS: Desenvolver uma proposta de atenção integral, ao programa HIPERDIA em dois Centros de Saúde da Família do município de Chapecó/SC. METODOLOGIA: Esta pesquisa é um estudo qualitativo e interventivo. Por pesquisa qualitativa subentende-se que o interesse do pesquisador volta-se para a busca do significado das coisas, sendo que este tem um papel organizador fundamental na vida das pessoas. Como ferramenta de trabalho montou-se um fluxograma descritor dos dois Centros de Saúde da Família (CSFs) envolvidos no estudo para que em seguida fosse possível discutir e implementar algumas propostas de atenção integral. Reitera-se que para tal tarefa a equipe multiprofissional e os usuários cadastrados no programa HIPERDIA de ambos os CSFs foram às ferramentas principais na concretização desse fluxograma. Por fim, deixa-se claro, que no decorrer desse estudo foram utilizadas diferentes estratégias de construção das informações, entendendo ainda que estes momentos não eram exclusivos de trabalho dos pesquisadores, mas articulados com os participantes. Como referencial teórico optou levar em consideração os pressupostos do pacto pela vida, pacto em defesa do SUS e pacto de gestão do SUS, uma vez que estes seguem o pressuposto recomendado pelas diretrizes de integração entre a atenção básica e a vigilância em saúde, sendo que seu eixo norteador é a integralidade no cuidado. Partindo da realidade, onde ainda vemos que os serviços de atenção básica reduzem o usuário a pedaços fragmentados, oriundos de um modelo biomédico cultural, busca com esta proposta de trabalho problematizar os modelos de atenção em saúde vigentes, através da observação e discussão dos processos de trabalho das equipes envolvidas no atendimento aos usuários do programa HIPERDIA, em dois CSFs, no intuito de fomentar discussões que permitam implementar ações que viabilizem um atendimento integral a estes usuários, por parte da equipe. Em busca do estudo da assistência que vem sendo prestada pelos profissionais da saúde aos usuários do programa HIPERDIA, utilizou então para a análise do processo de trabalho o fluxograma descritor, sendo diagnosticados alguns pontos críticos no fluxograma, o que resultou em algumas propostas de intervenção estudadas e criadas pelo grupo de estudo, para a resolução destes pontos críticos e a efetivação da integralidade. Embora não se conseguiu desenvolver todas as atividades propostas, o primeiro passo já foi dado.

PALAVRAS – **CHAVE**: HIPERDIA; Fluxograma Descritor; Equipe Multiprofissional; Atenção Integral; Cuidado.

EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO INTEGRADO CLÍNICA DA MULHER NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ-SC

Liane Keitel – Docente Unochapecó Márcia Pit – Docente Unochapecó Débora Diana da Rosa – Acadêmica de Psicologia – Unochapecó (ddddebora@yahoo.com.br). Ana Grando – Psicóloga Cleonice Giacomoni - Psicóloga

Introdução: A necessidade de construir novos olhares e práticas na relação saúde/doença/sujeito no âmbito da Psicologia, leva à proposição de práticas diferenciadas de estágio curricular com vistas a estabelecer diálogos multiprofissionais e transdisciplinares que abarquem as diretrizes do Sistema Único de Saúde, atuem na prevenção e promoção de saúde e superem com o paradigma biomédico. Esse movimento implica compreender o sujeito para além de sua patologia ou queixa inicial, construindo o olhar integral que implicam em compreender os diferentes fatores que contribuem e/ou ocasionam situações de risco, vulnerabilidade, bem como potencialidades e fatores protetivos para os usuários dos serviços de saúde. Esse trabalho parte de uma experiência de estágio integrado em Psicologia clínica e Psicologia do trabalho, que vem sendo realizado na Clínica da Mulher do município de Chapecó – SC, serviço que atende mulheres que possuem fatores de risco na sua gestação. Objetivos: Potencializar ações que integram o Programa Nacional de Reorientação na Formação em Saúde - Pró-Saúde; Discutir fluxos e processos de trabalho a partir dos indicadores conjuntamente nas equipes de Estratégia de Saúde da Família e Clinica da Mulher; Implementar estratégias voltadas a atenção integral e ao trabalho humanizado junto aos usuários identificados na Clinica da Mulher. Metodologia: Entrevistas individuais ou coletivas com a rede de atendimento, trabalhos em grupo, aplicação de testes, elaboração de psicodiagnóstico multidimensional e atividades de psicoterapia com usuárias e equipe após análise de demanda, intervenções nas equipes de trabalho que compõe a rede de atendimento da qual faz parte a Clínica da Mulher. O estágio integrado em Psicologia Clinica e do Trabalho no espaço referido, pauta-se nas diretrizes nacionais que orientam a saúde pública brasileira. Destaca-se a política Nacional de Humanização do SUS que prevê em seus princípios norteadores a inseparabilidade entre a atenção e a gestão dos processos de produção de saúde, bem como, a Transversalidade, a Autonomia e protagonismo dos sujeitos. Desta forma o trabalho integrado propõe discutir aspectos de gestão e da rede de atendimento, atuando de forma transversal e potencializando a participação dos usuários nos serviços e sua implicação no estabelecimento de planos terapêuticos singulares.

Palavras-Chaves: Humanização, Clínica da Mulher, SUS.

HOSPITAL PSIQUIÁTRICO SÃO PEDRO: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA

Andréia Demarco
Eliandra Solivo
Liane keitel
Raquel Dalcero
Roberto Vasconcellos Maffei Junior
Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ
andreia89@unochapeco.edu.br

INTRODUÇÃO: Em 13 de maio de 1874, foi fundado o Hospital Psiquiátrico São Pedro, em Porto Alegre/RS, que inaugurou somente dez anos após, no dia 29 de junho em data consagrada a São Pedro, sendo o quinto asilo/hospício de alienados implantado durante o Segundo Reinado no Brasil (1841-1889). Hospício vem do latim "hospitium", hospedeiro, local destinado ao acolhimento de doentes pobres e incuráveis/alienados, que vem do latim "alienus", que significa estranho; o indivíduo estranho a si mesmo ou à comunidade social. Este trabalho é um relato da vivência do estágio de familiarização realizado durante duas semanas no mês de janeiro de 2010 e possuí como intuito oportunizar uma discussão sobre o conhecimento acadêmico, além das possibilidades que a universidade nos fornece, nos comprometendo com a busca de novos espaços, novos estágios. Sentimos a necessidade de buscar um espaco fora da região do Oeste Catarinense que nos possibilitasse vivenciar a realidade de um hospital psiquiátrico. OBJETIVOS: A inserção foi realizada com os seguintes objetivos: Conhecer e vivenciar realidade do local, os aspectos e fatos históricos; Ampliar os conhecimentos dos acadêmicos referentes a diversas áreas que atuam no espaço; Interagir diretamente com funcionários e pacientes do hospital; Verificar como ocorre o trabalho multiprofissional interdisciplinar na instituição. REFERENCIAIS TEÓRICOS: Para desenvolvermos tal estágio partimos das leituras da Lei da Reforma Psiquiátrica nº 10.216 de 6 de abril de 2001; GABBARD (2006); ZIMMERMAN (1999); KAPLAN (1997). DESCRIÇÃO E ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA: O estágio nos possibilitou observar a rotina diária dos pacientes e dos funcionários, bem como a inter-relação estabelecida entre eles. Quando chegávamos ao hospital nos dirigíamos para uma determinada unidade com 44 moradores. Realizamos as seguintes atividades: semanalmente levávamos os pacientes a passeios dentro e fora do hospital, os auxiliávamos a atravessar a rua e seguir com o grupo; Em outras oportunidades conduzíamos alguns moradores à oficina de criatividade onde podiam pintar e trabalhar em contato com outros moradores do hospital; Na unidade propomos atividades recreativas com pinturas e com a utilização das revistas, com o objetivo de conhecê-los. Certo dia um pessoal da musicoterapia veio ao hospital, mais especificamente na unidade onde estávamos e proporcionaram um momento musical para todos. Os moradores se contagiaram com a música e cantaram cantigas de roda. Durante nossa estada no hospital, todos os dias percebemos algumas atividades sendo desenvolvidas. CONSIDERAÇÕES FINAIS: Antes de irmos ao hospital, estudamos e discutimos a reforma psiquiátrica, no entanto a realidade ainda não contempla e não dá conta em reverter os muitos anos de tratamentos psiquiátricos, pois muitos pacientes continuam internados, sem família e sem condições de integração na sociedade. O psicólogo contribui efetivamente nesse processo e também pode promover rupturas nesse sistema. É importante entender que o sujeito deve ter conhecimento quanto ao seu diagnóstico e tratamento, mas que, contudo, o saber do profissional que declarou tais informações não venha de forma a rotulá-lo. Bem como, que o sujeito e o profissional possam dialogar sobre a situação, para que assim o paciente possa tornar-se literalmente sujeito do processo.

Palavras-chave: Hospital Psiquiátrico; Psicologia; Estágio de familiarização; Reforma Psiquiátrica; Psicopatologia.

INDICADORES DE PRÁTICAS VIOLENTAS REGISTRADOS PELAS POLÍCIAS NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ (SC)

Francieli Fernanda Tremea
Irme Salete Bonamigo
Karin Bruxel
Cristiane Dameda
Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó
E-mail: franci728@unochapeco.edu.br

Não se pode fazer uma correspondência direta entre a "criminalidade real" e a criminalidade registrada pelos dispositivos policiais e judiciários, pois há crimes jamais registrados ou detectados, criminosos não identificados e vítimas silenciosas de vitimização. Apesar disso, tendo em vista a necessidade de produção de conhecimento sobre violências, pode-se considerar os órgãos policiais como uma importante fonte de produção de estatísticas oficiais. Esse projeto de iniciação científica, em fase de finalização, objetiva descrever e analisar os índices relativos às práticas violentas registradas pelas polícias de Chapecó. No processo de identificação e análise dos índices aborda os procedimentos utilizados pelas polícias para efetuar o registro e classificar as ocorrências relativas às práticas violentas no município, já que a forma de registro implica diretamente a qualidade das informações. Trata-se de pesquisa de método misto, com procedimentos quantitativos e qualitativos, por meio de levantamento de dados secundários nos bancos de dados das polícias de Chapecó e da investigação do processo de registro de dados. A descrição e análise das informações investigadas possibilitou visualizar as práticas violentas registradas pela Polícia Civil, Polícia Militar e Sexto Batalhão de Bombeiro Militar em sua frequência e periodicidade nos últimos dez anos. Na Polícia Civil foram mapeadas 121 tipificações de práticas violentas, destacando-se os furtos, danos, acidente de trânsito com dano, acidente de trânsito com lesões corporais, lesão corporal dolosa contra homem, contra mulher e roubos. Na Polícia Militar foram mapeadas 42 tipificações, dentre estas, os acidentes de veículos com danos materiais, com lesões corporais, arrombamento ou furto em veículo, furtos, lesões corporais e vias de fato ou agressão se destacam. Já no Sexto Batalhão de Bombeiro Militar foram mapeadas 19 tipificações sendo as principais o ferimento em tecido mole, ferimento com arma branca, acidentes de veículos com lesões corporais, atropelamento, acidentes com máquinas e equipamentos diversos e acidentes diversos. Os dados mostram oscilações anuais em relação à quantidade de registros referentes a práticas violentas nos três órgãos pesquisados, destacando-se os anos de 2006, 2007 e 2008 com mais ocorrências na Polícia Militar e Sexto Batalhão de Bombeiro Militar e os anos de 2002, 2003 e 2004 na Polícia Civil. Na Polícia Civil, visto que nos demais órgãos esse dado não esta disponível no material coletado, é possível observar a predominância do envolvimento do sexo masculino nos registros de práticas violentas, principalmente no que diz respeito ás tipificações relacionadas aos acidentes de trânsito, lesões e homicídios. Outros dados de destaque referem-se às diferenças entre a instituição Polícia Civil, Polícia Militar e Sexto Batalhão de Bombeiro Militar, quanto a atuação, organização, objetivos, formas de registros e procedimentos realizados. Considera-se que estes indicadores poderão subsidiar ações de prevenção vinculadas à segurança pública e à saúde coletiva em Chapecó, abrangendo a complexidade e a amplitude que hoje caracteriza a discussão do tema violências no município. Além disso, o envolvimento e atuação/intervenção da Psicologia mostra-se relevante nesse processo, podendo contribuir, problematizar e potencializar as discussões e ações voltadas às políticas públicas, especialmente as municipais.

Palavras-chave: violência; políticas públicas; registros oficiais; registros policiais.

MORTALIDADE POR CAUSAS EXTERNAS NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ (SC)

Cristiane Martini
Prof^a. Dra. Irme Bonamigo
Prof^a. Me. Karin Bruxel
Eliandra Solivo
bonamigo@unochapeco.edu.br
Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó

A mortalidade por causas externas é um fenômeno cada vez mais relevante no Brasil. No início da década de 80 ocupava o quarto lugar entre os grandes grupos das causas de óbitos, passando para o segundo lugar, em meados da década de 1980, perdendo apenas para as doenças do aparelho circulatório. É o principal causador de morte no país para a faixa etária dos 5 aos 39 anos. Seus principais componentes são os homicídios e os acidentes de trânsito, os quais são responsáveis por mais de 50% desses óbitos. Os objetivos desta pesquisa, financiada com recursos do Artigo 170 da Constituição do Estado de Santa Catarina, é analisar e detalhar as estatísticas referentes à mortalidade por homicídio, acidentes e demais violências por causas externas segundo faixa etária, sexo e meio utilizado em Chapecó, identificar o processo de produção das informações registradas no município que integram os bancos de dados pesquisados e posteriormente sugerir medidas de prevenção ou proteção ante as violências. Realizou-se análise epidemiológica descritiva dos dados de mortalidade por causas externas para o município de Chapecó disponíveis no Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde no período de 1998 a 2008, utilizando proporções e taxas de mortalidade por 100.000 habitantes, bem como, observações e entrevistas com os responsáveis pelo registro dos dados em Chapecó. Após a análise dos dados registrados, estabeleceu-se entre Chapecó, estado e país uma leitura comparativa, o banco de dados do DATASUS também foi utilizado. Constatou-se que os acidentes de transporte estão no topo das causas externas que mais matam na cidade, estado e país. Em segundo lugar, destacam-se as taxas de óbitos por homicídios, onde Chapecó apresenta um aumento gradativo nos índices durante o período, já o país destaca-se pelas altas taxas e o estado permanecendo com os menores índices. Conseguinte classifica-se os índices de óbitos por suicídios, sendo que, as taxas de Chapecó e Santa Catarina, são superiores às do país. Com relação aos outros subgrupos de mortalidade por causas externas destacam-se, em quarto lugar os acidentes não especificados, em quinto os eventos cuja intenção é indeterminada, em sexto acidentes por quedas em sétimo os afogamentos. Quanto aos coeficientes de óbitos das causas externas que compõe o sexo masculino e feminino, analisa-se que, no conjunto geral, o sexo masculino, em sua totalidade, contém os maiores coeficientes, inclusive em todos os grupos de causas externas. Logo, em relação aos óbitos por faixa etária, os maiores índices de óbitos em Chapecó, ocorreram na faixa dos 20 aos 49 anos, destacando-se como causas destes os acidentes de transportes, homicídios e suicídios. Os resultados decorrentes desta pesquisa alimentarão o Observatório de Violências, no qual este projeto está articulado servindo de subsídio para a elaboração de políticas públicas nas áreas da saúde e segurança pública, que previnam violências a partir das situações identificadas e contribuirá para a qualificação do trabalho das Equipes de Saúde da Família.

Palavras-chave: violência; mortalidade por causas externas; estatísticas oficiais.

MUDANÇAS NO COMPORTAMENTO RESULTANTES DO SURGIMENTO DA GRIPE A

Bruna Jung – Uniasselvi bruna.jung@gmail.com Fabiana Beckert - Uniasselvi Samara Cristina Batista - Uniasselvi Karina Nones Tomelin- Uniasselvi

O ano de 2009 foi marcado pelo surgimento de um novo vírus da gripe: o H1N1. Este, que contém material genético de três espécies animais, provocou alarde mundial principalmente por ser um vírus desconhecido e pelas mortes que vinha causando. A Organização Mundial de Saúde recomendou alguns novos hábitos, como por exemplo, lavar as mãos com álcool gel, para fins de prevenção. Nenhuma medicação foi totalmente eficaz para tratar os infectados pelo vírus, apenas o Tamiflu mostrava-se competente. Vacinas foram desenvolvidas na Europa em 2009 mas no Brasil a vacinação ocorreu somente em 2010. Esta pesquisa procurou identificar quais foram os comportamentos que mudaram no auge da gripe (inverno de 2009) e quais continuaram após este período (primavera de 2009). Para tanto realizou-se uma entrevista com trinta e sete pessoas usuárias do transporte coletivo de Blumenau. O questionário foi elaborado com perguntas abertas e fechadas sobre comportamentos no auge e após o surgimento da gripe realizado nos terminais de transporte urbano. Dentre as questões levantadas estava sobre o uso do álcool em gel e outros comportamentos higiênicos além de mudanças de comportamentos sociais como deixar de cumprimentar pessoas, de frequentar lugares públicos bem como o uso do transporte coletivo. Os resultados indicaram que no auge a maioria das pessoas deixou de ter o comportamento de apertar a mão das pessoas 54,05%; indicou também que no auge, 43,24% das pessoas deixou de frequentar ambientes fechados, por receio de contaminação; após o auge, esse número cai para 21,62%. Quando questionados se utilizaram alguma forma de prevenção ao vírus H1N1, os indivíduos revelaram que a forma mais utilizada no auge foi o álcool gel 37.84%, seguido por lavar as mãos com maior frequência 13.51%; quando questionados se utilizaram o álcool gel com freqüência, durante o auge da gripe 81,08% o utilizaram com maior frequência, enquanto que, após o auge, esse número cai para 29,73%. Estes indivíduos também foram questionados quanto à sua reação ao tomar conhecimento sobre o vírus H1N1, 75,68% dos indivíduos afirmaram sentir medo e 24,32% agiram normalmente. Quanto ao uso do transporte coletivo, no auge 81,78% continuaram a utilizá-lo normalmente. Conclui-se que as pessoas modificam seus comportamentos sociais em função do medo de ser contaminado bem pela sensibilização das informações veiculadas nos meios de comunicação. Observou-se que após o auge da gripe houve mudanças no comportamento social, ou seja, a maioria das pessoas voltou as rotinas de higiene e convivência.

Palavras-chave: saúde; gripe A; comportamento.

O PROTAGONISMO SOCIAL DESENVOLVIDO NO PROCESSO PSICOTERAPÊUTICO GRUPAL DE ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA FÍSICA ATENDIDOS NA ARCD – AACD – SC

Juliane Cristine Koerber Reis Vínculo empregatício: Psicóloga do Setor de Psicologia da ARCD/AACD-SC, Joinville-SC. julianeckreis@uol.com.br

À pessoa com deficiência é dito que deve incluir-se na sociedade, vinculando-se e participando através das diversas instituições que a compõem. A inclusão é prevista em lei, recomendada pelas ciências e referendada pelo grupo social. Entretanto, o cotidiano denuncia significativas dificuldades e entraves para que esta indicação seja concretizada. Questões de acessibilidade, preconceito, violência, precariedade de condições econômicas e sociais evidenciam-se na realidade vivida por estas pessoas, privando-as do exercício justo da cidadania.

Consciente do cenário, a instituição, ARCD/AACD - SC Associação de Reabilitação da Criança Deficiente, localizada no Município de Joinville, e vinculada tecnicamente à Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD, São Paulo - SP), oferece a seus pacientes, pessoas com deficiência física, atendimento psicológico, com objetivo principal de promover a inclusão social daqueles, conforme compreensão ampliada deste conceito. A experiência profissional aqui apresentada refere-se ao atendimento de adolescentes com deficiência física, comprometidos por següela de paralisia cerebral, mielomeningocele, lesão encefálica da infância adquirida, doenças neuromusculares, e osteogênese imperfeita, com idades entre 12 e 17 anos, no período de 2007 a 2010. São acompanhados pelo serviço de Psicologia, por indicação da equipe interdisciplinar da instituição. O trabalho é norteado pelas concepções teórico-práticas da Gestalt-terapia, e organizado em encontros de grupo semiaberto, de periodicidade semanal, com duração de uma hora, além de atividades extra-muros. É composto por 6 participantes (em média), coordenados por uma psicóloga, sendo que os pais (ou responsáveis) participam mensalmente das atividades. Interagindo com seus filhos e recebendo orientações conforme as demandas apresentadas no processo terapêutico, compartilham angústias e expectativas, elaboradas psicologicamente com objetivo de favorecer a aceitação possível da patologia (e consequências) do(a) filho(a).

Observa-se que os adolescentes se apresentam retraídos a princípio, pouco habituados a falar de si, a se perceberem e perceberem criticamente as relações entre a sua condição e os determinantes sociais em que esta se inscreve; e, ainda, de tomarem papel de protagonistas nas suas vidas, especialmente no que se relaciona à superação de suas incapacidades. O processo grupal confere apoio psicossocial e desafios que estimulam o enfrentamento saudável da realidade vivida. Como resultado tem acontecido crescente socialização; inclusão escolar, laboral e comunitária; e, principalmente, a responsabilização pela própria reabilitação, a apropriação dos devidos direitos, e o estabelecimento de projetos de vida que transcendem as limitações da doença.

A equipe interdisciplinar, composta por médico fisiatra, fisioterapeuta, fisioterapeuta aquático, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo, pedagogo, psicólogo, enfermeiro e assistente social, além do apoio de outras especialidades médicas, refere que os adolescentes participantes do grupo apresentam melhor adesão ao processo de reabilitação proposto pela instituição, desenvolvimento e melhoria de habilidades de vida diária, melhora cognitiva e do humor. As famílias desenvolvem postura mais ativa e menos assistencialista, com recuperação da autoestima, melhoria das relações entre sujeitos do grupo familiar, e engajamento social, tanto em questões relacionadas à deficiência quanto de motivação pessoal.

Palavras-chave: adolescente, deficiência física, inclusão, reabilitação.

PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA NO CONTEXTO HOSPITALAR

Andréia Demarco
Eliandra Solivo
Larissa Benetti
Prof^a. Dra. Irme Bonamigo
andreia89@unochapeco.edu.br
Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó

INTRODUÇÃO: Este trabalho foi construído a partir de uma prática de estágio do 6º semestre de Psicologia do ano de 2009, num Hospital do Oeste Catarinense, sendo esta prática embasada teoricamente pelo referencial da Psicologia Social Comunitária. OBJETIVO: Esta prática teve por objetivo integrar o conhecimento teórico à realidade social, com o intuito de capacitar-nos para um exercício profissional ético, crítico e comprometido socialmente, bem como, possibilitar a troca de conhecimentos, sentimentos e experiências nas supervisões realizadas semanalmente. Para tanto, aprofundamos e debatemos temas relacionados à prática em comunidades e às atuais implicações. REFERENCIAL TEÓRICO: Embasamos nosso trabalho em alguns autores, tais quais: Gregório Baremblitt (2002), Maria Fátima Quintal de Freitas (1998), Valquíria Lúcia Melo de Mendonça (2007), William César Castilho Pereira (2001) e Meneses (2003).Rangel DESCRICÃO Е EXPERIÊNCIA: A prática de Psicologia Social Comunitária foi realizada de forma integrada com o desenvolvimento de uma pesquisa sobre violências, na qual coletávamos os dados dos pacientes através de questionários aplicados a usuários no Setor de Emergência e Urgência. Apesar dos objetivos, método e técnicas da pesquisa já estarem definidos, foi possível durante o seu desenvolvimento, observar e conversar informalmente com a equipe de trabalho e pacientes, o que possibilitou visualizarmos e percebermos mais amplamente o local em que estávamos inseridos. No Hospital, observamos indicadores de aspectos enrijecidos nas relações entre funcionários e pacientes, principalmente no que se refere à naturalização do sofrimento destes últimos, pois o modo como se relacionavam demonstrava certa frieza emocional e assistencialismo. Percebemos que o olhar focava a parte do corpo doentia e não o ser humano em sua totalidade. Também, observamos alguns estigmas em relação aos dependentes químicos, profissionais do sexo, pessoas alcoolizadas, portadores de HIV e envolvidos de alguma forma em agressões físicas. Salientamos que não julgamos este comportamento, apenas o observamos e o compreendemos no seu contexto histórico cultural. No entanto, sabemos da importância de ressignificá-los para podermos olhar de forma mais justa e cidadã a todos. Consideramos importante que a equipe, além de ser preparada para lidar com estas situações, possa constantemente pensar e repensar as suas práticas. Podemos analisar também que o trabalho é causador de sofrimento, o que muitas vezes leva estes profissionais a protegerem-se por meio de uma atitude de não envolvimento emocional com os atendimentos, ao lidarem diariamente com situações estressoras. CONSIDERAÇÕES FINAIS: A Psicologia pode muito contribuir no espaço hospitalar. Não são apenas as vítimas de violências que se encontram em situação de sofrimento, os profissionais estão cansados, trabalham longos plantões e lidam diariamente com questões nas quais as pessoas se encontram frágeis, necessitando de cuidados. Melhorar a qualidade de vida das pessoas mesmo em situação de dor é também um dos objetivos da Psicologia. Para tanto devemos ter um olhar atento e reflexivo, analisando as diferentes realidades sociais, econômicas, políticas e culturais, para intervir de forma coerente e adequada.

Palavras Chave: Psicologia Social Comunitária; hospital; sofrimento; intervenção.

PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA: UMA NOVA INSERÇÃO

Eliandra Solivo
Andréia Demarco
Larissa Benetti
Prof^a. Dra. Irme Bonamigo;
eliandraso@unochapeco.edu.br
Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó

Este trabalho foi construído a partir da Prática Acompanhada em Psicologia Social Comunitária, disciplina do 6º semestre de Psicologia da UNOCHAPECÓ, realizada numa cidade localizada no oeste catarinense, vítima de um tornado ocorrido em 2009. Esta prática teve por objetivo: contribuir com as vítimas em situação de emergência e desastre, para o alívio de sua dor, da sua aflição e apoio para a sua reinserção na comunidade; contribuir com as equipes multiprofissionais e interdisciplinares com o processo de trabalho de apoio e reconstrução iniciado; desenvolver atividades pertinentes à prática em psicologia social comunitária, exercício de solidariedade e compromisso social; integrar a vivência com os conhecimentos teóricos adquiridos e a busca de novos conhecimentos; possibilitar o aprofundamento teórico de temas relacionados à prática em comunidades e implicações contemporâneas.

Para realizar a prática foi necessário uma preparação teórica para compreender o tornado acontecido em 2009, suas conseqüências na vida dos que de algum modo foram atingidos, como ele se forma e em que condições climáticas, bem como, a preparação para a realização dos grupos e discussão dos temas. Realizou-se quatro encontros durante o mês de novembro, formando grupos de vizinhanças com adultos e crianças. Foram feitas visitas nas propriedades rurais, novo levantamento da demanda numa determinada linha da zona rural e demais conversas informais com a população. Foi observado o processo de reconstrução das moradias, consequentemente, a transformação da natureza que foi aos poucos se refazendo e concomitantemente a mudança emocional das famílias. A administração da cidade e da Defesa Civil estiveram envolvidas em todo processo, apoiando os que perderam todos ou parte dos bens materiais e/ou humanos. A cada encontro foi constatada a necessidade das pessoas terem um espaço de escuta qualificada, para poder além de compartilhar os sentimentos ajudar mutuamente uns aos outros com as trocas de experiências. Os estudantes de psicologia, enquanto futuros psicólogos, tiveram a oportunidade de exercer a escuta, a observação e análise da demanda, planejar um projeto de intervenção e pô-lo em prática, passando por todos os passos necessários em uma intervenção alicerçada na Psicologia Social Comunitária. Contudo, enfatiza-se a necessidade de se abordar na graduação temas referentes a Psicologia das Emergências e dos Desastres em vista da atual situação ambiental que esta em foco. Esta prática proporcionou grande

aprendizado, fato este que possibilitou contato direto com o sofrimento das famílias, pois se pode ver, além da destruição, o processo de reconstrução emocional e das moradias das pessoas. A prática de estágio possibilitou um comprometimento ético com a profissão e com todos os que entraram em contato com ela, além de proporcionar aos acadêmicos um novo campo de atuação e inserção do profissional psicólogo.

Palavras-chaves: Psicologia Social Comunitária; tornado; observação; realização de grupos; projeto de intervenção.

REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA

Raquel Cristina Dalcero Roberta Forchesatto Andressa Alba Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ rake@unochapeco.edu.br

Este trabalho é o relato da experiência da Prática Acompanhada em Psicologia Social Comunitária, realizada no 6º período do curso de Psicologia, tendo como local a Rede Feminina de Combate ao Câncer (RFCC) - regional de Palmitos-SC. A instituição foi escolhida pois a temática trabalhada neste local provocava muita curiosidade, em especial os relatos com relação à estética feminina depois da retirada da mama e a autoestima após o câncer. Esta prática permitiu a articulação entre teoria e prática, exercício este que permite a construção de um olhar amplo. OBJETIVO: Promover um espaço para que as mulheres que enfrentam câncer de mama e de colo do útero socializassem suas experiências de vida, a fim de enfatizar a saúde e a qualidade de vida das mesmas. A Psicologia Social Comunitária tem por objetivo a transformação do indivíduo em sujeito, buscando que os grupos e sujeitos possam ter condições para a sua auto-análise e auto-gestão. A prática foi realizada no segundo semestre de 2009. Os encontros eram realizados nas quintas-feiras, com duração de duas horas. O grupo era composto por dez mulheres com câncer de mama ou colo de útero em início ou final de tratamento. Sendo que em alguns encontros ocorreu a participação de mulheres que já passaram pela doença, possibilitando o esclarecimento a respeito dos sentimentos e do próprio tratamento. Esta prática proporcionou um espaço de acolhimento e aconchego as mulheres que estão passando pelo tratamento do câncer. Elas conseguiram relatar seus sentimentos, angústias e medos. Ocorreu trocas de informações muito ricas, em que as próprias participantes construíam de forma conjunta à solução para a situação que estava trazendo sofrimento. Ao final da prática, foi possível perceber a importância de buscar compreender os sujeitos como um todo, não somente a doença apresentada. É válido ressaltar a relevância em se compreender o contexto sócio-histórico-político e cultural em que o sujeito está inserido, para entender seus comportamentos e sentimentos. Assim como, a importância do psicólogo nas discussões e reflexões sobre o tema de saúde, visando a criação de políticas públicas com o intuito de potencializar o bem estar dos sujeitos.

Palavras-Chaves: Prática em Psicologia Social Comunitária, Rede Feminina, Câncer, Mulheres.

SÍNDROME DE COUVADE: SINTOMAS DE GRAVIDEZ E DE ENVOLVIMENTO PATERNO

Alexsânia Sousa Braz Acadêmica da Nona Fase do Curso de Psicologia da UNIDAVI e pesquisadora responsável. Prof^a. Dr^a. Everley Rosane Goetz Professora e Coordenadora do curso de Psicologia da UNIDAVI, orientadora da pesquisa.

Observa-se que as pesquisas em Psicologia sobre maternidade/paternidade tinham uma atenção maior na relação mãe e bebê, sendo o pai excluído de tais estudos. Atualmente, no entanto, tem-se visto uma preocupação maior dos pesquisadores em conhecer mais sobre os aspectos da paternidade e ansiedades paternas específicas durante a gestação de suas parceiras. Com esse objetivo, o Trabalho de Conclusão de Curso procurou investigar sintomas gravídicos em homens que vivenciam a experiência da gravidez, e semelhantemente investigar a relação destes sintomas com o envolvimento paterno de homens durante a gestação e puerpério. Variações de peso, mudanças no apetite, cansaço, mudanças emocionais, dores de dente, enjôos, desejos são alguns dos sintomas que acometem o pai durante a gestação e que vêm somados a muita ansiedade. A este conjunto de sinais e sintomas psicossomáticos, dá-se o nome de Síndrome de Couvade, também conhecida como Síndrome do Homem Grávido ou Síndrome Gravídica do Homem, termo utilizado pela Psicologia para designar os fenômenos que acometem o pai durante gravidez de sua parceira. O envolvimento paterno na gestação, bem como sua relação com sua companheira grávida, e sua relação que teve ou tem com seu próprio pai, são possíveis desencadeadores destes sintomas. Sendo assim, há indicativos de que pode trazer importantes implicações para o período puerperal, podendo estar estreitamente relacionada com a qualidade do envolvimento do pai com a criança (GOETZ, 2005; MALDONADO, 1996; PARSEVAL, 1986; SOIFER, 1992). Participaram da pesquisa 12 casais, com faixa etária compreendida de 18 anos a 50 anos, sendo utilizada uma entrevista com roteiro estruturado com perguntas relacionadas ao processo gravídico, aplicada em sessões específicas para cada casal participante. Os sintomas que surgiram nos papais, tanto no início da gravidez como no decorrer desta, foram os de enjoo, dores estomacais, indisposição, sonolência, diarréia, cansaço, dores de cabeça. Houve também ganho de peso proporcional ao mês de gestação, ou seja, um quilo aproximadamente por mês. Apresentaram também, desejos sob a forma de vontade de ingerir alimentos fora de seu hábito alimentar, havendo mudanças emocionais, como alterações de humor. No decorrer deste trabalho, percebeuse a importância da participação ativa do pai na gestação da parceira para até mesmo favorecer o vínculo afetivo entre pai/bebê, e o destaque para novas formas de paternidade que por sua vez deram origem a dois modelos matriciais funcionais. Sendo estes, o modelo do Papel Paterno de Repetição e o modelo de Papel Paterno de Contraposição, sendo ambos relacionados ao modelo do progenitor do futuro pai. O pai também apresenta ansiedades específicas no período gestacional, portanto há necessidade de uma maior atenção e incentivo por profissionais da saúde para a inclusão do pai no processo gravídico de suas companheiras.

Palavras-Chave: Gravidez; Paternidade; Envolvimento Paterno; Síndrome de Couvade; Sintomas Psicossomáticos.

8.5 - Eixo Psicologia e Trabalho

A PSICOLOGIA NO MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Sara Gambelli
Karin Bruxel
Marcia Luiza Pi Dal Magro
Franciele Castanho
Andressa Pastre
Francieli Fernanda Tremea
Francieli de Cesaro
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP – UNOCHAPECÓ
sara.gambelli@gmail.com

O presente trabalho trata de um relato de experiência que está em andamento, a partir de estágios obrigatórios do curso de Psicologia da UNOCHAPECÓ na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP da mesma universidade. A ITCP é um Programa Permanente de Extensão Universitária que tem como missão apoiar iniciativas de economia solidária – cooperativas associações de produtores e outras formas de organização econômica autogestivas – contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do Oeste de Santa Catarina. Também auxilia na execução de políticas públicas voltadas à criação e fortalecimento dessas experiências. A proposta central da ITCP é a atuação junto a grupos sociais excluídos do mercado formal de trabalho, auxiliando-os na concretização de oportunidades de trabalho e geração de renda. Essas pessoas procuram, por meio da organização coletiva do trabalho pautada nos princípios do cooperativismo, acessar direitos sociais como trabalho e renda. A ITCP-Unochapecó conta com uma equipe interdisciplinar (Psicologia, Pedagogia, Direito, Serviço Social, Ciências Contábeis, Agronomia, Nutrição, Administração, Marketing e Comunicação) para desempenhar um trabalho coletivo em busca da transformação e desenvolvimento social. As práticas dos psicólogos em contextos do trabalho são geralmente atreladas à atuação em empresas capitalistas. Diferentemente de uma empresa privada, os empreendimentos solidários buscam uma gestão compartilhada e relações de trabalho mais humanizadas. Nesta experiência, novas formas de produzir e trabalhar precisam ser aprendidas e exercitadas pelos cooperados, no que a psicologia vem fazendo importantes contribuições para a ressignificação da identidade profissional do trabalhador/cooperado, e fortalecendo o vínculo grupal. Torna-se, assim, um amplo contexto a ser pesquisado e explorado pela Psicologia, com novas possibilidades de intervenção, bem como para a construção do diálogo com outras áreas de conhecimento, numa atuação interdisciplinar. A partir dos referenciais teóricos de Economia Solidária, Educação Popular e Cooperativismo, a psicologia procura como objetivo construir e re-elaborar práticas, considerando o papel social da cooperação no desenvolvimento dos recursos dos trabalhadores e das relações estabelecidas entre estes. Portanto nos empreendimentos solidários é importante investigar aspectos como a cultura organizacional entendida como padrão de suposições básicas – inventadas, descobertas ou desenvolvidas para lidar com os problemas de adaptação externa e integração interna – que funcionem com eficácia suficiente para serem consideradas válidas e, em seguida, serem apropriadas pelos novos membros, desenvolvendo maneiras mais adequadas para compreender e lidar com os problemas presentes. Este focus transcende o tipo de economia em que a organização está envolvida, sugerindo uma interação contínua entre Cooperativas e análise de contexto. Isso requer uma análise cuidadosa da rede em que as empresas estão embutidas numa perspectiva de reciprocidade, solidariedade e democracia.

Palavras-Chave: Economia Solidária; Psicologia no Trabalho; Cooperativas Populares; Interdisciplinariedade

AVALIAÇÃO DA EVOLUÇÃO DA MATURIDADE DA ESCOLHA PROFISSIONAL DE ADOLESCENTES PARTICIPANTES DE PROCESSOS DE ORIENTAÇÃO E INFORMAÇÃO PROFISSIONAL

Alexandre Cidral Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE alexandre.cidral@univille.br

Processos de orientação e informação profissional são oferecidos aos adolescentes com vistas a promover o desenvolvimento da maturidade para a escolha profissional. O conceito de maturidade profissional surgiu a partir do Career Pattern Study realizado por Super na Universidade de Columbia. Segundo Super (1955), a maturidade profissional se refere a um conjunto de comportamentos e atitudes que um indivíduo empreende visando sua inserção no mundo profissional. Neiva (1998,1999) construiu um modelo teórico da maturidade para a escolha profissional com base em Super (1955), considerando ser necessária a aquisição de determinados conhecimentos (autoconhecimento e conhecimento da realidade educativa e socioprofissional) e o desenvolvimento de determinadas atitudes (determinação, responsabilidade e independência) para que o jovem atinja a maturidade necessária à decisão profissional. O objetivo deste projeto foi avaliar a evolução da maturidade da escolha profissional de adolescentes participantes destes processos. A pesquisa cumpriu cinco etapas: definição e planejamento do processo de orientação e informação profissional; caracterização do perfil e do nível de maturidade da escolha profissional dos participantes antes do processo; execução do processo de orientação e informação profissional; análise da evolução do nível de maturidade da escolha profissional dos participantes após o processo. A equipe do projeto foi composta pelo professor coordenador e duas acadêmicas do curso de Psicologia da UNIVILLE. Os participantes foram oito estudantes do terceiro ano do ensino médio de escolas públicas e privadas de Joinville-SC. Inicialmente foram realizadas entrevistas individuais semi-estruturadas com o intuito de traçar o perfil escolar, profissional e familiar dos participantes. Além disso, foi aplicada individualmente a Escala de Maturidade para a Escolha Profissional (EMEP) para determinar o nível de maturidade antes do processo de orientação e informação profissional. Na sequencia, os participantes integraram um grupo de orientação e informação profissional que realizou 10 encontros nos quais foram realizadas dinâmicas de grupo referentes ao autoconhecimento, o processo de escolha e o conhecimento da realidade educacional e profissional. Durante os encontros foi aplicada a técnica da observação participante para obter dados sobre a participação dos adolescentes nas dinâmicas propostas. Após o processo de orientação e informação profissional foram realizadas entrevistas semi-estruturadas individuais em que os participantes puderam avaliar as atividades realizadas e responderem novamente a EMEP. A análise qualitativa considerou dados obtidos antes, durante e após a orientação e informação profissional. Os resultados apontaram para a efetiva contribuição do processo de orientação e informação profissional na evolução do nível de maturidade dos participantes. Os participantes apontaram as dinâmicas relativas a autoconhecimento e conhecimento da realidade educacional e profissional como as que mais contribuíram para o seu processo de escolha profissional. Além disso, relataram a importância da orientação e informação profissional para a diminuição do nível de ansiedade e aumento da auto-confiança sobre a definição das possibilidades educacionais e profissionais. Por fim, os resultados proporcionaram subsídios para a melhoria dos serviços de orientação e informação profissional oferecidos à comunidade pela Universidade, contribuindo com a preparação dos jovens para o ingresso na educação superior e no mercado de trabalho. Palavras Chave: Orientação Profissional, Escolha Profissional, Adolescência, Maturidade para Escolha Profissional,

O CAMPO TEÓRICO DOS ESTUDOS DE GÊNERO ARTICULADO COM PRÁTICAS DE ASSÉDIO MORAL EM CONTEXTOS DE TRABALHO

Monique Marcelino Kloppel - UNIVALI Mirella Alves de Brito - UNIVALI monique.kloppel@univali.br

A participação das mulheres no mercado de trabalho torna-se cada vez maior, ora pelo simples desejo de obter realização profissional, ora pela necessidade de sustentar a família, ou ainda pela complexidade de fatores sócio-culturais que engendram as relações de trabalho na sociedade ocidental. Este movimento iniciou-se na década de 70 com o feminismo, movimento este que ressignificou o poder da política e a forma de entendê-la ao acrescentar novos espaços no campo doméstico e privado. Algumas autoras feministas procuraram mostrar que a concepção de sexualidade biológica vem da forma de como compreendemos o mundo, sendo que esta compreensão é orientada pela concepção de gênero. A antropóloga e feminista Gayle Rubin foi uma desta autoras e afirma a idéia de que gênero é uma divisão dos sexos imposta pela sociedade e produzida nas relações sociais da sexualidade. Já a historiadora Joan W. Scott discute suas idéias sobre gênero a partir de autores como Michel Foucault e Gilles Deleuze, criticando junto a eles a idéia iluminista da existência de um sujeito único com características biológicas que fundamentam os discursos da dominação masculina. A categoria de gênero se desenvolve por estas autoras sob a perspectiva de compreender a desigualdade entre os sexos e de analisar como esta situação interfere nas relações sociais e na realidade. Desta forma, a proposta desse trabalho consiste em articular o campo teórico dos estudos de gênero com práticas de assédio moral em contextos de trabalho, a partir de referenciais bibliográficos sobre o tema. O assédio moral, caracteriza-se por condutas abusivas de chefias em relação aos seus subordinados e transforma o local de trabalho em um lugar de muita tortura psicológica. Seu objetivo é desestabilizar emocionalmente a vítima. Em mulheres, o assédio moral pode ocorrer através de intimidações, piadas grosseiras, comentários sobre sua aparência física. Já nos homens é comum o seu isolamento em função dos comentários feitos sobre sua capacidade de manter a família ou o trabalho, como também, sobre sua virilidade. As mulheres além de serem vítimas com maior frequência que os homens, sofrem assédios diferentes, já que a maioria tem conotações machistas ou sexuais. Com isto, é relevante discutir o assédio moral no mundo do trabalho, assim como suas implicações sociais, mesmo porque muitos tratam este como natural, principalmente, quando estão direcionadas as mulheres. Estudos feitos pelo mundo todo demonstram que o assédio moral é um fenômeno desestabilizador do ambiente de trabalho, podendo trazer graves consequências sobre a saúde do trabalhador, como também à organização. Os estudos de gênero contribuem para uma compreensão maior da forma como se processa a violência contra as mulheres, através da história e das diferencas culturais, afinal, desde que nascem lhe atribuem o "instinto" de ser mãe e esposa, não sendo muito fácil de aceitar que essas regras se desviem e se opte por não realizá-las. A sociedade distribui responsabilidades alheias a vontade das pessoas utilizando

critérios como sexo, raça e classe social. Pode-se concluir então que, utilizar a categoria de gênero para explicar os lugares construídos culturalmente e, principalmente, socialmente para o homem e para a mulher em contextos de trabalho, traz possibilidades de analisar esta forma de violência tão sutil como o assédio moral, visto que o trabalho da mulher se distingue não só biologicamente como também socialmente.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo, Gênero, Assédio moral, Contextos de trabalho.

OS SENTIDOS DA PESCA ARTESANAL NA REGIÃO DO ALTO URUGUAI

Eduarda Lays Rossato Gilza Maria de Souza Franco Jacir Dal Magro Márcia Luíza Pit Dal Magro Valdecir Bertollo

A pesca artesanal é regulamentada pelo DECRETO-LEI N 221, de 28 de fevereiro de 1967, sendo que a organização formal e mobilização política dos pescadores artesanais tem crescido consideravelmente nos últimos anos. A região que compõe o Rio Uruguai está sendo impactada pela construção de diversas hidroelétricas ao longo desse rio, colocando em risco essa profissão e os modos de vida dessas populações ribeirinhas. Essa pesquisa tem como objetivo compreender os sentidos da atividade pesqueira para o pescador artesanal, entender como se estabelecem as relações de gênero no contexto desta atividade e observar o impacto das hidrelétricas para a pesca artesanal na região estudada e investigar os modos de vida e organização dos pescadores que compõe uma colônia específica da região do Alto Uruguai. Essa colônia é composta por 117 associados e localiza-se em uma região que em breve será atingida por uma nova hidrelétrica. Para a realização da pesquisa, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, entrevistas estruturadas e grupo focal. Percebemos que o sentido da pesca para os pescadores vai além de um simples trabalho ou meio de sobrevivência, ser pescador, como eles próprios dizem, é ter "amor à profissão". Os aspectos positivos trazidos em relação a atividade pesqueira perpassam diversos aspectos como a autonomia na profissão, em que esses pescadores podem decidir sobre o seu trabalho como horários e formas de fazê-lo. Outra questão ressaltada pelos pescadores diz respeito ao contato com a natureza, compreendida por eles como o rio, o qual assume diversos significados na vida desses sujeitos representando não só um espaço de trabalho, mas de lazer, de socialização, na medida em que tecem suas relações a partir do mesmo. A atividade de pescar, apesar dos desafios apontados pelos pescadores é vista assim como prazerosa, "desestressa", como eles apontam. Observamos que a mulher em geral quase não participa da retirada do peixe do rio, o que justificam que acontece por isso exigir força física, no entanto, participa de atividades como limpar e vender o peixe. A mulher tem assim papel fundamental e reconhecido na pesca, tanto pelos pescadores, quanto por lei. Acerca de dois anos, as mulheres dos pescadores são reconhecidas como "trabalhadoras na pesca", e tem direito ao defeso, segundo os pescadores: "nossa mulher tem que ser reconhecida assim como a mulher do agricultor é". Quanto ao impacto da implementação de barragens na região do Alto Uruguai observamos esses são muitos. Dentre elas destacamos as transformações do rio em relação ao comportamento do nível da água, sua poluição, a mudança na quantidade e diversidade do pescado etc. Tudo isso gera um clima de medo, incerteza e expectativa nos pescadores em relação ao futuro da sua profissão, bem como exige um novo aprendizado acerca das formas de pescar nessa nova realidade.

Palavras chave: pesca artesanal, empreendimentos hidrelétricos, sentidos do trabalho

9 - Pôsteres

9.1 - Eixo Psicologia e Assistência Social

RELAÇÃO ENTRE VIOLÊNCIA E DEPRESSÃO EM CRIANÇAS SEGUNDO A ABORDAGEM COMPORTAMENTAL

Ana Carolina Martendal - UNIVALI Vera Baumgarten de Ulyssea Baião - UNIVALI anacarolinamartendal@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho trata-se de uma pesquisa referente à relação entre violência e depressão segundo a abordagem comportamental. A violência está presente de maneira cada vez mais acentuada, com diferentes formas e manifestações, ela se apresenta em todas as classes e níveis sociais. Em decorrência deste fato, as crianças são alvos fáceis, sem muita capacidade de defesa, estão vulneráveis a se tornarem vítimas. O modo como essas crianças reagem diante da agressão pode ser variado, a depressão é um deles. Pesquisas sobre a relação entre violência e depressão em crianças não são muito estudados. Com isso, esta pesquisa teve como principal objetivo relacionar a violência à depressão em crianças, pautando-se na abordagem comportamental. Como objetivos específicos ilustrou-se, os diferentes tipos de violência encontrados nos diferentes contextos; o desenvolvimento cognitivo e emocional na infância; as principais formas de aprendizagem encontradas na teoria comportamental e por fim o modelo comportamental da depressão. Este estudo caracterizou-se por uma análise documental, de cunho qualitativo, com o intuito de resgatar e articular bibliografias já tornadas públicas em relação ao tema estudado. Existem cinco principais tipos de violência, a institucionalizada, a violência anômica, a violência banal e a violência interna. Sendo que nesta última encontra-se a violência intrafamiliar, que se subdivide em violência física, sexual, psicológica e negligência. Com relação ao desenvolvimento cognitivo e emocional na infância, alguns padrões temperamentais são herdados, porém, com o tempo, podem ser modificados pelas relações sociais, estilos e cuidados prestados pelos responsáveis da criança. A teoria comportamental prioriza a aprendizagem na construção da personalidade dos indivíduos, sendo o condicionamento operante, o condicionamento pavloviano, a modelação e as regras as principais formas de aprendizagens. A depressão, sob a visão comportamental, articula três pontos, para melhor explicar o modelo: a falta de reforçadores, a extinção e o desamparo aprendido. falta de reforcadores caracteriza-se pelo baixo repertório de respostas comportamentais frente ao meio que pode gerar medo, angustia, tristeza, pessimismo, etc. O repertório de uma criança deprimida apresenta uma baixa frequência de respostas, principalmente daquelas que geravam reforçadores. Como exemplo, um lar que com o passar do tempo vai se tornando cada vez mais violento. A criança é um ser vulnerável a vivenciar subsegüentes ou simultâneos episódios violentos, em ambientes diferentes. Elas dependem de seus responsáveis, sendo estes muitas vezes, os próprios agressores. Concluiu-se que, independente do meio em que a criança está inserida, um lugar violento é um ambiente sem muitos reforçadores, e com muitos agentes punidores. Percebe-se que ocorre uma mudança de conduta da criança frente aos abusos cometidos contra ela, na qual a depressão se manifesta como uma das possíveis mudanças do comportamento diante da violência. A coerção é um método eficiente de controlar comportamentos de maneira rápida, porém umas das consegüências é o desenvolvimento de quadros depressivos.

Palavras-Chave: Violência; Depressão; Criança; Abordagem Comportamental

9.2 - Eixo Psicologia e Educação

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA: Uma prática acadêmica

Mateus Miranda Fagundes – Unidavi Cleusemeri Rahn – NASF de Rio do Sul Everley Rosane Goetz Furtado - Unidavi Michele Zanella - Unidavi mateusm.f@bol.com.br

A Avaliação Psicológica é função exclusiva do psicólogo, configurando-se como um processo não sistemático, de caráter compreensivo, que busca conhecer, avaliar e mensurar fenômenos psicológicos relevantes à área afetiva e cognitiva do sujeito. No Brasil, o cenário da avaliação psicológica sofreu significativas mudanças nas últimas décadas, o que pode ser evidenciado com a construção de laboratórios de avaliação e medida nas instituições de ensino superior, maior oferta de eventos na área, e ainda na criação do Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica. Pautado nessas transformações, com o intuito de conhecer as características do público atendido e do processo enquanto prática acadêmica, o presente trabalho levantou dados acerca das avaliações psicológicas realizadas no Núcleo de Estudos Avançados em Psicologia e pertencentes à disciplina de Avaliação Psicológica II oferecida no curso de Psicologia da Unidavi. Analisou-se, para tanto, as avaliações realizadas nos anos de 2008 e 2009, das quais foram retiradas informações sócio-demográficas, além do motivo da avaliação, encaminhamentos e testes utilizados para sua efetivação. Os resultados revelaram que, em um total de 44 atendidos, 22 eram do sexo masculino e 22 do feminino, tendo 4 anos o paciente mais novo, e 69 o mais velho. Do restante, 16 pacientes estavam na faixa etária infantil, 9 na adolescência, 8 na juventude, e 9 entre 30 e 50. Em relação à escolaridade, apenas 2 possuíam Ensino Superior, enquanto 27 não finalizaram o Ensino Fundamental. Notou-se que quase metade da demanda é oriunda de encaminhamentos, sendo 9 solicitações judiciais, 8 escolares, e 2 Conselho Tutelar. As queixas mais frequentes são problemas de comportamento, presente em 11 avaliações, baixo rendimento escolar (8), estresse (8), e ansiedade (8). Além da Anamnese, notou-se a presença de um amplo ferramental de testes e técnicas utilizados para uma maior eficácia no processo. O HTP foi o único instrumento presente em todas as avaliações, seguido pelo Desenho da Família (22), e pelas Escalas Beck (18). Jogos e desenho livre são utilizados para efetivar vínculo, e a Família de Bonecos para compreender aspectos familiares. O encaminhamento para Avaliação Psiquiátrica foi indicado para 14 casos, 5 deveriam procurar atendimento psicopedagógico, 2 fonoaudiológicos, 2 neurológicos, 1 ginecológico e 1 pelas assistentes sociais. Já o acompanhamento psicológico individual foi recomendado para 35 pacientes, enquanto o familiar para 8. A pesquisa revelou que, o processo de Avaliação Psicológica, além de oportunizar a práxis aos acadêmicos do curso de Psicologia, também promove contato com as diferentes demandas existentes na sociedade. Os distintos pacientes atendidos pelo NEAP usufruem de uma gama de conhecimento oriunda da formação dos discentes, e das ferramentas à disposição dos mesmos, o que torna as avaliações psicológicas mais eficazes e úteis para seus fins. A pesquisa demonstrou ainda que essa atividade é de suma importância para o aprendizado da Psicologia não apenas por abranger sujeitos das mais variadas idades e classes, mas pelo fato de ser, o processo avaliativo, imprescindível para orientar, sugerir, e sustentar tomadas de decisões em contexto específico da prática profissional.

Palavras-Chave: Avaliação Psicológica; testes; prática acadêmica.

PROJETO PESSOAL E PROFISSIONAL: CONHECENDO UM POUCO DOS JOVENS DO ALTO VALE DO ITAJAÍ - SC

Eliz Marine Wiggers
Faculdade AVANTIS e Núcleo Regional da ABEP/SC
eliz.m.w@pop.com.br
Michela da Rocha Iop
Núcleo Regional da ABEP/SC
michelaiop@yahoo.com.br

A construção de um projeto de vida é de extrema importância para nortear os passos em busca da conquista de objetivos. Isto se torna bastante relevante para os jovens que estão finalizando o Ensino Médio, momento em que novas responsabilidades lhes são exigidas e que, muitas vezes, eles não sabem ao certo o que querem para seu futuro pessoal e profissional. O presente trabalho tem como objetivo expor os resultados de uma pesquisa realizada com alunos do terceiro ano do Ensino Médio de escolas pertencentes à 13.ª Secretaria de Desenvolvimento Regional de Santa Catarina, cuja proposta era investigar os planejamentos com relação ao futuro pessoal e profissional destes jovens. Para a efetivação desta pesquisa, teve-se como fundamento teórico Soares (2002), a qual comenta que diversas pesquisas têm sido feitas com adolescentes no intuito de estudar como estes constroem seus projetos de vida, o quanto conseguem se imaginar e que aspectos dão mais ênfase ao projetarem seus futuros. A mesma autora expõe que o projeto costuma fundir um futuro previsto e um passado que se recorda, sendo assim integrado a uma história, além de ressaltar que a noção de projeto envolve as expectativas dos pais e dos filhos com relação ao futuro. Para a realização desta pesquisa, os alunos responderam a um questionário, o qual envolvia perguntas sobre o fato de já terem optado ou não por uma profissão, se pretendiam fazer uma graduação ou curso técnico, se consideravam importante pensar na profissão que iriam seguir, entre outras. Também fizeram uma redação, cujo título proposto foi: "Como vejo minha vida pessoal e profissional daqui a 10 anos? Como farei para alcançar essa vida que desejo?" A partir da análise das respostas do questionário e dos temas que mais se destacaram nas redações, foi possível constatar que a maioria dos jovens almeja carreiras profissionais estáveis, independência financeira, realização e satisfação profissional. Também apontaram o interesse em constituir família, adquirir bens materiais e ter uma vida confortável. Para alcançar isto, acreditam que precisam estudar muito, além de superar dificuldades financeiras. Merece muita atenção a menção maciça feita pelos jovens no que concerne a terem muitas dúvidas e inseguranças quanto a projetos futuros, principalmente sobre carreira profissional. A partir dessa constatação, percebe-se o quanto muitos jovens da sociedade contemporânea estão desorientados como relação ao futuro, permitindo refletir acerca da importância da orientação profissional atuando como facilitadora diante dos projetos e escolhas futuras e, também, prevenindo possíveis insatisfações profissionais ou a necessidade de re-orientação de carreira.

Palavras-Chave: Projeto pessoal e profissional; jovens; orientação profissional.

PRÁTICA ACOMPANHADA EM PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA

Elisa Fatima MAGISTRALI
Tainara MOREIRA
Karin BRUXEL
Vínculo Institucional:Universidade Comunitária da região de Chapecó –
UNOCHAPECÓ
E-mail: magistrali@unochapeco.edu.br

A prática Acompanhada em Psicologia Social Comunitária é realizada no 6º período do curso de psicologia da Unochapecó, em diferentes espaços e grupos sociais. Esse estágio foi realizado em uma associação de pessoas com deficiência, de Xanxerê-SC. A associação conta com apoio do governo municipal. Sua sede possui piscina e equipamentos para a reabilitação motora. No local trabalha uma equipe multiprofissional com psicóloga, assistente social, instrutor de informática e fisioterapeuta. Os objetivos do trabalho a ser desenvolvido foram definidos após o ingresso no campo de estágio, a partir de demandas apontadas pelo grupo de usuários do local. Os acadêmicos de psicologia são sensibilizados para a compreensão de seu papel de agente potencializador de transformações, ao contribuir para a formação de um grupo autônomo e criativo. Além disso, essa prática promove uma compreensão de possibilidades, limites e aspectos éticos quanto à atuação da psicologia em comunidades. O período de realização da atividade foi de 23 de agosto a 18 de novembro de 2009. Para definirmos os objetivos do trabalho, utilizamos observações no local e conversas com os usuários e equipe de trabalho. A partir disso, formamos um grupo com mulheres com deficiência física, que participavam de oficina de artesanato. Os encontros eram semanais, para discussão de temáticas sugeridas pelos usuários. As limitações e dificuldades daquelas mulheres estavam sempre presentes nas discussões. Foi ressaltada a importância do trabalho da psicologia, que fortaleceu o vínculo entre elas, bem como apontou novas possibilidades de atividades para as oficinas de artesanato. Esse trabalho prático possibilitou também maior envolvimento dos acadêmicos em seu processo de aprendizado, bem como a preparação para o enfrentamento de situações inesperadas, encontradas no cotidiano do estabelecimento. A prática em psicologia social comunitária possibilitou às estagiárias a experiência de intervenção em um grupo, envolvendo inserção no campo, planejamento e relato semanal de atividades. As orientações acadêmicas também aconteciam em grupo, com participação dos colegas acadêmicos nas reflexões e planejamentos dos próximos encontros. Percebemos que, além dos associados, também há possibilidades de trabalho com a equipe técnica. Esse estágio nos fez reformular planos futuros e vislumbrar uma área, que no inicio do estágio era obscura, pois não tinha a noção de como era a atuação do psicólogo na área comunitária, principalmente com a demanda de pessoas com deficiência. Entendemos que a ansiedade faz parte do crescimento, da mudança, da experiência de fazer algo nunca antes tentado e leva ao encontro com a nossa identidade profissional e do significado disso para nossa vida.

Palavra Chave: Psicologia Social Comunitária; prática acompanhada; deficiência;

PROJETO SINAPSI: potencializando crianças com distorção série-idade das escolas da rede estadual de rio do sul

Djeise Marla Eger, acadêmica de Psicologia (UNIDAVI), djeise.psi@gmail.com Idonézia Collodel Benetti, MSc, professora orientadora (UNIDAVI) Edla Grisard, Dr(A), professora colaboradora (UFSC)

Resumo: Esse projeto de extensão é parte de um projeto denominado Sistema Integrado de Atendimento Psicopedagógico – SINAPSI, desenvolvido pela Professora Doutora Edla Grisard e pela Psicopedagoga, e também Psicóloga, Professora Mestre Idonézia Collodel Benetti, integrado ao Núcleo de Estudos Avançados em Psicologia -NEAP/UNIDAVI. O SINAPSI conta com o apoio da Gerência de Educação – GERED - de Rio do Sul. Em 2007, o projeto destinou-se às crianças de primeira e segunda séries do Ensino Fundamental, porém houve grande procura para crianças da terceira e quarta séries, que estavam ainda em processo de alfabetização, com severas dificuldades de aprendizagem. Tais crianças estavam com um atraso de até 2 anos na escolarização, configurando o que se denomina de distorção série-idade. Por este motivo, o objetivo geral do projeto foi o de promover o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social de crianças com distorção série-idade das Escolas da Rede Estadual de Rio do Sul. Alguns objetivos específicos constituíram-se em potencializar a linguagem, o raciocínio-lógico e os demais processos psicológicos superiores, bem como promover atividades que envolveram a criatividade, a imaginação, o lúdico e uma melhora na qualidade de inserção e interação social. A metodologia utilizada neste projeto foi interventiva com média de 20 encontros por grupo de atendimento. Os grupos eram atendidos por duas estagiárias simultaneamente e tinham uma média de seis crianças. Para avaliação pré e pós programa foram utilizadas entrevistas com pais e professores e os testes: TDE (Teste de Desempenho Escolar. Stein, L. 1994), SDT (Teste de Desenho de SIlver, Silver, 1996), e HTP (Hourse, Tree, Person, John N. Buck, 1948). Os resultados com o TDE em 2008 e 2009 apontaram um aumento significativo em termos de Escrita, Leitura e Aritmética nas criancas avaliadas com dados estatisticamente significativos com P>0,01.Concluindo, o Programa SINAPSI tem potencializado a linguagem, os processos psicológicos superiores, as capacidades cognitivas, no que se refere ao pensamento lógico-matemático, o desenvolvimento de habilidades sociais, e a promoção da inclusão e da qualidade da inserção social das crianças atendidas.

Palavras-chave: Psicopedagogia, Desenvolvimento, Potencialização

CONTEXTO ESCOLAR I E II : A RELAÇÃO ESCOLA/PROFESSOR, FAMÍLIA/CRIANÇA NO PROCESSO DE CONTRIÇÕES DE PRÁTICAS EDUCATIVAS

DANIELA SENHOR

Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade Comunitária da Região de Chapecó-Unochapecó.

e-mail: danisenhor@unochapeco.edu

A relação entre a família e a escola é um assunto que esta em constante discussão, pois a educação das crianças depende da escola e da família para a construção do caráter. crenças, valores e conhecimento científico para tornar um individuo sociável. Diante disso o objetivo deste artigo é mostrar como aconteceu o processo de desenvolvimento do Estágio Acompanhado em Psicologia no Contexto Escolar I e II que foi desenvolvido em uma escola situada no oeste catarinense, e também de refletir sobre o papel que o psicólogo escolar desenvolve dentro das instituições de ensino, onde o mesmo representa-se como mediador deve propor reflexões entre pais e professores sobre o desenvolvimento das crianças, refletir sobre o papel dos profissionais que trabalham na instituição, promover o desenvolvimento do aluno no processo de ensino/aprendizagem. Além disso, pode atender individualmente ou formar grupos para discussão dos assuntos que norteiam o cotidiano escolar e familiar. A proposta de intervenção se deu pelo repasse das demandas da escola, que seriam a falta de limites, respeito e regras por parte das crianças na sala de aula para verificar se essas demandas eram existentes foram realizadas entrevistas com os pais professores e observações em sala com as crianças, e nas entrevistas também foram pesquisadas qual o papel da escola e da família na educação das crianças. Depois dessa coleta de dados foram realizadas as intervenções com os alunos da escola bem como os alunos da educação infantil e ensino fundamental trabalhando com brincadeiras e jogos para discussões a cerca dos temas regras, limites, respeito e relações com os colegas, com os pais e professores da mesma foram utilizadas técnicas para as discussões sobre as fases do desenvolvimento infantil e também foram repassados os resultados das atividades, depois de realizadas as atividades de intervenção podem perceber que a escola e a família devem estar integradas para que possuam um dialogo próximo sobre a construção da educação das crianças e Quem na verdade é o responsável pela educação das crianças se é dos pais ou escola? Podemos perceber que o papel dos pais é fundamental na construção do seu filho, pois é em casa que a criança vai aprender regras, limites, valores e crenças. Já a escola tem o papel de auxiliar na educação fortalecendo a importância das regras limites valores que são ensinados pelos pais e também é responsável pelo processo de ensino/aprendizagem. Por isso ressaltamos a importância da família e da escola atuar em conjunto falando a mesma linguagem, sejam no reforço das regras e valores ensinados pela família ou na ajuda e preocupação dos pais com os deveres dos filhos. A participação dos pais na escola é uma forma de carinho atenção com as coisas que o filho esta desenvolvendo, devem respeitar a idade e o desenvolvimento não forçando a coisas que ele ainda não tem domínio próprio.

Palavras chave: família; escola; criança; regras.

RELATÓRIO DO ESTÁGIO ACOMPANHADO EM PSICOLOGIA NO REORIENTAÇÃO PROFISSIONAL NO ENSINO SUPERIOR: ESTRATÉGIAS DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO

Karina Nones Tomelin – Uniasselvi karinant@terra.com.br Charlene Halmenschlager Thomé Edna Sandra Rocha Patrícia dos Santos

Segundo dados do Censo de Educação Superior, o número de alunos matriculados é muito superior aos concluintes. O censo 2006 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) indicou que 21,7% dos alunos evadiram do sistema de educação superior por desistência, abandono ou trancamento da matrícula. Com referência nestes dados bem como pela exigência do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) de políticas de auxílio ao estudante é que o Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NUAP) de uma instituição de ensino superior privada da região de Blumenau realiza pesquisa e projeto de intervenção com alunos trancados e desistentes. O objetivo do trabalho é identificar a relação existente entre os motivos que levam o aluno a ingressar na universidade e os fatores que o levam a desistir entre o primeiro e segundo semestre. Após esta etapa, o Núcleo realizar um programa de reorientação profissional com os alunos interessados em parceria com o Serviço Escola de Psicologia. Trata-se de uma pesquisa de natureza básica, com objetivos exploratórios que utiliza como forma de coleta de dados o questionário com nove perguntas abertas e fechadas enviadas via e-mail para vinte e dois alunos que constavam no relatório de trancamento da Instituição de Ensino Superior de Blumenau/SC no ano de 2009. Dentre os vinte e dois e-mails enviados, sete responderam o questionário. Pôde-se perceber que dentre os fatores que mais influenciaram os entrevistados na escolha de um curso superior a identificação foi o que mais apareceu. Porém, muitas vezes, esta identificação é desmistificada durante os primeiros meses de graduação já que o acadêmico percebe que suas habilidades não são condizentes com as que o curso exige. A maioria dos questionados não participou de orientação profissional para escolha do curso de graduação e, sobre o tempo de discernimento da escolha evidencia-se que ele se dá poucos meses antes de prestar o vestibular. Os resultados da pesquisa também indicaram a dúvida como fator relevante no abandono do curso. Uma das perguntas dirigidas aos alunos tratava sobre o interesse em participar do programa de reorientação profissional. A maioria dos alunos manifestou interesse. Conclui-se que a maioria dos alunos que ingressa no ensino superior pensa pouco sobre a escolha, já que o discernimento acontece pouco tempo antes do vestibular e não conta com ajuda de profissional especializado. Estes indicadores associado a "falsa" identificação com o curso são os fatores que contribuem para evasão. Isto porque a dúvida sobre o curso escolhido torna-se predominante e a desistência consequentemente leva ao trancamento da matrícula. A partir da pesquisa encaminhou-se os alunos interessados ao programa desenvolvido pelo NUAP em parceria com o Serviço Escola. A reorientação foi elaborada no tripé conhecimento de si, da profissão e da escolha. Tal reflexão possibilita aos alunos sentirem-se mais seguros com relação as escolhas futuras indicando a necessidade e espaço do trabalho psicológico.

Palavras-chave: Reorientação profissional; Ensino Superior; Apoio Psicopedagógico.

"DINÂMICA DAS CIDADES": SENSIBILIZANDO OS JOVENS PARA O MOMENTO DA ESCOLHA PROFISSIONAL E A IMPORTÂNCIA DA ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL.

Eliz Marine Wiggers
Faculdade AVANTIS e Núcleo Regional da ABEP/SC
eliz.m.w@pop.com.br
Michela da Rocha Iop
Núcleo Regional da ABEP/SC
michelaiop@yahoo.com.br

O momento da escolha profissional é marcado por dúvidas e inseguranças, visto que, dentre a grande diversidade de opções profissionais, é necessário optar apenas por uma. Assim, fazer uma escolha profissional exige ter o máximo de conhecimento sobre as profissões e sobre si para, então, fazer a escolha com segurança. Este trabalho almeja relatar a "Dinâmica das Cidades", atividade criada pelas autoras, cujo objetivo é sensibilizar os jovens para o significado e implicações do ato de escolher, com ênfase para escolha profissional, além de ressaltar o importante papel da orientação profissional como um suporte ao jovem diante do momento de sua escolha. A construção desta dinâmica teve como embasamento teórico Bohoslavsky (1993), o qual expõe que toda escolha envolve elaboração de lutos e conflitos consigo mesmo. Soares (2002) lembra que é importante lembrar a dimensão temporal da escolha, pois o jovem escolhe no presente o que terá em seu futuro, baseado em suas referências passadas. Além disso, Lucchiari (1992) ressalta que a função da Orientação Profissional é facilitar o momento da escolha do jovem amparando-lhe na compreensão de sua situação específica de vida, incluindo o foco em três momentos: o conhecimento de si mesmo, das profissões e mercado de trabalho e a escolha propriamente dita. Na dinâmica proposta a consigna dada aos adolescentes é que eles terão que optar por uma dentre quatro cidades anônimas para morar no próximo ano, sendo que farão esta escolha baseada nas informações obtidas através de perguntas elaboradas por eles. Cada jovem poderá fazer apenas uma pergunta para determinada cidade, a qual é respondida pelas autoras. Depois de todas as questões terem sido feitas e respondidas, as autoras indagam aos alunos, quem deles, com apenas as informações expostas sobre cada cidade, conseguiria se sentir seguro para fazer a escolha de uma das cidades para morar. Com base nos comentários dos jovens, inicia-se a reflexão sobre os aspectos envolvidos em uma escolha, fazendo-se a comparação entre a escolha da cidade e a escolha profissional, destacando a necessidade de conhecer a profissão a ser escolhida e apontando a importância do papel da orientação profissional neste momento. Por meio da avaliação dos jovens ao término da dinâmica, conclui-se que esta atividade tem trazido como resultado a intensa sensibilização dos participantes para a reflexão acerca dos diversos fatores envolvidos na escolha profissional, além de possibilitar a percepção da necessidade de conhecerem melhor a si mesmos, as profissões e o mercado de trabalho, aspectos estes abordados no processo de orientação profissional.

Palavras-Chave: escolha profissional; orientação profissional; sensibilização de jovens.

9.3 - Eixo Psicologia e Justiça

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE SERVIÇO VOLUNTÁRIO REALIZADO NO PROJETO DE EXTENSÃO MEDIAÇÃO FAMILIAR DE CHAPECÓ - SC

Carla Roseana Massing
Carmen Lúcia Carvalho De Souza
Claudete Marlene Fries Bressan
Daiana Roberta Walker
Deisemara Turatti Langoski
Janete Maria Gaio
Roberto Vasconcellos Maffei Junior
carla.rm@unochapeco.edu.br

Relato de experiência de Serviço Voluntário realizado pelos acadêmicos do curso de Psicologia no Projeto de Extensão Mediação Familiar da Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó. O Serviço de Mediação Familiar da UNOCHAPECÓ atua no âmbito do direito de família e é desenvolvido interdisciplinarmente pelos cursos de Direito, Psicologia e Serviço Social em parceria com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina. A especificidade do projeto reside na adoção da perspectiva transformadora dos conflitos familiares. Trata-se de um método em que os interessados, por intermédio da comunicação, escuta ativa e busca da alteridade e do consenso, constroem alternativas de solução para seus impasses familiares visando a co-responsabilização na busca de uma solução satisfatória para todos os envolvidos. Os atendimentos privilegiam a valorização e o protagonismo dos sujeitos na percepção, significação e ressignificação dos conflitos. O Serviço Voluntário está sendo efetivado, neste ano de 2010, pelos estudantes de Psicologia no qual realizam quatro horas semanais. O projeto tem vários objetivos entre eles estão: buscar alternativas qualitativas, menos traumáticas e mais humanas; criar espaços que privilegiam a vivência de valores mais cooperativos e solidários; incentivar a comunicação e o diálogo; construir acordos de forma coletiva e justa; validar os acordos através da homologação judicial e oportunizar o acesso à justiça de forma ágil, menos burocrática no âmbito do Direito da Família.

Segundo Breitmann e Porto (2001, p. 130), "[...] dois amplos objetivos norteiam e diferenciam as principais correntes da mediação familiar, o primeiro visa o acordo como o principal resultado do processo e o segundo, visa à transformação das partes envolvidas, no sentido de auto-valorização e reconhecimento do outro". Breitmann e Porto falam em mediação transformativa, como sendo um projeto que privilegia o esforço na revalorização pessoal, no reconhecimento do outro e ressignificação do conflito. O mediador busca facilitar o diálogo, o equilíbrio na negociação e solução satisfatória e igualitária, que alcance os interesses de todos os membros da família.

Trata-se de um método em que os interessados, por intermédio da comunicação, da escuta ativa e da busca do consenso, constroem a solução do impasse familiar compatível com seus próprios interesses. Os atendimentos às pessoas em conflito familiar ocorrem com a exposição da dinâmica da medicação familiar pela equipe interdisciplinar, destacando seu compromisso ético e postura de equilíbrio das forças em disputa. A solução do conflito deve expressar a vontade real dos mediadores, significa dizer que a percepção do objeto do conflito, bem como, a identificação de alternativas de interesse comum são facilitadas pelos mediadores. Podemos concluir que são vários os casos que nós mediadores resolvemos ali no escritório, com um compromisso ético e buscando a conversa e o melhor entendimento para ambas as partes. Para nós acadêmicos, esta troca de informações das disciplinas se configura em um campo de aprendizagem de diferentes formas de entender o conflito.

.Palavras - chaves: mediação familiar, interdisciplinaridade, justiça, conflitos, valores.

9.4 - Eixo Psicologia e Saúde

"A INVENÇÃO DA LOUCURA"

Daiane Aparecida Spiess Jean Segata Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI) daianeaparecidaspiess@hotmail.com

A pesquisa em desenvolvimento tem por objeto A História da Loucura segundo o filósofo francês Michel Foucault. Para tanto, será necessário primeiramente entender como surge o problema da Loucura, esta sendo um problema epistemológico. Em segundo lugar, pretende-se identificar os relacionamentos e as experiências com a loucura no período renascentista; e, por fim, compreender a ligação que se dá entre internato e loucura mostrando principalmente que esta ligação não tinha objetivos médicos. Deste modo, a metodologia a ser utilizada será teórico-conceitual, fazendo-se valer de pesquisa bibliográfica. Como objetivo final, pretende-se compreender a loucura segundo Michel Foucault enquanto um problema de épistémè. OBJETIVO GERAL: ompreender as concepções de história, e suas experiências, sobre a loucura, na obra História da Loucura na Idade Clássica" de Michel Foucault. OBJETIVOS ESPECÍFICOS: - Expor como surge o problema da loucura; - Identificar os relacionamentos e as experiências com a loucura no período Renascentista; compreender a ligação entre internato e loucura a partir do século XVII. Este projeto de pesquisa filosófica, fundamentar-se-á na sub-área de Ética, Filosofia Social, Filosofia Política e terá caráter teórico-conceitual. Para tanto, como será uma pesquisa bibliográfica, o primeiro objetivo será a seleção de bibliografia sobre o tema. Mesmo estando a centralidade do trabalho na obra História da Loucura na Idade Clássica, de Michel Focault. Haverá, também, a colaboração de outras bibliografias do autor que trabalham o tema da loucura, estas serão obras basilares, eis, pois: O nascimento da Clínica, Resumo dos Cursos do Collége de France, Doença Mental e Psicologia, Os Anormais; e para melhor compreensão do assunto, ter-se-á como auxílio entrevistas dadas pelo filósofo e obras de comentadores como Didier Eribon, Maria Oly Pey, Roberto Machado, dentre outros que possivelmente poderão estar contribuindo para a pesquisa. Também serão utilizados dados virtuais confiáveis, como e-books, vídeos de conferências/simpósios sobre Foucault, e comentários de especialistas sobre o mesmo. Como a pesquisa terá caráter teórico conceitual, primeiramente será feito a coleta de dados, leitura e fichamento da bibliografía. Depois tudo se submeterá à releitura crítica; por fim, dar-se-á início a redação da pesquisa proposta.

PALAVRAS-CHAVE: História da Loucura; Épistémè; Michel Foucault

ANÁLISE DO CONSUMO ALIMENTAR DOS ADOLESCENTES EM UMA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ - SC

Ana Carolina da Silva
Ariane Fátima Deggeroni
Daiana Roberta Walker
Débora Fernanda Marmith
Elizene Lara da Silveira
Liane Keitel
Vanessa Gheno
daiwalker@unochapeco.edu.br

Este projeto realizou-se com base no Programa de Educação para o Trabalho em Saúde, onde objetiva-se formar grupos de aprendizagem tutorial em áreas estratégicas do sistema único de saúde, caracteriza-se como instrumento para qualificação de serviços dos profissionais de saúde, de iniciação ao trabalho e vivências dirigidas aos estudantes de graduação em áreas da saúde. De acordo com Philippi (2008), uma alimentação adequada é aquela que atende as necessidades nutricionais do individuo. Para Vieira (2002), as situações da adolescência, como intensas alterações biológicas e instabilidade psicossocial, novas relações sociais e a adoção de novos comportamentos, tornam-se vulneráveis a circunstancias que colocam em risco sua saúde. Segundo Pesce (2004), eventos considerados como risco são obstáculos individuais ou ambientais que aumentam a vulnerabilidade da crianca para resultados negativos no desenvolvimento. Segundo Fagioli (2006), o comportamento alimentar deve ser entendido com base na inter-relação de fatores externos e internos que influenciam, direta ou indiretamente nesta fase da vida. O objetivo desta pesquisa foi analisar o consumo alimentar e o estado nutricional dos estudantes de uma escola estadual do município de Chapecó, na faixa etária de 14 a 17 anos, identificando com que frequência os mesmos consomem saladas, legumes e verduras, frutas, alimentos fritos e guloseimas, feijão, leite e derivados e bebidas durante os sete dias da semana, a fim de elaborar estratégias de intervenção para uma alimentação saudável, e identificar condições de risco nutricional. Sendo que nesta pesquisa, optamos pela metodologia descritiva e quantitativa, questionários conforme protocolo do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, no intuito de analisar o consumo alimentar dos adolescentes. Do total da amostra 22,22% (n=5) dos adolescentes era do sexo masculino e 77,77% (n=22) do sexo feminino. Segundo a classificação do IMC da OMS de 2006, 3,7% dos adolescentes apresentam magreza, 77,77% eutrofia, 11,11% risco de sobrepeso, 3,7% sobrepeso e obesidade. A partir do questionário, 30% dos adolescentes consomem saladas cruas, e 26% não, 4% consomem legumes e verduras cozidos e 52% não. 33% consomem frutas e 4% não. 33% consomem feijão todos os dias e 7% não. 44% consomem leite e iogurte todos os dias e 7% não. 15% consomem bolachas/biscoitos salgados ou salgadinhos de pacote todos os dias e 15% não. 19% consomem bolachas/biscoitos doces ou recheados e 19% não. 4% consomem batata frita, batata de pacote e salgados fritos todos os dias e 26% não consomem nenhum dia. 15% consomem hambúrguer e embutidos todos os dias, e 15% não consomem nenhum dia. 19% consomem refrigerantes todos os dias, e 0% não consumiu nenhum dia nos últimos sete dias. Na avaliação nutricional, observa-se que a maioria dos adolescentes encontrase em estado nutricional eutrófico, isto não é sinônimo de boa nutricão, pois mesmo apresentando esta situação, verificamos um consumo alimentar, onde encontramos pouco consumo de frutas, verduras, legumes e derivados do leite, sabendo que estes alimentos devem estar presentes na alimentação diária dos mesmos, para suprir as quantidades de nutrientes

.Palavras-Chave: Adolescentes; Avaliação Nutricional; Consumo Alimentar; Escola.

EFEITOS DO ENVELHECIMENTO NA MEMÓRIA: PERCEPÇÕES E CRENÇAS DE IDOSOS

Daiane Rebelato Acadêmica da Psicologia daiarebelato@hotmail.com Kátia Ploner Professora Orientadora

Com o aumento mundial da população de idosos, evidencia-se a necessidade de estudos sobre o processo de envelhecimento, o qual está associado a alterações morfológicas. fisiológicas, bioquímicas e psicológicas (VERAS, 2000; ARGIMON; STEIN, 2005). Algumas alterações são típicas a esse processo, como as alterações cognitivas, especialmente na memória. O declínio da memória torna-se evidente com o avanço da idade, representando o alvo de queixa mais comum nessa população (BERTOLUCCI, 2000). Entretanto, há uma variabilidade dos efeitos do envelhecimento em relação à memória, sendo importante, então, identificar quais subsistemas da memória são atingidos no processo de envelhecimento (NÉRI; YASSUDA, 2004). Nesse sentido, o presente trabalho teve como objetivo geral compreender as crenças e percepções dos idosos sobre o funcionamento da memória no processo de envelhecimento e como objetivos específicos identificar as percepções dos idosos sobre as transformações na memória de curto e longo prazo geradas pelo processo de envelhecimento, analisar as percepções dos idosos a respeito das alterações provocadas pelo envelhecimento na memória episódica e na memória de trabalho e, por último, identificar a meta-memória, ou seja, as crenças dos idosos sobre sua memória. Para Bertolucci (2000) o declínio na memória é evidente, uma vez que essa função cognitiva sofre alterações com o envelhecimento, entretanto, vale ressaltar que uma parcela significativa dos idosos apresenta alterações muito leves ou nenhuma alteração. Isso acontece porque as alterações de memória no envelhecimento acontecem de acordo com o ritmo próprio e particular de envelhecimento de cada ser humano (NÉRI; YASSUDA, 2004). Além das alterações que ocorrem nos subsistemas da memória com o envelhecimento, o desempenho dos idosos em tarefas de memória pode ser influenciado por suas percepções, atitudes e crenças (NERI; YASSUDA; LASCA (2005). Para investigar esses efeitos do envelhecimento na memória, foi realizada uma pesquisa qualitativa, na qual os dados foram coletados e gravados através de uma entrevista semi-estruturada, sendo posteriormente analisados através do método de análise de conteúdo e discutidos com a literatura pesquisada. Foram entrevistados seis idosos de ambos os sexos, com idade superior a 70 anos, os quais residiam na cidade de Balneário Camboriú. Os resultados alcançados indicam que os idosos avaliam sua memória como boa, mesmo que possíveis esquecimentos possam acontecer. Como também relataram que as mudanças na memória ocorreram de forma gradativa. Nesse sentido, é fato que os idosos têm consciência dessas mudanças e acreditem que a memória decline gradualmente com a idade, afinal alterações nessa função cognitiva são naturais do processo de envelhecimento (NERI, 2006). Os idosos também perceberam que sua capacidade de recordação e armazenamento das informações mudou com o envelhecimento, mas, revelam que suas dificuldades de memória encontram-se reduzidas, pois a maioria faz uso de estratégias de memorização. Portanto, percebe-se que este estudo traz dados sobre as crencas dos entrevistados e possíveis alterações provocadas na memória pelo processo normal de envelhecimento, contribuindo para o conhecimento dos profissionais que trabalham com o envelhecimento e suas alterações, como também para o público em geral que deseja conhecer mais sobre as modificações psicológicas geradas no processo de envelhecimento humano.

Palavras-chave: envelhecimento; memória; percepção;

A RELAÇÃO ENTRE DEPRESSÃO E CARDIOPATIAS: um estudo bibliográfico.

Sílvia Gomes Prado (Estudante do 9º período de Psicologia na UNIVALI/ Itajaí) silviapprado@hotmail.com Orientador: Dr. Eduardo José Legal. (Professor do curso de Psicologia UNIVALI/ Itajaí)

A associação de doenças clínicas e depressão tem se tornado muito frequente, em especial entre a depressão e as cardiopatias, devido ao seu forte impacto nas últimas décadas, sobre a população em geral (TENG; HUMES; DEMETRIO, 2005). A depressão está entre os transtornos psicológicos mais comuns e as doenças cardíacas são as principais causas de morte em muitos países (LAMBERT; KINSLEY, 2006). Portanto, há evidências que a interação entre doenças cardíacas e depressão gera um maior impacto na vida das pessoas, como uma menor aderência ao tratamento, além de contribuir para aumentar a taxa de mortalidade (TENG; HUMES; DEMETRIO, 2005). Assim, com o intuito de compreender de que forma essa relação é estabelecida e de que maneira a psicologia poderá contribuir para programas de prevenção e reabilitação para esses pacientes que esta pesquisa foi desenvolvida, tendo como objetivo geral, levantar as relações psicofisiológicas que a literatura especializada indica entre depressão e cardiopatias e como objetivos específicos, investigar nas bases de dados, artigos que abordassem as relações entre depressão e doenças cardíacas, priorizando os artigos de revisão bibliográfica, por apresentar um maior número de estudos. E por final, identificar e descrever os mecanismos neurobiológicos e comportamentais relacionados a depressão e as cardiopatias. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, através de recuperação e seleção de artigos, disponíveis em bases de dados e sites especializados. Os resultados obtidos mostram que a depressão é um fator de risco para as cardiopatias (TRIGO; ROCHA; COELHO, 2000) tanto quanto, as cardiopatias apresentam-se como fator de risco para a depressão (MATTOS et al., 2005). Os mecanismos psicossociais para essa inter-relação são: o predomínio do sexo feminino, o baixo suporte social, a frequente exposição a eventos estressores, adversidades sociais, e comportamento de risco como uso de álcool, tabagismo e não adesão ao tratamento (TRIGO; ROCHA; COELHO, 2000; MANICA et al., 1999). E os fisiológicos que influenciam essa associação são: a contribuição da genética, a interação medicamentosa para o tratamento das duas patologias, e alteração no funcionamento do sistema nervoso autônomo (MANICA et al., 1999; MATTOS et al., 2005). Embora ainda haja alguma discordância entre alguns autores, a depressão se constitui como fator de risco para as cardiopatias, assim como as cardiopatias são um fator de risco para o desenvolvimento da depressão. Assim, sugere-se, mais estudos da área da Psicologia sobre estas relações, para a obtenção de dados que reforcem a importância de serviços de apoio psicossocial na saúde pública, com programas preventivos, de promoção e de reabilitação para esses pacientes.

Palavras-chave: depressão; cardiopatias; relação.

MUDANÇAS NO COMPORTAMENTO RESULTANTES DO SURGIMENTO DA GRIPE A

Bruna Jung – Uniasselvi bruna.jung@gmail.com Fabiana Beckert - Uniasselvi Samara Cristina Batista - Uniasselvi Karina Nones Tomelin- Uniasselvi

O ano de 2009 foi marcado pelo surgimento de um novo vírus da gripe: o H1N1. Este, que contém material genético de três espécies animais, provocou alarde mundial principalmente por ser um vírus desconhecido e pelas mortes que vinha causando. A Organização Mundial de Saúde recomendou alguns novos hábitos, como por exemplo, lavar as mãos com álcool gel, para fins de prevenção. Nenhuma medicação foi totalmente eficaz para tratar os infectados pelo vírus, apenas o Tamiflu mostrava-se competente. Vacinas foram desenvolvidas na Europa em 2009 mas no Brasil a vacinação ocorreu somente em 2010. Esta pesquisa procurou identificar quais foram os comportamentos que mudaram no auge da gripe (inverno de 2009) e quais continuaram após este período (primavera de 2009). Para tanto realizou-se uma entrevista com trinta e sete pessoas usuárias do transporte coletivo de Blumenau. O questionário foi elaborado com perguntas abertas e fechadas sobre comportamentos no auge e após o surgimento da gripe realizado nos terminais de transporte urbano. Dentre as questões levantadas estava sobre o uso do álcool em gel e outros comportamentos higiênicos além de mudanças de comportamentos sociais como deixar de cumprimentar pessoas, de frequentar lugares públicos bem como o uso do transporte coletivo. Os resultados indicaram que no auge a maioria das pessoas deixou de ter o comportamento de apertar a mão das pessoas 54,05%; indicou também que no auge, 43,24% das pessoas deixou de frequentar ambientes fechados, por receio de contaminação; após o auge, esse número cai para 21,62%. Quando questionados se utilizaram alguma forma de prevenção ao vírus H1N1, os indivíduos revelaram que a forma mais utilizada no auge foi o álcool gel 37,84%, seguido por lavar as mãos com maior frequência 13,51%; quando questionados se utilizaram o álcool gel com freqüência, durante o auge da gripe 81,08% o utilizaram com maior frequência, enquanto que, após o auge, esse número cai para 29,73%. Estes indivíduos também foram questionados quanto à sua reação ao tomar conhecimento sobre o vírus H1N1, 75,68% dos indivíduos afirmaram sentir medo e 24,32% agiram normalmente. Quanto ao uso do transporte coletivo, no auge 81,78% continuaram a utilizá-lo normalmente. Conclui-se que as pessoas modificam seus comportamentos sociais em função do medo de ser contaminado bem pela sensibilização das informações veiculadas nos meios de comunicação. Observou-se que após o auge da gripe houve mudanças no comportamento social, ou seja, a maioria das pessoas voltou as rotinas de higiene e convivência.

Palavras-chave: saúde; gripe A; comportamento.

OS TRAÇOS DO DESENHO DO TESTE H-T-P EM GESTANTES

Luciana Mendes da Silva Prof^a. Dr^a. Everley Rosane Goetz Alexsânia Sousa Braz

A gestante enfrenta muitos medos e ansiedades durante a gestação. Dentre estes, está o medo ou ansiedade de que o bebê venha a nascer antes da hora, com problemas de saúde ou relacionados ao parto, como será o bebê, qual será seu sexo, dentre outros. Por vezes, as mães criam expectativas irreais a respeito do bebê, que este não conseguirá realizar ou mesmo corresponder (MALDONADO, 2002). Com isso, muitas mães acabam se decepcionando ao perceber que seu filho não corresponde às suas expectativas e projeções, que em geral se constituem em idéias fantasiosas e irreais sobre o bebê, podendo-se instalar uma relação conflituosa entre mãe e bebê. É importante considerar que a chegada do bebê, além de provocar mudanças no estado emocional da mãe, provoca ainda mudanças em seu status social, sendo que estas acarretam alterações de papéis, a mulher deixa de ser somente a filha e passa a ser a mãe (CRAMER, 1993; RAPPAPORT, 1981). Diante desta demanda, foi realizada uma Pesquisa no Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, da qual participaram gestantes atendidas pelo servico NEAP - Núcleo de Estudos Avançados em Psicologia, na cidade de Rio do Sul - SC. Participaram do estudo 12 gestantes, que realizaram atividades em encontros, na modalidade de atendimento de grupo operativo. Os principais objetivos desses encontros foram a preparação e a orientação das futuras mães sobre o processo gravídico e puerperal. No entanto, foram realizadas entrevistas prévias e coletados protocolos do Teste H-T-P (House-Tree-Person) de cada uma, como forma de avaliar aspectos de personalidade antes de se iniciarem as atividades. Os principais resultados são sugestivos de que as gestantes apresentam traços que evidenciam aspectos de tensão e compensação, ambiente restrito, retraimento, regressão, preocupação consigo mesmas, fixação no passado, necessidade de gratificação imediata, necessidade de apoio, proteção e segurança, sentimento de inadequação, ansiedade, intranquilidade, fadiga, problemas somáticos, preocupação ou policiamento ao impulso do corpo, pudor, socialização, cortesia, alegria, humor, entusiasmo, improvisação, exagero, vaidade e confusão e ainda desejo de maturação e de compreender os problemas da vida, impaciência e desejo de mostrar sua capacidade. Durante os encontros, observou-se que as grávidas sentiam-se aliviadas ao serem ouvidas sobre suas ansiedades e angústias e ao receberem informações necessárias para desempenharem o papel de mãe com mais segurança e tranquilidade. A pesquisa apontou a necessidade e os benefícios do acompanhamento psicológico para as gestantes, destacando a gravidez como um tema que ainda precisa de muita atenção. Também aborda a ansiedade presente em torno da gravidez, parto e pós-parto, e uma preocupação de cuidar do filho quando este nascer, se questionando se será uma boa mãe, indicando que essa ansiedade pode ter origem das poucas informações dispensadas acerca deste processo vivenciado pelas gestantes. Evidencia semelhantemente que os sentimentos vivenciados pelas gestantes neste período devem ser sentidos como únicos e específicos, devendo ser compartilhados pelo corpo de saúde bem como pela família. Desta forma, a gestante poderá ter uma gravidez mais tranquila, o que transmitirá para o filho mais trangüilidade para o seu desenvolvimento.

Palavras-chave: Gestantes; H-T-P; Gráfico-projetivos.

VIVÊNCIAS INTERDISCIPLINARES E MULTIPROFISSIONAIS E A FORMAÇÃO PARA A ATENÇÃO INTEGRAL EM SAÚDE

Elisa Fatima MAGISTRALI
Tainara MOREIRA
Me. Celso Francisco Tondin
Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó);
ely.magistralli@hotmail.com

O Projeto Vivências Interdisciplinares e Multiprofissionais (VIM) da Unochapecó objetiva a interação dos estudantes dos cursos de Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Nutrição, Psicologia e Serviço Social com o SUS. O Curso de Psicologia insere o VIM na disciplina intitulada Prática de Observação II, do terceiro período, e o articula às demais disciplinas do semestre. OBJETIVOS: Inserir o estudante no contexto social sensibilizando-o para o conhecimento da realidade e compreensão de seu papel de agente transformador; conhecer os princípios e diretrizes SUS contextualizando-os a partir da realidade vivenciada, com ênfase nos princípios da integralidade, direito à informação e à participação comunitária; reconhecer-se como um futuro profissional da saúde participante de uma equipe multiprofissional e interdisciplinar. RELATO DA EXPERIÊNCIA: Um grupo de dezesseis acadêmicos foi dividido em dois subgrupos de oito alunos, os quais conheceram um Centro de Saúde da Família (CSF) de um bairro de Chapecó – SC, entre os dias 10 e 13 de março de 2008, através de observações, entrevistas com profissionais e usuários e mapeamento da rede de atendimento daquele território. Foram realizadas tutorias para orientação aos acadêmicos tanto antes quanto após a vivência e cada estudante elaborou um diário de campo. O CSF possui ótima infra-estrutura e o atendimento em geral causa satisfação aos usuários, mas não há efetiva articulação com outros serviços da rede, em especial com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O bairro apresenta problemas de infra-estrutura para os quais o poder público não têm dado respostas satisfatórias. CONSIDERAÇÕES FINAIS: A experiência proporcionou a discussão sobre os princípios da integralidade, direito à informação e à participação comunitária. Há pouco interesse da comunidade em buscar quais são seus direitos como cidadãos, o que é reforcado pela postura dos profissionais em não tornar a socialização dessas informações uma prática cotidiana. A equipe procura realizar uma atenção integral, mas encontra limites na baixa oferta de serviços especializados, bem como tem dificuldades em fazer promoção de saúde a contento. Importante seria enfocar a idéia de que o processo saúde-doença deve ser compreendido a partir do território onde a população vive, o que ampliaria o trabalho desta equipe do tratamento das doenças e das ações informativas para a intervenção sobre as condições de vida, especialmente no que se refere ao saneamento, esporte e lazer. Conclui-se que o VIM é uma estratégia riquíssima para o processo de formação acadêmica, pois possibilita a interação entre as diferentes profissões que atuam na saúde.

PALAVRAS-CHAVE: SUS; rede de atendimento; território

9.5 - Eixo Psicologia e Trabalho

ÉTICA PROFISSIONAL: VIVÊNCIA DO PRECONCEITO

Karina Nnes Tomelin – Uniasselvi karinant@terra.com.br
Ana Carolina Hoffmann - Uniasselvi Gabriela Leite - Uniasselvi Janaína Bissoni - Uniasselvi Joseane Fernanda da Silva - Uniasselvi Lenita da Cruz Campos Stuart - Uniasselvi Maria Joseane Ribeiro Nunes - Uniasselvi Liliane Cristina Fidencio Pimentel - Uniasselvi Sonia Regina Vinci Cardoso – Uniasselvi

Este trabalho foi desenvolvido por alunos da disciplina de Ética Profissional em uma instituição de ensino Superior na região de Blumenau a partir de uma atividade denominada vivência do esquisito. Trata-se de uma experiência onde os alunos caracterizam-se de uma maneira "diferente" da que é "aprovada" pela moral, ou seja, usa-se uma roupa ou um acessório considerado estranho para aquela cultura. O objetivo desta atividade foi vivenciar o que as pessoas que são consideradas "diferentes" sentem; como é ser olhado e julgado por usar uma roupa diferente, por ter uma deficiência física ou mental, por ser de outra etnia, entre tantos outros preconceitos. Sabe-se que a moral estabelece padrões que são empregados nos processos de escolha e conduta cotidiana sendo que em cada cultura existe uma moral que define comportamentos, modos de vestir, noções de certo e errado entre outros. Ética por sua vez pode ser entendida como uma teoria que busca investigar a formação histórica da moral. Relacionado os conceitos de ética e moral aos conceitos de conformidade coletiva e comportamento social é que os estudantes desta disciplina a partir da vivência realizaram duas pesquisas. Uma em que descreveram os sentimentos e emoções presentes antes, durante e depois da atividade como ansiedade, motivação, preocupação. E outra com questionário aberto em que 35 universitários responderam: "o que você pensa sobre minha roupa?", "Você se vestiria assim?" "Por que as pessoas se vestem de maneira parecida?". Com relação as respostas dos acadêmicos que participaram da vivência observou-se que a maioria sentiu-se ansioso quando a atividade foi proposta e houve um misto entre motivado e preocupado. Antes de sair de casa o sentimento predominante foi a ansiedade e a preocupação seguidos de motivação e a tranquilidade que se equivaleram em menor quantidade. Ao serem vistos por outras pessoas a maioria se sentiu ansioso e motivado. Ao chegar na faculdade os participantes apresentaram um nível muito elevado de ansiedade seguido no mesmo nível de motivação. Com relação ao questionário aplicado aos universitários que observaram a atividade, sobre o que pensam dos sujeitos que se vestem ou se comportam diferente dos outros, a maioria, respondeu que é devido a sua personalidade, coragem e atitude. Surgiram também respostas como: "é pra chamar atenção" e "não tenho nada contra". No entanto, ao questionar as pessoas sobre a razão pela qual se vestem e se comportam de maneira parecida, a maioria dos entrevistados afirmou que as normas, regras e conceitos impostos pela sociedade são seguidos pela necessidade de sentir-se inseridos em um grupo. A questão da moda também foi enfatizada uma vez que a mídia influencia o comportamento. A partir desta atividade foi possível discutir o quanto julgamos, criamos estereótipos, agimos com preconceitos, diante da diferença dos "padrões" estabelecidos social e culturalmente na moral em que estamos inseridos. Conclui-se a atividade discutindo sobre a influência da moral, sua relação no processo de avaliação psicológica e do trabalho do psicólogo.

Palavras-chave: formação profissional; ética; preconceito; educação.

OS SENTIDOS DO PROCESSO DE VIVÊNCIA E CRIAÇÃO MUSICAL PARA ADOLESCENTES EM MEDIDA SOCIO-EDUCATIVA DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

MÁRCIA LUÍZA PIT DAL MAGRO¹ EDERSON VIEIRA²

Após guase vinte anos de existência, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, ainda é alvo de muitas críticas frente à opinião pública, uma vez que sua política ainda deixa a desejar quanto à proteção integral a infância e a juventude. Embora muitos avanços tenham ocorrido desde a implantação desta lei, observa-se que o sistema de medidas sócio-educativas ainda carece de discussões e envolvimento social, no sentido de que este documento não seja meramente um mecanismo de controle, mas uma garantia efetiva dos direitos humanos. No âmbito das medidas sócio-educativas, especialmente na privação de liberdade através dos Centros Educacionais Regionais (CER), é importante discutir a forma de organização e funcionamento desses espaços. bem como as estratégias utilizadas a fim atender o caráter sócio-educativo que esses espaços têm. Entre essas estratégias destacamos a música e seu potencial como linguagem reflexivo-afetiva que pode produzir práticas diferenciadas na privação de liberdade. A partir dessas considerações, essa pesquisa teve como objetivo geral investigar os sentidos atribuídos ao processo de vivência e criação musical para adolescentes em medida sócio-educativa de internamento em um CER do estado de SC. Já os objetivos específicos foram: identificar com os adolescentes do estabelecimento suas experiências com música, tanto como ouvintes, interpretes, ou em trabalhos de composição; Compreender a relevância das atividades musicais enquanto forma de expressão. Observar os efeitos e desdobramentos das atividades musicais no estabelecimento em questão. Como procedimentos de pesquisa foram utilizados técnica em videografia, entrevistas semi-estruturadas e diário de campo, sendo que as informações foram analisadas a partir da Análise de Conteúdo proposta na pesquisa qualitativa, fundamentada por González Rey (2002). Os resultados da pesquisa apontaram para os diferentes sentidos atribuídos pelos adolescentes a atividade musical. Dentre eles, a sugestão de que a música apresenta-se como um importante elemento de subjetivação e constituição dos sujeitos, uma vez que ao atuar, interfere nos processos de aprendizagem e criação a partir da mobilização da percepção do pensamento e da memória; é capaz de contribuir nos processos de relação Interpessoais, de maneira que o gosto por determinadas músicas, artistas ou gêneros, podem criar zonas de sentido social que aproximam, ou distanciam os sujeitos; permite a politização de pessoas e coletivos através da contextualização determinados cenários culturais e políticos; e enquanto uma forma de expressão, seja na perspectiva de lazer, ou ainda na geração de trabalho e renda, cria movimentos resistência, ao nos apresenta dimensões de um sujeito cotidiano e singular.

PALAVRAS-CHAVE: SENTIDO; VIVÊNCIA E CRIAÇÃO MUSICAL; ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI.

¹ Doutoranda em Psicologia pela UFSC, Professora do curso de Psicologia da UNOCHAPECÓ. mapit@unochapeco.edu.br

² Psicólogo, Coordenador do Projeto Musicalidade e Emancipação - Coral Unochapecó. ederquantico@gmail.com

VIOLÊNCIAS NO TRABALHO: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA NO ESTUDO DE ACIDENTES NO TRABALHO EM CHAPECÓ-SC

Larissa Benetti - UNOCHAPECÓ Andréia Demarco - UNOCHAPECÓ Prof^a. Ms^a. Karin Bruxel - UNOCHAPECÓ Prof^a. Dra. Irme Salete Bonamigo - UNOCHAPECÓ la benetti@unochapeco.edu.br

Os indicadores sobre violências no trabalho subsidiam as estratégias de controle e enfrentamento dessas questões pelas políticas públicas. No Brasil, a subnotificação dos casos de mortes ou lesões sofridas em decorrência do trabalho formal é de cerca de 80%. Isso acontece porque a maioria dos profissionais da saúde não busca o nexo causal, não registrando doenças ou acidentes como agravos decorrentes do trabalho. Além disso, não são incluídos nas estatísticas os trabalhadores informais. Buscamos conhecer os índices oficiais sobre violências no trabalho em Chapecó, através do mapeamento dos bancos de dados onde são feitos os registros, sendo eles o DATASUS do Ministério da Saúde e o DATAPREV, do Ministério da Previdência Social. A partir dos indicadores oficiais, identificamos os tipos de violências no trabalho e suas respectivas taxas, além de conhecermos a forma como são encaminhados os registros para os bancos de dados oficiais. A pesquisa foi mista, com método quantitativo para o levantamento nos bancos de dados, e qualitativa ao buscar conhecer o fluxo de produção dos registros, através de entrevistas. A análise das informações abrangeu 10 anos (1998 a 2008). Produzimos dados referentes às notificações de acidentes no trabalho recebidas pelo CEREST-Regional de Chapecó, totalizando 598 ocorrências no período de julho de 2007 a julho de 2009. Os indicadores oficiais de morte e lesão por acidentes de trabalho no município de Chapecó foram comparados com os de Santa Catarina e Brasil. Percebemos que a taxa de incidência de acidentes do trabalho típico e de trajeto em Santa Catarina são superiores à média nacional. Em Chapecó essa taxa é muito superior, podendo indicar a diminuição da subnotificação. Com relação aos óbitos por acidentes de trabalho, o DATASUS mostra decréscimo de 1998 a 2008 nos âmbitos nacional, estadual e municipal. Em Chapecó a maioria destas vítimas é do sexo masculino. As principais causas de acidentes no trabalho em Chapecó são acidentes de transporte e quedas. Em Santa Catarina e em Chapecó há maior quantidade de acidentes típicos com CAT - Comunicação de Acidentes no Trabalho. Os acidentes sem CAT referem-se àqueles posteriormente identificados como sendo do trabalho. Observa-se aumento significativo na comunicação de acidentes do trabalho sem CAT a partir de 2006, período em que o CEREST de Chapecó foi instituído. Nos dados do CEREST há maior incidência de acidentes nas faixas etárias de 20 a 30 anos e de 40 a 50 anos, sendo que os acidentes mais notificados na região foram de exposição à doença transmissível. De forma geral, predominam os acidentes com traumatismos e ferimentos. Na pesquisa documental no CEREST encontramos diversas notificações de acidentes no trabalho incompletas. Raramente indicavam o estabelecimento, posto de trabalho e/ou atividade econômica onde o fato ocorreu. O pouco entendimento sobre a importância do registro correto dos dados acaba por gerar informações que não refletem a realidade, prejudicando o trabalhador. Os resultados desta pesquisa permitem também um maior controle, por parte do Governo e Sindicatos, sobre as empresas que não possuem políticas de proteção à saúde do trabalhador, configurando uma forma de violência.

PALAVRAS-CHAVE: trabalho; acidentes; subnotificação

10 - Informações e Contatos ABEP/SC

http://www.abepsi.org.br